

Semanário

Director:  
António Dias Lourenço

Ano 60 - Série VII - N.º 874  
20 de Setembro de 1990  
Preço: 80\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa



### Encontro PCP-CGTP-IN

Na quinta-feira, 13 de Setembro, realizou-se no Centro de Trabalho do PCP na Rua Soeiro Pereira Gomes um encontro entre delegações da CGTP-IN e do PCP. Por parte da CGTP participaram no encontro o coordenador Manuel Carvalho da Silva e os membros da Comissão Executiva Emídio Martins, Ruben Rolo e Américo Nunes. A delegação do PCP era constituída pelos camaradas Álvaro Cunhal, secretário-geral, Artur Vidal Pinto, do secretariado do CC do PCP e Rosa Rabiais, do Comité Central.



### Encontro PCP-PRD

Na quinta-feira, 13 de Setembro, realizou-se no Centro de Trabalho do PCP na Rua Soeiro Pereira Gomes um encontro entre delegações do PRD e do PCP. A delegação do Partido Renovador Democrático era constituída por Herminio Martinho, presidente do PRD, Carlos Beato, secretário-geral e Ivo de Pinho. Por parte do PCP participaram no encontro os camaradas Álvaro Cunhal, secretário-geral, Domingos Abrantes, da Comissão Política e secretariado e Carlos Brito da Comissão Política.

## Regiões Administrativas e legislação autárquica:

**PCP toma posições claras  
sobre as manobras  
do Governo  
e as hesitações do PS**

- **Obras públicas sem concurso: segunda edição dos escândalos e falcatruas do Hospital de S. Francisco Xavier?**
- **Petrogal e Governo recuam nos aumentos do gás em botija**

Comunicado da Comissão Política  
Págs. 1 e 2 /Semana



## Morreu Ângelo Veloso

«Temos consciência que a mais justa homenagem que podemos prestar a Ângelo Veloso como a todos os nossos companheiros que ficam pelo caminho é continuarmos a luta pela causa a que deram a vida, continuarmos a luta com a vontade, a determinação e a confiança revolucionária de que eles nos deram altos exemplos». Álvaro Cunhal

Págs. 4 e 5 /Semana

XIV  
Festa  
Avante!

## ENTREVISTAS

A situação na União Soviética, África do Sul, RDA, Coreia, Polónia e Nicarágua em entrevista ao «Avante!» de delegados à Festa

150  
mil Contos  
para o Terreno  
da festa  
Avante com a Campanha

## VAMOS A CAMINHO dos 105 mil!

(ou seja: só faltam 30%! Vamos ao arranque final!)

Gráfico da evolução da campanha  
no próximo número

Págs. 10, 11, 12, 13, 14 e 15 /Em Foco

# Editorial

**Avante!**

Ano 60 - Série VII  
N.º 874  
20 de Setembro de 1990  
1.º Caderno  
Não pode ser vendido  
separadamente

## Que alternativa democrática?

A chamada «rentrée» política (o retomar em pleno das actividades políticas mais gerais no regresso das férias do período estival) depara com uma tão vasta e variada gama de questões que pode, se lhe perdemos o nexo, conduzir a uma visão dispersiva e caótica da situação nacional e deixar imersas na molhada as questões verdadeiramente nucleares da conjuntura portuguesa actual e da realidade envolvente em que está inserida.

Intrincados problemas económicos e financeiros avassalam o País, decorrentes das profundas alterações de estrutura já produzidas ou em curso pela acelerada reconstituição dos grupos monopolistas em Portugal, ou pela intensificação imponderada do processo de integração europeia, ou pela visão tecnocrática, redutora e deformada, do cavaquismo governante, além evidentemente de outras causas objectivas que transcendem a responsabilidade directa e a iniciativa governamentais;

Agravamento da instabilidade e insegurança sociais em terrenos dos mais sensíveis (na injusta política de preços e rendimentos, nos sectores do Trabalho, da Saúde, da Segurança Social, da Habitação, do Ensino, da defesa do Ambiente) resultantes da natureza e da óptica de classe do governo PSD/Cavaco Silva;

Desestabilização do sistema político nas antevésperas de dois importantes actos eleitorais - as eleições presidenciais e as eleições legislativas, as primeiras marcadas para o início do ano que vem - agitando desde já e a três anos de distância a revisão da Lei Eleitoral para as Autarquias Locais em aspectos que colidem abertamente com o disposto constitucional;

Uma política externa, designadamente no sector da Defesa, ambígua e não rigorosamente submetida à defesa prioritária dos interesses nacionais e da paz dos portugueses em relação com a «Crise do Golfo».

O comunicado de anteontem da Comissão Política do CC do PCP aos órgãos de Comunicação Social - que noutra lugar publicamos - chama a atenção para estas e outras questões de flagrante actualidade que motivarão algumas iniciativas do nosso Partido no ano político que agora recomeça.

As questões nucleares que relevam desta vasta e variada gama são as do crescente divórcio entre a política do Executivo e os interesses basilares dos trabalhadores, do povo e do país; da evidente incapacidade do governo PSD/Cavaco Silva para dar resposta e solucionar de maneira adequada os intrincados problemas da actualidade nacional; da perda da sua legitimidade política para continuar à frente da gestão do Estado e, consequentemente, a da necessidade de o substituir

por um outro governo e de impor um novo rumo à política nacional, o que põe com preminência a questão de uma alternativa democrática ao governo e à política do PSD capitaneados por Cavaco Silva.

É uma substituição tanto mais necessária e premente quanto é certo que o Governo e Cavaco Silva se preparam e manobram activamente para se eternizarem no domínio do poder, para, por métodos ilícitos, manipulando o aparelho e os recursos do Estado corromperem a consciência dos cidadãos e se assegurarem de novo nas eleições legislativas de 91 do voto dos portugueses e da continuação da sua hegemonia desastrosa nos órgãos do poder.

Faz por isso sorrir a ensaiada e «solene» declaração do chefe do PSD em Faro nos fins de Agosto quando debitou com o maior desprate para quem o quis ouvir esta tirada de verdadeiro humor:

«Ninguém pense que pelo facto de nos encontrarmos a um ano das eleições irei mudar o meu estilo de fazer política. Não irei comprar votos!»

De facto a demagogia eleitoralista é o seu estilo e todos os portugueses minimamente informados sabem que não o mudará.

Mas na prática a «compra dos votos» é feita pelos métodos mais charros, opera-se sob as formas mais «vulgares de Lineu» a que Cavaco recorre para a sua nova tentativa de corrupção da consciência dos eleitores: as promessas destinadas ao incumprimento, as operações de «corta-a-fita», as «inaugurações» de obras ainda em fase de execução e de acabamento (destinadas a novas e ulteriores «inaugurações» solenes) como se verificou agora nas suas passeatas eleitoralistas pelo Minho.

Em termos de eleitoralismo não houve férias nem «rentrée» para o Primeiro-Ministro e para os ministros e secretários de Estado mais directamente ligados a sectores-chave das operações de demagogia eleitoralista.

E, aliás, um espectáculo dos mais significativos e dignos de observação as formas de expressão da antinomia entre a demagogia eleitoralista do governo e a sua verdadeira prática política.

Alguns exemplos tirados ao acaso são ilustrativos:

nos órgãos de comunicação social pôde ver-se esta semana o professor Cavaco, envolvido por uma numerosa corte de ministros e secretários de Estado a galhofar com alguns pequenos alunos de uma escola primária das que reabriram as aulas - entretanto, cerca de 50 por cento das escolas estão por reabrir por falta de professores ou por mau estado de instalações e equipamentos; o preço do «cabaz escolar», que só para o ensino primário chega a ultrapassar os 20 contos, está cada vez mais fora

do alcance das famílias mais carenciadas; cerca de 40 mil candidatos ao ensino superior ficaram reprovados na PGA e cerca de 40 por cento do ensino secundário ficaram reprovados; o insucesso escolar é um fenómeno em expansão no ensino em Portugal.

Cavaco, o ministro Real, o secretário de Estado do Ambiente apregoam medidas de defesa do ambiente, falam muito em penalizar os responsáveis pela poluição - entretanto nos cursos de água acumulam-se com a maior impunidade para os infractores dejectos e matérias poluentes, a fauna piscícola desaparece dos rios portugueses, focos de infecção e de epidemias multiplicam-se pelos centros urbanos; as 11 toneladas de peixe morto há dias recolhidas no Tejo em Vila Franca são um verdadeiro manifesto contra a política prática do Ambiente do governo cavaquista.

As loas sobre o fomento da Habitação e as «facilidades» para a compra de casa própria caem pela base perante a realidade dos números e das medidas financeiras do governo.

Diminuiu drasticamente o crédito à Habitação, no primeiro semestre do ano corrente houve menos 372 pedidos de construção de habitações que em igual período do ano passado; menos 584 licenças para construção foram concedidas; diminuem as obras no domínio da habitação, da saúde, do ensino e outras de eminente interesse social mas em contrapartida aumentam as de construção de novos bancos, companhias de seguros e de empresas de operações sobre imóveis.

Só nos últimos meses foram pedidos por bancos privados, principalmente estrangeiros, 220 novos balcões, com contrapartidas para o «saco azul» do governo que vão dos 20 mil aos 40 mil contos para a abertura de cada balcão até, aos 900 mil contos para instalação de novos Bancos.

É o regabofe das reprivatizações da economia portuguesa, em particular das empresas de maior interesses estratégico na economia nacional.

É significativamente nos sectores do trabalho, da segurança social, da política de preços e rendimentos que se verificam as manifestações mais graves da instabilidade social.

O caso do gás, citado no comunicado da Comissão Política, é paradigmático: o governo decretou primeiro a liberalização dos preços do gás butano em garrafas, Cavaco vem de seguida insurgir-se contra os aumentos como se não estivesse ligado ao «pecado original» e

logo a seguir a Petrogal - que está na calha para a privatização à curto prazo - anunciou, generosa, a baixa de 100 escudos na garrafa. Como «só» tinha aumentado 265 escudos, o aumento ficou «somente» pelos 165 escudos por garrafa!

Na concertação social discute-se a política de preços e rendimentos, o governo e o patronato esforçam-se por amarrar as organizações sindicais a um plano - o PESAN - que não corresponde aos projectos do governo a qualquer efectiva melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Entretanto, é já do conhecimento público que o governo se prepara para elevar os impostos indirectos, para diminuir os encargos sobre o capital, o que val materializar-se no agravamento da carga fiscal sobre a população de menores recursos.

É neste quadro de questões em que se tornam mais visíveis e sensíveis os atentados políticos do actual governo de direita, da sua incapacidade de resposta para os graves problemas nacionais da hora actual, que se colocam as premissas para a construção de uma alternativa democrática ao governo cavaquista e à sua política.

A realidade dos factos e as previsões realistas mostram que nenhum partido democrático isoladamente está em condições de constituir uma tal alternativa.

Alimentar por outro lado no segredo dos gabinetes de qualquer partido da direita - mesmo em minoria como o CDS e previsivelmente o PSD - pode garantir uma alternativa válida ao actual governo seria uma estultícia que o nosso povo pagaria caro e de que os seus artífices colheriam os resultados negativos.

O caso dos projectos cavaquistas de alteração da lei eleitoral para as autarquias - em que Cavaco voltou a insistir - é preocupante no que respeita à posição do PS definida ultimamente pelo seu Secretário-Geral.

A «abertura» dos dirigentes do PS à iniciativa «revisora» do PSD e do seu chefe é um terreno escorregadio não só no caso concreto das autarquias como no plano mais geral do restauracionismo monopolista da direita governante. É uma concepção redutora dos projectos anti-autárquicos de Cavaco Silva dizer-se que eles constituem «uma guerrilha do PSD contra as câmaras do PS».

Não é na área das forças antidemocráticas que se pode e deve encerrar a construção de uma alternativa à governação actual mas na área inequivocamente dominante das forças democráticas. Os que nesta área encaram outras soluções arriscam-se a perder a face e o crédito relativo que têm no seio do povo.

Os caminhos reais e os becos sem saída para uma alternativa democrática são incompatíveis.

## Resumo

### 12 Quarta-feira

O ministro da Justiça, Laborinho Lúcio, anuncia no decorrer de uma visita à prisão de Monsanto, medidas relativas à modernização do sistema prisional ■ Jorge Sampaio rejeita a proposta do PSD de revisão da Lei das Autarquias locais e desafia Cavaco Silva a negociar um pacote global de 10 pontos sobre o funcionamento do Estado ■ A CGTP-IN reivindica aumentos salariais da ordem de 18 por cento ■ Cavaco Silva declara numa conferência de imprensa conjunta dos primeiros-ministros de Portugal e de Cabo Verde, que a cooperação com este país será estimulada com a transformação de parte da dívida em fundo de investimento local ■ A violência entre zulus e xhosas provoca mais 28 mortos na região de Joanesburgo ■ Os dois Estados alemães, juntamente com a URSS, EUA, Grã-Bretanha e França assinam em Moscovo o tratado que sela o nascimento de uma Alemanha unida e com plena soberania sobre o seu território no próximo dia três de Outubro ■ O Parlamento Europeu condena veementemente a invasão e anexação do Kuwait pelo Iraque, mas afasta a hipótese de uma solução militar para resolver o conflito ■ O chefe de Estado afeição anuncia a legalização dos partidos políticos no seu país.

### 13 Quinta-feira

A bancada do PCP exige na AR a revisão do regime dos inquéritos parlamentares e do Regimento da Assembleia da República, na parte relativa ao direito de petição, para além da melhoria do Estatuto do Provedor da Justiça ■ O secretário-geral da União Europeia Ocidental elogia em Lisboa a cooperação de Portugal com aquela organização na resposta da Europa à crise do Golfo ■ O Conselho de Ministros decide abrir o sector das Telecomunicações à iniciativa privada, e transforma a EDP e a Portugal em sociedades anónimas ■ O líder do PRD, Herminio Martinho, considera as próximas legislativas como o ponto crucial da vida portuguesa, sustentando que as presidenciais devem ser encaradas nessa perspectiva ■ A Síria decide enviar 20 mil soldados e 300 carros de combate para a Arábia Saudita ■ O dirigente da OLP, Yasser Arafat, agradece a Portugal a sua decisão de oficializar a representação desta organização em Lisboa ■ Morre em Roma com 79 anos Giancarlo Pajetta, destacado dirigente do Partido Comunista Italiano.

### 14 Sexta-feira

O Primeiro-Ministro realinha o empenhamento do Governo na modificação da lei eleitoral para as autarquias e da lei que regula as atribuições e competências dos respectivos órgãos ■ Fernando Nogueira, ministro da Defesa, garante que a segurança do País está reforçada e em estado de vigilância apertada desde o início da crise do Golfo ■ O Sectorariado Nacional da UGT exige que o Governo tome uma atitude séria de abertura e desbloqueie conflitos existentes, tanto no sector público como privado ■ O Conselho de Segurança da ONU adota, por 13 votos contra dois, uma ajuda alimentar ao Iraque ■ Frederik De Klerk declara que o governo da África do Sul está disposto a tomar medidas enérgicas para combater a violência nos subúrbios negros de Joanesburgo ■ O governo angolano manifesta-se desapontado com a decisão da comissão de assuntos secretos da Câmara de Representantes dos EUA de renovar a ajuda à UNITA ■ A tensão aumenta no Golfo depois de as tropas iraquianas terem invadido a residência do embaixador francês no Kuwait.

### 15 Sábado

Jorge Sampaio afirma num comício no Porto que o actual Governo desperdiçou cinco anos «de vacas gordas» ■ O presidente francês François Mitterrand ordena o envio de quatro mil soldados para a Arábia Saudita, e expulsa 51 iraquianos do país ■ A polícia sul-africana anuncia duras medidas de segurança para enfrentar os conflitos nos bairros negros ■ Segundo uma fonte oficial soviética a Alemanha unificada poderá tornar-se no sexto membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

### 16 Domingo

Falece aos 59 anos o dirigente comunista Ângelo Veloso, após grave doença que se revelou no princípio deste ano ■ Milhares de moscovitas saem às ruas exigindo medidas para resolver a crise e a demissão do governo soviético ■ O Conselho de Segurança da ONU aprova por unanimidade, uma resolução condenando a violação pelo Iraque de instalações diplomáticas francesas e de outras nacionalidades no Kuwait ■ Vários milhares de kuwaitianos e egípcios atravessam a fronteira entre o Kuwait e a Arábia Saudita, aberta ontem pe-

las autoridades iraquianas ■ O Banco Mundial anuncia que vai ajudar os países em vias de desenvolvimento mais afectados pela crise do Golfo ■ O ministro da Comunicação Social do Paquistão acusa os EUA de ingerência em assuntos internos do seu país ■ Guerrilheiros da RENAMO sabotam a linha de transporte de energia eléctrica que abastece Maputo ■ Mais de cem mil trabalhadores polacos exigem a presidência da República para Lech Walesa.

### 17 Segunda-feira

O ano lectivo das escolas preparatórias e secundárias do País iniciam hoje, segundo o Ministério, o novo ano escolar, embora os sindicatos considerem que a maioria só começará a funcionar na próxima semana ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro, admite a possibilidade de o Governo português expulsar membros da embaixada do Iraque em Lisboa ■ O Primeiro-ministro parte para o Japão, numa viagem de dez dias que o levará aos Estados Unidos ■ A Comunidade Económica Europeia anuncia no final de uma reunião dos seus ministros dos Negócios Estrangeiros, em Bruxelas, a decisão de expulsar todo o pessoal militar iraquiano acreditado nas doze capitais ■ Lech Walesa anuncia oficialmente a sua candidatura à presidência da Polónia ■ Termina sem quaisquer progressos a primeira reunião do Conselho Nacional do Camboja, que representa o governo e a guerrilha ■ A presidente Corazón Aquino pede a retirada ordenada das forças americanas estacionadas nas Filipinas.

### 18 Terça-feira

A Comissão Política do PCP condenou, como foi divulgado por Luis Sá em encontro com os jornalistas, o anúncio, feito por Cavaco Silva de limitação do mandato dos eleitos autárquicos, sem ser no quadro de revisão constitucional ■ O Parlamento reabre em pleno a 16 de Outubro, de acordo com a decisão da conferência de líderes parlamentares ■ A União Europeia Ocidental anuncia que vai apelar ao Conselho de Segurança da ONU para decretar um embargo aéreo contra Bagdad ■ O embaixador do Kuwait na ONU, em carta enviada a Cuellar, denuncia evacuações forçadas de kuwaitianos ■ A cimeira germano-francesa, em Munique, decide o aumento da cooperação entre os dois países e um adiamento da retirada das tropas francesas na RFA ■ Tropas mocabitanas recuperam quatro localidades do distrito de Milanje, ocupadas pela Renamo há mais de quatro anos.

**Avante!**

PROFESSORES DE TODOS OS PAÍSES UNII-VOS!  
O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo  
PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa  
CODIX: Tel. 76 83 45  
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa  
CODIX: Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: EDITORIAL «AVANTE!», SA Rua de São Bernardo, 14, 2.º 1200 Lisboa  
Capital social: 15 000 000 000  
CRC matriculada: 47059  
NIF - 500 990 440  
DISTRIBUIÇÃO: CDL Central Distribuidora Livreira, SARL Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa  
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17  
Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa  
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02  
ALTERAÇÕES DE ÚLTIMA HORA Das 22 às 2 horas - Tel. 90 00 44  
EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44  
PUBLICIDADE CENTRAL: Rua de São Bernardo, 14, 2.º Tel. 67 01 93  
Porto - Rua do Alameda, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Delegação do Norte Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto  
Tel. 68 39 08/69 96 15  
Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra  
Tel. 28394  
Composto e impresso na Heska Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 Venda Nova - 2700 Amadora  
Depósito legal n.º 205 8/5

## Milhares de pessoas no funeral de Ângelo Veloso



O cortejo fúnebre na Rua da Aliança Operária

## Comunicado da Comissão Política

**1.** A Comissão Política do PCP, avaliando a política do PSD, considerou que os factos recentes comprovam que se trata de uma política de favorecimento do grande capital e de clientelas, de agravamento de desigualdades sociais e de fracasso nas áreas da saúde, segurança social, educação, habitação e na real modernização do aparelho produtivo nacional.

A Comissão Política considera que se confirmam e desenvolvem condições para derrotar o PSD nas próximas eleições legislativas e construir uma alternativa democrática.

A Comissão Política considera que, com a demagogia de certas iniciativas políticas, o PSD procura desviar as atenções dos problemas e da incapacidade do Governo. Tal facto reclama o reforço da iniciativa, do empenho e da mobilização dos comunistas e dos democratas portugueses na construção da alternativa democrática.

**2.** A Comissão Política do PCP analisou a evolução recente dos preços no consumidor, as suas consequências imediatas e respectivas responsabilidades. Sendo certo, desde já, que a inflação média anual se situará acima dos 13% (taxa substancialmente superior à projectada pelo Governo), o PCP chama a atenção para o facto de a taxa de inflação efectiva que afecta as famílias portuguesas de menores rendimentos se situar a um nível superior, por efeito do maior peso que nas suas despesas têm os bens alimentares e outros bens e serviços essenciais, nos quais se têm registado as maiores taxas de aumentos de preços. Esta indesmentível situação de facto determina uma degradação real do poder de compra da maioria dos trabalhadores e dos reformados e pensionistas, justificando plenamente a reiterada reclamação do PCP de um aumento intercalar dos salários mínimos nacionais e do valor das prestações sociais.

**O PCP acusa o Governo pela sua passividade em relação a tão injusta situação social e de assim promover voluntariamente o empobrecimento acrescido das camadas mais desfavorecidas da população portuguesa.**

A Comissão Política do PCP responsabiliza directamente o Governo pelos efeitos negativos para a população das recentes medidas de liberalização dos preços de bens essenciais (pão, leite e gases combustíveis), cuja primeira e imediata consequência tem sido o aumento dos respectivos preços de venda ao público, não justificados pela evolução dos respectivos custos, sem que o Governo intervenha legalmente contra a concertação de preços «monopolistas» pelas respectivas empresas e associações patronais.

No que respeita aos aumentos dos preços dos combustíveis líquidos em Setembro, a Comissão Política do PCP entende realçar que, apesar da evolução dos preços das ramas petrolíferas, não se apresentavam como inevitáveis, já que poderiam ser compensados com a redução dos elevados impostos que estavam a ser cobrados e que haviam sido aumentados em Agosto (fixando-se, então, em 100\$00 por litro de gasolina e 56\$00 por litro de gasóleo).

Os aumentos dos preços dos combustíveis líquidos decorreram pois, e fundamentalmente, de uma opção política do Governo que o PCP contesta.

O PCP reafirma o seu protesto contra o escandaloso e oportunista aumento de 26% do preço do gás butano em garrafas, que a crise do Golfo e a especulação nos preços do petróleo bruto, levada a cabo pelas empresas petrolíferas multinacionais, comprovadamente não podem justificar. Na verdade, sendo certo que em Agosto o custo da matéria-prima para o gás em garrafa representava apenas 27,5% do preço de venda ao público, e tendo em conta a evolução dos preços do petróleo e do dólar, pode afirmar-se que qualquer aumento de preço superior a 9% ou 10% é manifestamente oportunista e visa engrossar a já enorme margem de comercialização (67,8% do preço de venda ao público) e os lucros das grandes empresas petrolíferas.

Aliás, o anúncio pela Petrogal de baixa do preço de venda em 100\$00 (por garrafa de 13 quilos), após o ter aumentado em 265\$00, comprova, só por si, a natureza especulativa do aumento de preços verificado. Mas o aumento de preço de 165\$00 por garrafa, consubstancia ainda um agravamento superior a 16%, não inteiramente justificado pela evolução dos preços do petróleo. O que significa a permanência de uma situação de oportunístico aumento das margens de comercialização ou um agravamento do total de impostos cobrados pelo Governo relativamente ao montante cobrado antes da liberalização dos preços.

As tardias e sofisticadas declarações do Primeiro-Ministro a respeito deste escandaloso e inaceitável aumento do preço do gás em garrafa, em nada elimina a directa responsabilidade do Governo nesta situação. Pelo contrário, comprova a forma irresponsável como o Governo decretou a liberalização dos preços do gás, sem quaisquer precauções quanto à necessária vigilância na formação desses preços.

**O PCP exige do Governo a imediata eliminação da componente especulativa do aumento dos preços do gás, e bem assim o esclarecimento público das condições em que foi decretada a liberalização dos preços, incluindo as condições fiscais, e das razões da escolha deste momento por demais inoportuno.**

## Comunicado da Comissão Política

### Às costas

Correia de Jesus é secretário de Estado das Comunidades Portuguesas e foi à agência noticiosa Lusa para produzir uma ideia enquanto visitava demoradamente as instalações. Desconhece-se se a inspiração o acometeu entre dois *telex*s ou já vinha no bolso, trazida de casa, mas isso são lateralidades que os «fait-divers» da História não se esquecerão de averiguar. Na emergência, interessa a ideia. Que determina: «Já acabou o tempo do português com o garrafão às costas. Temos empresários e gente de renome de que é preciso falar e escrever.» Isto a rematar a afirmação de que «hoje os órgãos políticos já não dizem mais emigrantes e é necessário que os jornais também assumam o conceito dos portugueses residentes no estrangeiro».

Temos, portanto, uma primeira linha de força que transforma os emigrantes portugueses em «residentes no estrangeiro» e são autores do prodígio os órgãos políticos, que «já não dizem mais emigrantes» — o que demonstra que, em Portugal, já não faz fé e lei apenas o que os órgãos políticos dizem: agora o que não dizemos também manda.

Outra linha de força é a de que os emigrantes portugueses sofreram uma dupla metamorfose — primeiro transformando-os em «residentes no estrangeiro», depois concentrando-os em «empresários e gente de renome de que é preciso falar e escrever».

O que me permitirá surpreender os meus primos, na visita que farão à terra no próximo Natal vindos das fábricas e «chantiers» de França, onde labutam há anos com mais meio milhão de compatriotas, com a advertência de que a mesa em que estaremos abançados para as febras e vinho tinto é um local de Imprensa onde os vou entrevistar a preceito, como gente de renome que são. Só não direi empresários, porque aí arrisco-me a ter de pagar a conta toda.

Mas a ideia do secretário de Estado não se limita a ser isso — uma ideia de secretário de Estado — ela acalenta um objectivo: lutar contra a «visão miserabilista» que existe em Portugal «acerca dos portugueses residentes no estrangeiro». E identifica os principais responsáveis por tal visão — nem mais nem menos que os órgãos de Comunicação Social, os tais que deverão falar e escrever acerca destes emigrantes de novo tipo.

É verdade que o País verga debaixo das ideias esmagadoras que passam pela cabeça deste Governo. Na Educação, por exemplo, a ideia foi de provar que o ano lectivo abre sempre a tempo e horas, o que se confirmou no calendário; o facto de nunca haver salas de aula suficientes, de se eternizar a falta de equipamentos e instalações ou o atraso na colocação dos professores, não vem ao caso nem anula o mérito. O mesmo se pode dizer da ideia que fez baixar a taxa de desemprego para níveis de pôr os outros parceiros da Comunidade a roer-se de inveja (caso, evidentemente, tenham dado por isso), cuja base assentou mais uma vez na alquimia, ao transformar em «empregado», devidamente registado nas estatísticas oficiais, todo o cidadão que, no desespero da procura de trabalho, aceitou executar uma tarefa esporádica para ganhar algum.

E por aí fora, como a ideia de baixar impostos que não param de subir, a de administrar com transparência através de governantes que se calhar ainda vão parar à prisão, de modernizar o País entregando-o à rapacidade estrangeira, de defender a soberania nacional hipotecando-a aos EUA, de elevar o nível de vida baixando os salários de quem trabalha, de moralizar o exercício do poder aumentando astronmicamente os governantes, de combater a inflação dando pulso livre à especulação, de preservar o património nacional abandonando-o ao saque internacional, etc., etc.

Mas esta ideia de transformar os emigrantes em «residentes no estrangeiro» para anular uma «visão miserabilista» consegue ser mais surpreendente. Porque esquece que os emigrantes portugueses só o são porque a modernidade cavaquista a isso os continua a obrigar.

Porque expõe uma prática política que já não se limita a jogar com as aparências, e quer substituí-las à realidade, atirando-a para debaixo dum tapete onomástico como quem esconde o lixo.

Porque, ao ter vergonha do «português com o garrafão às costas», sublinha a vergonha de tal Governo às costas do País.

**3.** A Comissão Política manifesta a sua viva discordância em relação ao facto de o secretário-geral do PS, em resposta ao discurso do Algarve do Primeiro-Ministro, ter preconizado uma importante alteração ao sistema eleitoral das câmaras municipais, traduzida no fim da sua eleição directa e na introdução da «moção de censura construtiva». Tal alteração corresponderia afinal a uma capitulação perante os objectivos finais do PSD, implicaria uma injustificada deslegitimação popular directa municipal, limitaria seriamente o pluralismo e colegialidade na gestão autárquica e prejudicaria quer a conjugação de esforços dos eleitos dos vários partidos, quer a fiscalização da gestão da força maioritária. O PCP considera que o figurino de eleição das câmaras deu bons resultados e que é inteiramente injustificado, para mais a quatro anos da revisão constitucional ordinária, pretender introduzir alterações limitativas da sua democraticidade.

As situações em que o presidente da Câmara está em minoria no executivo municipal são em número reduzido, a estabilidade e o bom funcionamento têm sido assegurados, frequentemente com base em acordos interpartidários, que também seriam necessários com a alteração proposta pelo PS.

**4.** Em relação à proposta do PS de instituir até ao fim da actual legislatura as regiões administrativas, a Comissão Política assinala que não basta aprovar a Lei Quadro das Regiões (matéria sobre a qual existem projectos de lei aprovados na generalidade há meses), sem que nada de concreto resulte para o País e as regiões.

**Impõe-se garantir a realização de eleições, simultaneamente com as eleições para a Assembleia da República, nas regiões em que exista consenso acerca das áreas regionais.**

Nesse sentido, o PCP propõe:

— a aprovação até final do ano da Lei Quadro das Regiões Administrativas;

— a aprovação no primeiro trimestre de 1991 da Lei de instituição em concreto das Regiões, com a definição de áreas provisórias, como base de partida (distritos, antigas províncias ou outras);

— a consulta imediata às respectivas assembleias municipais sobre essas áreas;

— a eleição das Assembleias das Regiões em que a maioria das assembleias municipais, representando a maioria da população, concorde com as áreas definidas como base de partida. Será seguramente o caso do Algarve e, eventualmente, de outros casos.

**5.** A Comissão Política considera oportuna a institucionalização das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto até ao fim do presente ano, matéria em que o PCP apresentou uma iniciativa pioneira em Março de 1990 que o PS e o PSD pretenderam inviabilizar em 21 de Junho passado.

**A instituição a criar deve ser uma autarquia,** com uma estrutura ligeira, que não interfira com as competências dos municípios e das regiões e que seja legitimada directamente pelo voto popular.

Uma estrutura como a que propôs o PS, que não exerceria competências que actualmente cabem à Administração Central, não teria poderes próprios, nem teria a natureza de uma verdadeira autarquia, não pode ser considerada como um progresso ao nível que seria exigido para a resolução dos graves problemas existentes na grande Lisboa e grande Porto.

**6.** A Comissão Política estranha que o PS tenha referido a necessidade de rever o regime de finanças locais sem aludir ao incumprimento pelo Governo da actual lei, aprovada por consenso, nem aos consequentes prejuízos financeiros de muitas autarquias e às reclamações recentemente apresentadas pelo PCP de reposição da capacidade financeira das autarquias no Orçamento de Estado de 1991.

Considera, por outro lado, que a revisão do regime de competências das autarquias deve ser orientada para a supressão de numerosas formas de ingerência do Governo na actividade autárquica e não deve ser confundida com a imposição de encargos sem contrapartida financeira, como tem sido orientação do PSD.

O Grupo Parlamentar do PCP vai reapresentar na Assembleia da República, em 15 de Outubro, os seus projectos de reforço das competências e meios financeiros das freguesias e de criação da possibilidade de eleitos a tempo inteiro nas Juntas, objectivos pelos quais as freguesias lutam afincadamente, estando, nesse sentido, marcada uma jornada de luta pela Associação Nacional de Freguesias.

**7.** A Comissão Política considera condenável o anúncio feito pelo Primeiro-Ministro de que avançará com a limitação do mandato dos eleitos autárquicos e com a possibilidade de listas de grupos de cidadãos imediatamente, sem ser no quadro da revisão constitucional.

A primeira destas propostas traduz-se numa limitação de direitos políticos dos presidentes de Câmaras abrangidos, que só pode ser introduzida pela Constituição.

A segunda proposta foi rejeitada ainda há um ano, aquando da última revisão constitucional, pelo próprio PSD, pelo que, em face deste facto e da natureza da questão, é natural e desejável que só nesse quadro seja objecto de apreciação e resolução. O PCP, que já propôs sem êxito na Assembleia Constituinte que grupos de cidadãos eleitos pudessem apresentar listas aos órgãos municipais, pronuncia-se a favor da criação desta possibilidade no momento oportuno.

**8.** A Comissão Política condena o facto de o Governo do PSD ter vindo, através de diplomas avulsos, a dispensar o concurso público para adjudicação de grandes obras públicas. Não está em causa a necessidade dessas obras (em alguns casos, propostas e reclamadas por autarquias e populações e com projecto há vários anos elaborado). Mas não deixa de ser ridículo que a sua urgência seja invocada só agora, por um partido que está no governo há dez anos, e na fase final da legislatura, permitindo introduzir uma prática que favorece o tráfico de

influências e é passível de prejudicar largamente o interesse público. A urgência e o interesse público das obras não podem justificar a preterição de garantias legais. **Foi com argumentos deste tipo que se criaram situações de fraude e corrupção no Ministério da Saúde,** como as que foram denunciadas a propósito do Hospital S. Francisco Xavier.

**9.** A Comissão Política procedeu a uma primeira análise relativa à abertura do ano lectivo de 1990/91.

Sem prejuízo do ulterior e mais profundo exame dos principais problemas que afectam o sistema educativo português, as condições em que decorre a abertura do presente ano lectivo plenamente justificam uma nota negativa em relação à acção do Governo PSD/Cavado Silva e em particular do Ministério da Educação.

Apesar do aparato propagandístico e demagógico posto em movimento pelo Governo, a realidade é que o ano escolar está a ser iniciado sem a resolução de um único dos principais problemas que minam o sector educativo e que se regista, até, o agravamento sensível de vários deles.

São disso expressão:

a) o elevado número de escolas, com particular relevo para algumas zonas, que não abriram as suas portas por falta de professores, e a elevadíssima percentagem de estabelecimentos de ensino que apesar de figurarem oficialmente como «abertos» não têm professores colocados em várias disciplinas e onde há por isso muitos horários por preencher;

b) a persistência de muitos e graves problemas no plano das instalações e do equipamento escolar;

c) a desastrosa situação em que, em algumas escolas, vai ser desenvolvida a reforma curricular, com os professores justamente responsabilizando o Ministério da Educação pela falta do mínimo de condições pedagógicas e da preparação para este processo;

d) o contínuo agravamento do cabaz escolar, com destaque para o preço dos manuais escolares, que não é minimamente resolvido pela recente e demagógica decisão do Governo de alargar o período de validade dos livros;

e) o corte significativo de verbas para ocorrer às necessidades básicas dos estabelecimentos escolares.

**10.** A crise do Golfo continua a dominar a vida internacional. Prossegue a concentração na região de poderosos meios militares norte-americanos assim como da Grã-Bretanha, França e outros países. Uma tal escalada mina a necessária solução política negociada do conflito (aberto com a ocupação militar do Koweit pelo Iraque) e que, a não ser rapidamente detida e invertida, poderá conduzir a uma guerra de incalculáveis proporções.

O discurso de George Bush pronunciado no passado dia 11 perante o Congresso dos EUA é bem revelador dos propósitos hegemónicos do imperialismo norte-americano, não apenas em relação ao Médio Oriente e região do Golfo, mas no plano mundial. Ao afirmar que o envolvimento dos EUA no Golfo «não é transitório» e que «os últimos acontecimentos mostram que não há substituto para a liderança americana», Bush confirma brutalmente que não é a defesa do Direito Internacional que põe em movimento a poderosa máquina de guerra norte-americana mas a sua pretensão, afirmada no discurso, de instaurar uma «nova ordem mundial» ao serviço dos chamados «interesses vitais» dos EUA e hegemónizada pelos EUA.

Face a tão inquietantes afirmações e pretensões é necessário sublinhar que a nova ordem internacional por que lutam os trabalhadores e os povos do mundo inteiro tem como fundamentos essenciais o avanço do processo de desarmamento e desarmamento, o respeito pelo direito dos povos à autodeterminação e soberania, o estabelecimento de relações (económicas, políticas, culturais e outras) de igualdade, reciprocidade de vantagens e não ingerência nos assuntos internos, incompatíveis com a hegemonia imperialista, o colonialismo e o neocolonialismo.

**11.** A Comissão Política analisou as lutas em curso ou em perspectiva no País e manifesta o seu apoio e solidariedade aos trabalhadores e outros sectores sociais que combatem pelos seus direitos e interesses legítimos.

A Comissão Política reafirma o papel determinante da luta dos trabalhadores e das massas populares não só na obtenção de objectivos imediatos como na construção de uma alternativa democrática.

**12.** A Comissão Política analisou a actividade das organizações e estruturas do Partido e regista o grande número de iniciativas locais e regionais previstas para as próximas semanas.

A Comissão Política prosseguiu o debate sobre as orientações, estruturas e acções da candidatura de Carlos Carvalhas a Presidente da República.

A Comissão Política considera que, quer na perspectiva das eleições presidenciais, quer das eleições legislativas, há factores preocupantes que reclamam a intervenção das instituições competentes. Neste aspecto, avulta a situação da RTP, que prossegue uma política de favorecimento aberto do PSD, da bipolarização e da discriminação política e ideológica, que tenta compensar o descontentamento contra a política do PSD e combater a construção de uma verdadeira alternativa democrática.

Tendo em vista a defesa da igualdade de oportunidades nos próximos actos eleitorais, o PCP pedirá audiências ao Presidente da República, à Alta Autoridade para a Comunicação Social e à Comissão Nacional de Eleições.

Com os mesmos objectivos, o PCP tomará ou acompanhará iniciativas em relação ao regime jurídico das sondagens e ao financiamento e limites das despesas eleitorais.

Lisboa, 17 de Setembro de 1990

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

Trabalhadores

# Forte movimentação na Função Pública

## Iniciam-se hoje importantes negociações com o governo, ao mesmo tempo que se anunciam novas greves

Com a Secretaria de Estado do Orçamento e no interesse de mais de 400 000 trabalhadores da Administração Central, Regional e Local, a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública (FNSFP) inicia hoje, quinta-feira, às 16 horas, a negociação da plataforma reivindicativa para 1991, instrumento básico para as relações colectivas de trabalho, incluindo naturalmente os salários (revisão salarial) para o próximo ano. Ao mesmo tempo, vários sectores do funcionalismo, com destaque para a Direcção-Geral da Contabilidade Pública, Direcção-Geral da Aviação Civil e Portagem da Ponte 25 de Abril anunciavam ou cumpriam greves, ou decidiam-se por outras lutas relacionadas com a falta de cumprimento do Novo Sistema Retributivo (NSR) para a Administração Pública.

Os trabalhadores da Ponte anunciaram novas greves para os dias 25 e 26 do corrente. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores (STFPASA) «o que está em causa não é propriamente a alteração de funções — por isso temos chamado a atenção para que a análise de funções já estava feita desde 1983 e levou a que o DL 360/83 englobasse estes trabalhadores no grupo de pessoal técnico-profissional e administrativo — mas sim a revalorização destas funções, tendo em conta a sofisticação do novo equipamento e, sobretudo, a alteração enorme do ritmo de trabalho.

Esta luta prolonga-se, e tem sido motivo de várias greves, desde 1988.

Quanto aos técnicos superiores e técnicos da aviação civil, trata-se da abertura de negociações que permitam efectuar a integração destes trabalhadores no NSR, que se encontra bloqueada, apesar dos esforços feitos pelo sindicato junto de três Secretarias de Estado (Modernização Administrativa, Orçamento e Transportes). Ainda no passado dia 13 se deslocou à Secretaria de Estado dos Transportes uma delegação desses trabalhadores. Horas antes, na Praça do Comércio, tinha decorrido uma conferência de imprensa na via pública sobre o mesmo assunto.

Em 17 do corrente, uma forte adesão (cerca de 90 por cento) assinalava o primeiro dos dois dias de greve na Contabilidade Pública do Ministério das Finanças. A forma de luta abrangeu cerca de 600 trabalhadores e teve repercussões nos trabalhos de elaboração do Orçamento do Estado e no processamento de di-

versos pagamentos. Segundo o já citado STFPASA, «em causa está o inaceitável protelamento da aplicação do designado NSR da FP aos trabalhadores da DG da Contabilidade Pública, que regista já cerca de um ano de atraso (desde Outubro de 1989 que estes trabalhadores aguardam a fixação do respectivo estatuto salarial)».

### Mesmo panorama nos estabelecimentos das Forças Armadas

O Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas afirmava, entretanto, que está à espera há mais de seis meses que o Ministério da Defesa reinicie as negociações, pois desde o ano passado que os trabalhadores aguardam «um novo sistema retributivo», bem como a redução do horário de trabalho, esperando, além disso, «há anos» pela «definição jurídica dos Estabelecimentos fabris das Forças Armadas e a aprovação» do que os trabalhadores consideram «os nossos Estatutos».

Para hoje, dia 20, está convocado um plenário geral dos órgãos representativos dos trabalhadores dos EFFAS.

Entretanto, o sindicato decidiu «renovar as solicitações de audiência ao ministro da Defesa», disse dando conhecimento ao Primeiro-Ministro.

O sindicato considera «grave» a situação existente naqueles estabelecimentos.

No passado dia 12, houve uma concentração dos trabalhadores dos EFFAS junto ao Ministério da Defesa.

Quanto às reivindicações de ordem geral, que interes-

sam a todo o funcionalismo, a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública (FNSFP) salienta, entre os principais temas a debater

com a Secretaria de Estado do Orçamento, os seguintes:

- A correcção dos salários em vigor desde Outubro de 1989;

• Os aumentos salariais para 1991;

- A revalorização de carreiras profissionais, designada-

mente os administrativos, operários e auxiliares;

- O descongelamento de escalões que premeiam a antiguidade.

### Assembleia da República

## Face às actuações da Administração PCP avança com a consagração de garantias aos cidadãos

A consagração de garantias aos cidadãos face às actuações da Administração Pública constitui no momento em que se prepara o início de mais uma sessão Legislativa uma das preocupações do Grupo Parlamentar do PCP. Nesse sentido foram já desencadeadas três iniciativas, todas elas subordinadas por essa ideia central, a qual passa, na perspectiva dos deputados comunistas, pelo reforço dos meios de controlo pelo Provedor de Justiça e de controlo parlamentar dos actos da Administração.

Neste último caso, trata-se de introduzir alterações ao Regimento da Assembleia da República, alterações entendidas como necessárias com vista a dar plena execução à Lei do Direito de Petição, e isto não apenas porque este diploma determina no seu articulado precisamente essas alterações mas também porque assim o Parlamento pode corresponder de imediato à enorme expectativa gerada na opinião pública com a sua entrada em vigor.

Levar a Assembleia a ter nesta matéria «um comportamento exemplar e pioneiro», para utilizar as palavras dos deputados comunistas Odete Santos, Lino de Carvalho e António Filipe, na conferência de imprensa realizada para apresentação dos projectos, tal é, pois, um objectivo a alcançar pelo Grupo Parlamentar comunista.

Objectivo que no fundamental não está dissociado dos pressupostos que levaram à apresentação de um outro projecto de lei, onde se procede à revisão do Regime dos Inquéritos parlamentares com vista a garantir a sua eficácia e uma maior transparência.

Preceitos que como é sabido têm andado arredados do instituto dos inquéritos parlamentares, conhecidos infelizmente por funcionarem mal ou por não realizarem os seus objectivos em virtude da manipulação a que são sujeitos por parte da maioria PSD que os tem utilizado, como lembraram os deputados comunistas, para «lentar absolver quem deve ser condenado».

São disso exemplo, como foi recordado aos jornalistas, os inquéritos à gestão do Fundo Social Europeu e o caso Cadilhe, qualquer deles absolvido pelo PDF nas votações, o que não impediu, todavia, que no primeiro caso o escândalo acabasse por ir parar aos tribunais, enquanto que no segundo acabou por ser o próprio Primeiro-Ministro a ditar a sentença de Miguel Cadilhe ao demitir-lo da pasta das Finanças.

Razões, pois, agora que se aproxima o termo da Legislatura, e dado que estão pendentes inquéritos como o do Ministério da Saúde e o da RTP, para que se proceda de forma urgente à alteração da legislação vigente «por forma a dar eficácia e maior transparência aos inquéritos».

Também neste domínio a posição do PSD é aguardada com interesse, uma vez que — e esta foi uma imputação concreta que os deputados comunistas fizeram —, se se opuser fica clara a sua responsabilidade «no alastramento e impunidade da corrupção».

Quanto à terceira iniciativa agora encetada pela bancada comunista, para a qual foi igualmente requerida urgência, trata-se de um conjunto de propostas seleccionadas com o Provedor de Justiça, propostas estas que surgem na decorrência do relatório por este apresentado em Julho último à Assembleia da República.

Classificando de «dramático» o teor do relatório, os parlamentares comunistas são de opinião de que ele

fala por si, porquanto, foi dito no encontro com os jornalistas, «a denúncia feita mostra a incapacidade de a Administração compreender a função do Provedor, a falta de respeito pela sua figura, a falta de cooperação quando não mesmo obstrução, o incumprimento das suas recomendações», isto sem falar nas enormes carências dos serviços em pessoal e instalações».

Do que se trata, por conseguinte, do ponto de vista do Grupo Parlamentar do PCP, é de dar resposta imediata por parte da Assembleia da República ao «apelo de responsabilidade institucional» lançado pelo próprio Provedor no referido relatório,

documento que o mesmo apelida de «balanço sombrio» e donde a dado passo refere que a «crise da instituição salta à vista e a perdurar tornar-se-á insuportável». Ora é justamente para obviar a esta situação que o PCP, segundo foi já anunciado, irá formalizar na próxima reunião da Conferência de líderes parlamentares várias propostas, de entre as quais se destacam a constituição de uma delegação da Assembleia que solicite uma visita ao Serviço do Provedor de Justiça, a par de um outro grupo de trabalho que elabore até ao início da Sessão Legislativa (15 de Outubro) o conjunto de textos legislativos adequados à resolução do problema.

### Inquéritos parlamentares

## Transparência e eficácia precisam-se!

Introduzir aperfeiçoamentos que permitam ultrapassar algumas das debilidades do actual quadro legal, em ordem a favorecer a busca da verdade e a reforçar os meios e possibilidades de quem deseje genuinamente empenhar-se nesse esforço, tal é no essencial o objectivo que presidiu à elaboração pelo Grupo Parlamentar do PCP de um projecto de lei que define um novo regime dos Inquéritos Parlamentares.

De entre as linhas básicas do Projecto, salientam-se as seguintes:

- fixação de prazos para apreciação dos pedidos e constituição das comissões, por forma a evitar a obstrução por deslizamento no tempo;
- concessão aos Deputados membros da Comissão, a nível individual, do direito de requerer e obter os elementos que considerem úteis, por forma a evitar o bloqueio da maioria às investigações necessárias;
- adopção de um novo sistema de relatório, obrigando à elaboração de um questionário (isto é, da lista de todos e cada um dos factos sobre os quais a Comissão terá de emitir juízo), evitando-se assim o bloqueamento por sonegação de factos ou manipulação do relatório;
- adopção da possibilidade de audiências públicas e do acesso à documentação e actas da comissão.

## 20 anos da CGTP

O gabinete de informação (DIF) da CGTP anunciou para ontem uma conferência, a fim de divulgar os objectivos e o programa das comemorações do 20.º aniversário da fundação da Central.

A iniciativa constou da agenda de trabalhos do Plenário da CGTP, reunido em 12 do Corrente no Teatro Villaret, em Lisboa.

O outro ponto da ordem de trabalhos foi sobre as negociações com o Governo e o patronato, no Conselho Permanente de Concertação Social, e sobre «as propostas contidas na Plataforma para um Portugal Desenvolvido e Solidário em matéria de acção reivindicativa imediata», conforme anunciou o DIF da CGTP.

## Em Évora, nos dias 26, 27 e 28 Jornadas Parlamentares do PCP

Realizam-se nos próximos dias 26, 27 e 28, no Palácio D. Manuel, em Évora, as Jornadas Parlamentares do PCP.

No âmbito das Jornadas, destinadas a preparar entre outros aspectos a intervenção da bancada comunista na próxima Sessão Legislativa, os parlamentares do PCP efectuarão uma série de visitas a unidades de saúde, escolas, cooperativas,

empresas, autarquias, sindicatos e outras entidades nos distritos de Beja, Évora e Portalegre, locais onde estão também previstos diversos encontros com a Comunicação Social.

Com início marcado para a manhã do dia 27, os trabalhos das Jornadas Parlamentares prolongar-se-ão até ao fim da tarde do dia 28, altura em que as suas conclusões serão tornadas públicas em conferência de imprensa.

PCP

## Militante antifascista, activista do movimento democrático, membro do Partido Comunista Português

# Uma vida dedicada à luta

Foi com profundo pesar que o Partido tomou conhecimento da morte do camarada Ângelo Veloso, membro da Comissão Política do Comité Central. No passado domingo, dia 16, o Secretário do CC comunicava aos órgãos de Informação o falecimento do «destacado lutador pela causa da democracia e do socialismo». O corpo esteve em câmara ardente no Centro de Trabalho do PCP em Alcântara desde o fim da tarde de domingo até cerca das 18 horas de segunda-feira, altura em que se deu início ao cortejo fúnebre, a pé, com destino ao cemitério da Ajuda. Milhares de pessoas estiveram presentes no último adeus ao dirigente comunista.

### Adesão ao PCP em 1949

Ângelo Veloso iniciou muito jovem a sua actividade política, como militante antifascista, activista do movimento democrático e membro do Partido Comunista Português.

Natural do Porto, onde nasceu em 1 de Novembro de 1930, numa família de origem transmontana, Ângelo Veloso frequentou a Universidade do Porto e, depois, a de Lisboa (no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras), destacando-se pela sua intervenção no movimento universitário, associativo e político.

Em 1949 adere ao Partido. Já antes iniciara a sua actividade política no Movimento de Unidade Democrática Juvenil (MUD Juvenil), sendo membro da Comissão Distrital do Porto. Em 1940/50, pertenceu à direcção universitária de Lisboa do MUD Juvenil, quando é preso pela primeira vez pela PIDE (em inícios de 1950).

### Clandestinidadade

Em fins de 1950 Ângelo Veloso passa a membro da Comissão Central do MUD Juvenil. Em 1955 é de novo preso pela PIDE, quando da intensa repressão desencadeada por altura da libertação de Goa, sendo julgado num processo que abrangia 82 democratas e partidários da paz. Condenado como membro da Comissão Central do MUD Juvenil, fica preso até meados de 1959, data em que é libertado, ficando sujeito a «medidas de segurança».

Prosseguindo a sua luta antifascista, Ângelo Veloso passa a actuar na clandestinidade, como funcionário do PCP, desde fins de 1959. Controla sucessivamente o Sector Intelectual de Lisboa, as organizações regionais do Oeste, do Baixo Ribatejo e do Alto Ribatejo, a Organização Regional e a Local de Lisboa. Em 1966 é cooptado para

quência da vaga de greves então registada em Lisboa. Julgado em Março de 1970 afirma no Tribunal Plenário: «É a terceira vez que sou preso. Revejo estes 20 anos. Revejo alguns dos melhores homens que conheci, uns mortos prematuramente, outros assassinados, outros destruídos pela violência da própria luta. Revejo as centenas de militantes comunistas que pessoalmente conheci e que de mim sabiam apenas o que em mim é fundamental: que sou comunista.

Revejo os meus companheiros de clandestinidade, meus camaradas e meus amigos, esses homens e essas mulheres que, no sobressalho e no perigo, erguem a resistência do País. Sei que vou ser condenado. Mas digo e redigo: neste Tribunal, o meu lugar não é aqui. Os serventários da exploração e da tirania, esses é que são os criminosos».

O Tribunal Plenário condenou Ângelo Veloso em penas

que ultrapassavam 7 anos de prisão, acrescidas das «medidas de segurança» que permitiam o prolongamento indefinido da detenção. Ângelo Veloso contava já um total de mais de 10 anos de prisão quando se deu o 25 de Abril. Foi libertado, pelas Forças Armadas, no Forte de Peniche.

### Após o 25 de Abril

Após o 25 de Abril, Ângelo Veloso, prosseguindo activamente a sua luta nas fileiras do PCP, desenvolve intensa acção no Norte do País, como responsável da Organização Regional do Norte e depois da Organização Regional do Porto, e tem uma contribuição destacada nas lutas políticas e sociais que asseguram a liquidação do regime fascista e a conquista e defesa do regime democrático.

Em 1976, o Comité Central



A saída do funeral do Centro de Trabalho de Alcântara

suplente do Comité Central e em 1967 para membro efectivo.

### Mais de 10 anos de prisão

Em 1969 Ângelo Veloso é preso pela terceira vez, na se-

## Mensagens de condolências

Numerosas entidades e personalidades da vida nacional transmitiram ao PCP e à família de Ângelo Veloso condolências pelo seu falecimento.

No Centro de Trabalho de Alcântara, onde o corpo do dirigente comunista esteve em câmara ardente, estiveram o Presidente da República, dr. Mário Soares, e um representante do primeiro-ministro.

Igualmente esteve no CT de Alcântara o general Ramalho Eanes.

Muitas outras entidades oficiais, câmaras municipais, dirigentes partidários, diplomatas, organizações sociais, sindicatos, organizações do Partido e individualidades estiveram presentes, fizeram-se representar ou enviaram mensagens de condolências: Victor Crespo, presidente da Assembleia da República; Carlos Encarnação, ministro dos Assuntos Parlamentares; presidentes das Câmaras Municipais de Lisboa, Almada, Almodôvar, Amadora, Borba, Coruche, Ferreira do Alentejo, Palmela, Sesimbra, Sines, o executivo da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, o presidente da Assembleia Municipal de Loures, as juntas de freguesia de Aqualva - Cacém, de Bonfim - Porto, o presidente da Junta de Freguesia de Sines, o Conselho Administrativo da Associação de Municípios de Beja, Jorge Sampaio, secretário-geral do PS; Ferraz de Abreu, presidente do PS; António Costa, em representação da FAUL do PS; António Frederico Niny Sequeira, membro da Comissão Nacional do PS; Moitalvão Machado, presidente do grupo parlamentar do PSD; Hermínio

Martinho, presidente do PRD; major Mário Tomé, em representação da UDP; André Martins, em representação do Partido Ecologista «Os Verdes»; José Tengarrinha, presidente do MDP/CDE; Carlos Marques, com elementos da sua candidatura; René Piquet, presidente do Grupo Coligação de Esquerda do Parlamento Europeu; Issam Beseisso, representante da OLP em Lisboa, e em nome de Yasser Arafat, presidente do Comité Executivo da OLP; representantes da comissão executiva nacional do Partido «Os Verdes»; Intervenção Democrática; os embaixadores da URSS, Valentin Kasatkin; de Cabo Verde, Herculano Vieira; da RDA, Julian Hollender; representantes da direcção da Voz do Operário, Clube dos Sargentos da Armada, comissão coordenadora dos Pioneiros de Portugal; Movimento Democrático de Mulheres; Carvalho da Silva, coordenador da CGTP/IN e outros membros do Conselho Nacional; Sindicato do Calçado de S. João da Madeira; Sindicato do Tabaco; Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares; Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Colectivos do Distrito de Lisboa,

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Bebidas do Sul e Ilhas; Sindicato dos Metalúrgicos do Porto; Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica do Sul, Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte; Sindicato dos Têxteis do Porto; Sindicato dos Trabalhadores Químicos do Sul; Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas de Portugal; Sindicato Têxtil do Distrito de Braga; Sindicato dos Trabalhadores de Beja; União dos Sindicatos de Aveiro; União dos Sindicatos de Viana do Castelo; direcções regionais do PCP do Porto, Portalegre, Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Bragança, Viseu, Braga, Viana do Castelo, Açores; comissões concelhias de Bragança, Boavista, Matosinhos, Maia, Póvoa do Varzim, Ferreira do Alentejo, Gondomar, Santarém, Arcos de Valdevez, Sines, V. Nova de Gaia; comissões de freguesia de Queluz, Valbom, Almada, S. Cosme - Gondomar, Rio Tinto - Porto; Comité Local do Porto; sector sindical da DORP; organização dos Bancários do Porto; células do PCP na CDL, Tudor - Castanheira, Rank Xerox, Guerin, BPA, BBI e Banco de Portugal no Porto; núcleos comunistas em França; organização do PCP na Suíça; representação parlamentar do PCP na Assembleia Regional dos Açores; Organização do Ensino Secundário da JCP, Organização concelhia de Vila Franca de Xira da JCP; comissões



No cemitério da Ajuda a urna foi transportada por dirigentes do PCP

de trabalhadores da AIP/FIL, Tudor - Castanheira; direcção da Cooperativa Cabouco; colectivos da Editorial Caminho, CDL e Unívideo, posto dos CTT do Porto; Joaquim e Fernandes - Vidradores; Grupo Sismet; António Alexandre Raposo, director do «Diário do Alentejo»; assim como presenças individuais de A. Mendes, Aida Freitas Loureiro Magro, Alcina Bastos, Alexandre Silva, Álvaro Ferreira Alves, Amadeu Valente Rodrigues, Américo Guedes,

António Galhordas, António Pimentel Domingues, Armando Bacelar, Armando Castro, Armando Coelho, Armando Carolino de Almeida, Augusto Carreto, Augusto Martins Lagarto, Caprônio Augusto Nunes dos Santos, Dina Lucas Nunes, Dusan Vucic, Estrela Novais, Eufrásia Custódia Veríssimo, Fátima Garcia, Fernando Branco Cabrita, Fernando Lopes Ferreira, Flávio Martins, Francisco Salgado Zenha, Hélio Calais Grilo, Isabel Rodrigues, Isidro

Rodrigues Gomes, Joaquim dos Santos Bento, Joaquim Santos Guerreiro, João Ferro, João Maia A. F. Enes, José António Capuchos, José Soares Pinto, José Ferreira Tão, José Manuel Corouche, Judite Coelho Moreira, Lagos Simões e Freitas, Luís Cabral, Manuel Miranda, Manuel Silva, Manuel Tito de Morais, Manuela Almeida Chaves, Maria Manuela Alves de Jesus, Maria Cristina Matos, Maria Irene Silva Araújo Salgado Zenha, Maria José Ri-

beiro, Maria Teresa Machado, Augusto Carreto, Maria Ivone Braz, Maria Vitória Lourenço, Maria Ruth Rodrigues, Marques Alves, major Marques Júnior, Monteiro Baptista, Olga Ribeiro Fonseca, Paula Cristina Costa, Paulo Valadao, brigadeiro Pezarat Correia, Raquel Branco Freire, Rogério Paulo, Rui Godinho, Rui Jorge A. Fernandes, general Vasco Gonçalves, major Vasco Lourenço, Vasco Valdez, Victor Freire, Virgílio Lemos.

## Discurso de Álvaro Cunhal no funeral de Ângelo Veloso

### «Um homem com a profunda e justa convicção de que para servir o povo e o país vale a pena ser comunista»

A morte de Ângelo Veloso é uma grande perda para o nosso Partido, para o nosso povo, para a democracia portuguesa — foram estas as primeiras palavras do secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, na intervenção que proferiu no cemitério da Ajuda, após o longo desfile iniciado mais de uma hora antes no Centro de Trabalho de Alcântara.

Referindo-se ao destacado dirigente comunista que agora nos deixou, o secretário-geral do PCP afirmou:

«Deixa-nos para sempre um homem que desde muito jovem entregou a sua vida à luta em defesa dos interesses e aspirações do povo português e de Portugal; um homem que no tempo do fascismo arrostou perseguições, a clandestinidade, torturas, anos de prisão e voltou sempre ao combate de cabeça erguida com a certeza do dever cumprido; um homem que na revolução democrática e desde o 25 de Abril continuou infatigavelmente o caminho traçado e que com o seu Partido deixou na vida social marcas da sua própria intervenção; um homem atento às mudanças, às novas realidades e empenhado na busca de novas respostas aos novos desafios; um homem para o qual foram objectivos e valores determinantes do combate político a liberdade, a democracia, o progresso social e o socialismo; numa só palavra: um homem com a profunda e justa convicção de que para servir o povo e o país vale a pena ser comunista.

«Apesar de gravemente doente há já alguns meses, Ângelo Veloso acompanhou sempre com o interesse e a atenção que a doença lhe permitia, a evolução da situação nacional e internacional e o fundamental da actividade do Partido.

«Expressou empenhada identificação com a preparação, a realização, as resoluções e os resultados do XIII Congresso (Extraordinário) do Partido e expressava a sua alegria de militante por ver, ante as transformações do mundo e atento às novas realidades, o seu Partido, o nosso Partido, afirmar com convicção, espírito criativo e segura e firme tranquilidade política e de consciência, a sua natureza, os seus objectivos, a sua ideologia

antidogmática, o seu funcionamento democrático, a sua unidade, o seu carácter patriótico e internacionalista, ou seja, características fundamentais que são a razão de ser da sua existência e da sua luta. E, afirmar-se, na realidade actual, empenhado na luta pela unidade dos trabalhadores e pela convergência dos democratas, a fim de alcançar uma alternativa ao Governo e à política de direita.

«Foi também possível, nos seus últimos dias de vida, transmitir-lhe a notícia breve mas exaltante, que ele aguardava, do êxito político e de massas que foi a Festa do «Avante!» e da imensa participação da juventude.

«Ângelo Veloso faz-nos falta, muita falta. «Ele sabia porém alguma coisa de importante como todos nós sabemos: se o caminho da luta é inevitavelmente marcado por vidas que se apagam, a força do nosso Partido incessantemente se renova com novas vontades e novas determinações, com novos camaradas que empunham com decisão o testemunho que lhes passaram os que desapareceram por virtude das leis da natureza. Ele sabia, como todos nós sabemos, que a luta é também por si fonte de energia e fonte de vida.

«Estamos aqui hoje numa hora de tristeza e dor. Prestamos todos com a nossa presença uma justa homenagem. «Mas temos consciência que a mais justa homenagem que podemos prestar a Ângelo Veloso como a todos os nossos companheiros que ficam pelo caminho é continuarmos a luta pela causa a que deram a vida, continuarmos a luta com a vontade, a determinação e a confiança revolucionária de que eles nos deram altos exemplos.

«Um partido que pelos seus objectivos, a sua luta, a sua entranhável e indestrutível ligação ao povo, é capaz de ganhar tão profunda e convicta dedicação de vida inteiras como foi a de Ângelo Veloso, testemunha por esse facto que é um partido ao qual o futuro pertence.

«A lúcida consciência de tal perspectiva foi motivo inspirador da vida e da luta de Ângelo Veloso até aos últimos momentos da sua existência.

«É também motivo inspirador da nossa luta que continua.»

## Nacional

## Produtores de arroz ocupam estrada em Alcácer do Sal

Cerca de 250 produtores de arroz decidiram ocupar a estrada Lisboa-Algarve, em Alcácer do Sal, depois de verem goradas as suas reivindicações relativas aos preços e escoamento do arroz.

Foi na passada sexta-feira que os produtores de arroz, concentrados em Alcácer do Sal com as suas viaturas, ouviram da boca do director dos Serviços Regionais do MAPA que o Governo não tinha adoptado quaisquer medidas capazes de responder aos seus anseios.

Como forma de manifestar o seu protesto, estes agricultores do distrito de Setúbal ocuparam a estrada Lisboa-Algarve em Alcácer do Sal, durante uma hora. Segundo a sua Associação, tratou-se de uma acção corajosa que revelou grande unidade e deixou claro o descontentamento dos produtores de arroz com a política do Governo, bem como a sua disposição de lutar pelos seus direitos.

Entretanto, para superar o impasse criado pelo Executivo PSD, a Associação dos Agricultores do Distrito de Setúbal decidiu solicitar uma entrevista urgente do secretário de Estado da Agricultura, pedir a intervenção e apoio das Câmaras de Alcácer do Sal, Grândola e Santiago do Cacém, no sentido de tomarem as medidas que julgarem necessárias e possíveis, bem como enviar um ofício ao governador civil de Setúbal, informando-o da situação e solicitando a sua intervenção junto do Governo.

## PCP

## Beja, reunião de quadros

Na perspectiva da preparação da 2.ª Assembleia da Organização Regional de Beja, realizou-se, no passado dia 14, uma reunião de quadros para análise do trabalho de direcção, estruturação e renovação desta organização regional.

Na reunião, foram definidas como prioridades as organizações concelhias de Beja, Odemira, Moura, Serpa, Ferreira do Alentejo, Aljustrel e Castro Verde. E como principais áreas de trabalho — o trabalho autárquico, desenvolvimento regional e ambiente; trabalho sindical, das organizações e lutas de massas; agricultura; saúde e assuntos sociais; juventude; mulheres; comunicação social; área institucional.

A necessidade de reestruturação do trabalho e renovação dos quadros, aos vários níveis, foi um dos pontos importantes do debate, sendo ainda sublinhada a necessidade de os organismos de direcção aumentarem a sua capacidade de intervenção ideológica, de par do aprofundamento da democracia interna nas diversas organizações.

Entre os outros pontos abordados, de referir a necessidade sublinhada de dar particular atenção ao trabalho entre a juventude e entre os agricultores.

Os participantes na reunião manifestaram a sua satisfação com o êxito da Festa do «Avante!» e incitaram todos os militantes e organizações partidárias do distrito de Beja ao reforço da unidade interna e com outros democratas e forças democráticas, à acção em torno dos objectivos do PCP e a uma activa intervenção na preparação das batalhas eleitorais para a Presidência da República e para a Assembleia da República.

## Camaradas Falecidos

### Marcial Carvalho

Membro da organização da freguesia do Alto do Seixalinho, Barreiro, faleceu recentemente o nosso camarada **Marcial Gonçalves Carvalho**, de 67 anos. O militante comunista prestava colaboração nas tarefas de funcionamento do Centro de Trabalho concelhio.

### Vítor Hugo Cruz

No passado dia 7 faleceu na Marinha Grande o camarada **Vítor Hugo Antunes da Cruz**, com 50 anos de idade, vitimado por doença incurável manifestada há cerca de 3 meses.

O camarada Vítor Hugo era militante do Partido desde 1974 e foi funcionário da ORLEI entre 1979 e 1987, exercendo nesta organização destacadas funções de Direcção. Ao longo dos 8 anos como funcionário do Partido foi responsável pela organização dos Concelhos de Marinha Grande, Leiria, Alcobaça, Nazaré e Porto de Mós.

Fez parte de várias comissões nacionais da Festa do Avante.

Foi um dos grandes obreiros da fundação da Coopera-

tiva de Consumo do Povo da Marinha Grande.

**Pela sua dedicação, experiência e capacidade de trabalho, o camarada Vítor Hugo foi um exemplo de militante e dirigente do Partido, tendo grangeado a maior estima e respeito de toda a Organização Regional de Leiria e da população da Marinha Grande, onde residia, sublinha a DORLEI, que acrescenta:**

Ficamos mais pobres com a perda de um dos mais destacados membros da ORLEI mas o seu contributo na luta por uma vida melhor e uma sociedade mais justa e mais fraterna, permanecem e animam-nos a continuar a causa a que deu o melhor de si.

A família enlutada, em especial à sua companheira Albertina, a Direcção da ORLEI expressa as mais sentidas condolências e reafirma que tudo fará para que os sacrifícios e os exemplos dados pelo Vítor Hugo não tenham sido em vão.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo da Redacção do Avante! manifesta profundo pesar.

## Internacional

## O medo dos Sindicatos nos EUA

O controlo das organizações sindicais norte-americanas por poderosas mafias tem sido tema de livros e filmes de qualidade.

A maioria dos portugueses continuava, no entanto, a desconhecer que os EUA são no mundo industrializado um dos países com mais baixo índice de sindicalização. Numa força de trabalho de 110 milhões de pessoas (a população total é de 240 milhões) as empresas privadas empregam 82 milhões e a União e as Administrações estaduais 19 milhões. Os assalariados agrícolas são somente dois milhões.

Dessa massa de trabalhadores estão filiados em sindicatos apenas 16,8%. Não obstante a taxa de desemprego, 5,2%, ser sensivelmente a mesma de 1988 e a oferta de emprego ter aumentado, o número absoluto de sindicalizados diminuiu nos últimos anos.

O mais elevado índice de sindicalização regista-se em sectores não produtivos, sobretudo em empresas públicas (8 milhões).

No tocante à origem étnica, a minoria negra apresenta a mais alta percentagem de sindicalização, 22,6%, seguindo-se os trabalhadores de origem latino-americana, 17,1%.

Poderosos grupos de pressão anti-sindicais desenvolvem uma actividade permanente para criar toda a espécie de obstáculos à assinatura

de contratos colectivos. Apenas 8,5% dos assalariados são abrangidos por esse tipo de contratos.

Contrariamente ao que alguns órgãos de comunicação social têm sugerido em Portugal, os trabalhadores norte-americanos experimentam maiores dificuldades em defendêr os seus direitos não em empresas tradicionais, mas naquelas que utilizam novas tecnologias. Nos EUA a modernidade é acompanhada de uma involução da mentalidade no que diz respeito ao diálogo do patronato com os assalariados. A esse respeito é esclarecedor o panorama oferecido nas empresas pioneiras do Silicon Valley, na Califórnia, olhado como a capital da alta electrónica.

Muitos empresários dessa área, onde a degradação do

ambiente apresenta níveis alarmantes, não admitem sequer trabalhadores sindicalizados e não fazem segredo desse comportamento.

Mais de 60% dos assalariados das empresas do famoso Vale são imigrantes do Terceiro Mundo, vindos do México, de El Salvador, das Filipinas, do Vietname, da Malásia.

Algumas empresas, perante a simples probabilidade da formação de um sindicato, informaram os trabalhadores de que, se isso ocorresse, a fábrica fecharia as portas e seria transferida para Singapura ou para a Coreia do Sul, «onde os sindicatos não incomodam». De modo geral, os trabalhadores asiáticos são preferidos aos latino-americanos porque estes «falham muito dos seus direitos e sabem o que é um sindicato»<sup>(1)</sup>.

No Congresso, passou o tempo em que muitos senadores comparavam os sindicatos a organizações comunistas. Mas o Governo Federal fecha os olhos, tal com o Poder Judicial à existência de empresas criadas com o objectivo específico de ameaçar sindicatos, agredir sindicalistas e espancar grevistas. A mais conhecida é a Union Busting cujo nome tem uma auréola negra nos meios sindicais da Costa Ocidental.

Quase metade dos 50 Estados da União adoptaram leis que, visando oficialmente garantir o direito ao trabalho (**right to work laws**), pretendem na realidade impedir a constituição de sindicatos e manter os salários ao nível mais baixo possível. Em 1983 o salário dos trabalhadores sindicalizados era em média 35% mais alto do que o dos não sindicalizados<sup>(2)</sup>. Essa situação foi sempre vista pelas grandes empresas como um «mal social» que devia ser combatido.

A verdade é incómoda: nos EUA diminui de ano para ano a percentagem de trabalhadores sindicalizados. Os que se filiam nos sindicatos são olhados com desconfiança pelo patronato.

Na grande república, que insiste em se apresentar como modelo de moderna democracia, o simples acto da sindicalização continua a ser encarado pela maioria como um desafio de conotações subversivas

■ MUR

<sup>(1)</sup> — K.J. Hosfeld, in *Immigrant Workers in Silicon Valley, San Antonio Texas, 1984.*

<sup>(2)</sup> — Michael Parenti, in *«Democracy for the few», St. Martin's Press, New York, 1983.*

## Cambodja mais próximo da paz

O Conselho Nacional Supremo do Cambodja (CNS), constituído há cerca de uma semana no quadro do plano de paz das Nações Unidas, reuniu-se pela primeira vez em Bangkok, capital da Tailândia, nas instalações da antiga embaixada khmer.

O encontro realizou-se com a participação de seis representantes do governo do Cambodja, incluindo o primeiro-ministro Hun Sen, e dois representantes de cada um dos grupos de oposição: os Khmeres Vermelhos, liderados por Khieu Sampan, a Frente ligada ao príncipe Norodom Sihanouk (no caso representado pelo seu filho Ranariddh), e a Frente Popular de Libertação, encabeçada pelo antigo primeiro-ministro, Son Sann.

Esta primeira reunião foi entretanto inconclusiva, não tendo sido possível chegar a acordo quanto à liderança do Conselho e à personalidade que deverá representar o país.

A reunião agora realizada na capital tailandesa insere-se no quadro de um plano de paz proposto pelo Conselho de Segurança da ONU em 28 de Agosto, e aceite por todas as partes envolvidas no conflito cambodjano.

Também o Vietnam acolheu favoravelmente «os esforços feitos pelos cinco membros do Conselho de Segurança».

São cinco os pontos do acordo geral, primeira etapa de um processo de paz no Cambodja.

— Acordos transitórios relativos à administração do Cambodja durante o período pré-eleitoral.

— Acordos militares durante o período de transição.

— Eleições a realizar sob os auspícios da ONU.

— Protecção dos direitos humanos.

— Garantias internacionais.

Os dois primeiros pontos já tinham sido adoptados por consenso, em Julho, na reunião então realizada em Paris.

Segundo a Declaração agora aprovada, os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança (EUA, URSS, China, França e Grã-Bretanha) visam «permitir ao povo cambodjano que determine o seu futuro

político através de eleições livres e justas, organizadas e orientadas pelas Nações Unidas num clima político neutro e no pleno respeito da soberania nacional do Cambodja».

Pedindo que este documento-quadro «seja aceite na sua totalidade», os membros permanentes do Conselho de Segurança lançam «um apelo às partes cambodjanas para que se empenhem na adesão a este processo e que formem o Conselho Nacional Supremo».

Este o passo entretanto já dado. Falta o outro, que não foi ainda possível avançar em Bangkok — a designação de «um representante para ocupar o lugar do Cambodja nas Nações Unidas e nas outras

organizações internacionais».

Depois de um acordo entre «todas as partes no conflito», os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança e o Secretário Geral das Nações Unidas deverão elaborar um plano detalhado para que a paz seja finalmente possível no Cambodja.

Não são poucos, entretanto, os problemas pendentes, nomeadamente a questão central das garantias de desarmamento dos khmeres vermelhos, por parte do governo cambodjano. Uma exigência que sem dúvida marca a fronteira entre a paz e o retorno da ameaça de um poder que representou um verdadeiro genocídio.

## Chile

### Honras de presidente para Allende assassinado há 17 anos

«Trabalhadores da minha pátria! Saibam que aqui estamos, pelo menos com este exemplo, para assinalar que neste país há homens que sabem cumprir com as obrigações que têm. Fá-lo-ei por mandato do povo e pela vontade consciente de um presidente que tem a dignidade do cargo... Não vou renunciar! Colocado na encruzilhada da história, pagarei com a minha vida à lealdade ao povo. Tenho a certeza de que a semente que entregámos à consciência de milhares e milhares de chilenos não poderá ser definitivamente segada... Sempre estarei junto de vós. A minha recordação será a de um homem digno que foi leal com a sua pátria... Tenho a certeza de que o sacrifício não será em vão. Tenho a certeza de que, pelo menos, constituirá uma sanção moral que castigará a perfídia, a covardia, e a traição!».

Esta a mensagem transmitida pelo presidente Allende, pela Rádio Magallanes, poucas horas antes da sua morte no palácio de «La Moneda», cercado pelas tropas de Pinochet.

Foi há 17 anos. Hoje, restabelecida finalmente a democracia no Chile, uma imensa multidão esteve presente nas cerimónias que acompanharam a trasladação do corpo de Allende, de uma tumba na cidade de Vina del Mar, para o mausoléu no Cemitério Geral.

Um símbolo das profundas mudanças que o Chile vive, ainda marcado entretanto por um passado de selvática repressão. Crescem as exigências de demissão de Pinochet do comando das FFAA, enquanto vem à luz a dimensão dos crimes praticados, e novas fossas com cadáveres das inúmeras vítimas da repressão têm vindo a ser descobertas.

# A crise do Golfo

## PCP denuncia vazio de estratégia do governo português

No quadro da situação de crise hoje gerada no Golfo, o governo português assumiu uma «errada orientação», que na prática reflecte também um «vazio de estratégia».

É esta errada orientação, que o deputado do PCP, João Amaral, desmonta na sua intervenção na reunião da Comissão Permanente da Assembleia da República, de 6 de Setembro, que transcrevemos. Sublinhando, como alternativa, «fazer e explorar todas as vias para forçar o agressor pela via negocial, política e pacífica».

Na opinião do PCP, a gravidade da crise do Golfo e a evolução dos acontecimentos impõem que esta Comissão Permanente, órgão máximo desta Assembleia neste momento, volte a abordar a matéria.

Três questões reclamam uma viva chamada de atenção para o debate. A polémica de «acordo secreto»; o envolvimento militar activo do país; a questão central da estratégia portuguesa para a crise.

### O «acordo secreto»

Quanto ao «acordo secreto» que terá sido feito paralelamente ao acordo público (e aprovado por esta Assembleia) com os Estados Unidos.

É altura de lembrar e dizer com clareza: a concessão das facilidades às Forças dos Estados Unidos para utilizarem para a defesa dos seus interesses território nacional, o espaço aéreo português, para utilizarem no seu interesse as Bases Aéreas das Lages, Santa Maria, Montijo e Beja, não foi feita ao abrigo do acordo militar Portugal-Estados Unidos tal como está publicado e é conhecido. Não foi nem podia ser, já que o acordo, tal como resulta do seu texto publicado no Diário da República, só permite a concessão de facilidades aos Estados Unidos no âmbito NATO e a operação americana no Golfo situa-se fora da área NATO e não foi decidida no quadro NATO. Mais: as facilidades foram concedidas antes das decisões da ONU.

O Governo afirmou que foi uma decisão política sua. O país perguntou que legitimidade tinha o Governo no sistema constitucional português para envolver o país em actos preparativos de situação de guerra, quando a Constituição torna obrigatória a intervenção do Presidente da República e da Assembleia da República?

É neste quadro que a polémica do acordo secreto adquire sentido e assume gravidade. As tricas da política trouxeram à luz do dia a perplexidade do Ministro da Defesa e do Deputado Cardoso Ferreira, Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Defesa e membro do Conselho Superior de Defesa Nacional. As suas afirmações coincidem: não podem responder se há acordo secreto, se não deixaria de o ser. O que subentendem é evidente: a «dificuldade» da resposta só existe porque há acordo secreto (se não houvesse, não havia difi-

culdades!) e porque esse acordo secreto foi invocado e está a ser usado.

A questão é de tal gravidade que não pode ficar como está. O Governo tem de responder à Assembleia com clareza sobre esta questão. A Constituição e o moderno direito internacional deslegitimam os acordos diplomáticos secretos e a história da humanidade demonstra que o seu uso nunca foi feito para a defesa de interesses legítimos ou sem sacrifício de interesses legítimos. O Governo deve uma explicação clara ao país! Na ordem jurídica portuguesa com a competência exclusiva da Assembleia da República para aprovar acordos de natureza militar, não há acordos secretos que vinculem o país!

### Envolvimento militar

Quanto à 2.ª questão, o envolvimento militar de Portugal na crise, foi uma decisão desajustada, de que o PCP frontalmente discorda.

Desajustada à capacidade militar do país. É que não se trata de saber se, em abstracto, o país pode mandar uma força expedicionária, para o Golfo ou para qualquer outro lugar do Mundo, com capacidade para entrar em conflito. A resposta seria: o país pode — mas a questão não é abstracta, é concreta. E a pergunta deve ser se o país pode fazer isso sem comprometer a sua já limitada capacidade de defesa autónoma? E, Senhores Deputados, esta não é questão para brincar, para dizer como chegou a ser dito: «mandam-se uns fuzileiros...» situados próximos da entrada do Mediterrâneo, a poucas milhas do mundo árabe com o arquipélago da Madeira em frente à costa africana, no mesmo paralelo de RABAT, Portugal, país de 4 fragatas tem de medir e defender os seus interesses.

O Governo não o fez. Foi na onda das pressões externas, como as dos Estados Unidos e UEO, e das internas, dos comentadores que de repente esqueceram os seus escritos de maledicência e intriga contra as Forças Armadas e se encheram de espírito de cruzada e, «Por Santiago aos Mouros», descobriram uma nova moda. Efémera como todas as modas...

O Governo adoptou na prática uma orientação contrária aos interesses nacionais.

### A estratégia portuguesa

Essa errada orientação reflecte o vazio de estratégia por parte do Governo. E essa é uma questão central, que tem de ser discutida com transparência perante o País, na sede própria, no plenário da Assembleia da República. Ao impedir a convocação urgente do Plenário, como propôs o PCP (e o PS e CDS), o PSD põe o Governo ao abrigo da análise sistemática e aprofundada das suas opções. Mas quem perde é o País, que navega na crise sem rumo.

O debate a fazer urgentemente no plenário tem de equacionar múltiplas questões.

A própria natureza do confronto. Há que condenar sem reservas o agressor, o Iraque governado por Saddam Hussein. Mas, em nome de quê? De «valores democráticos»? Não são esses valores que pautam a vida do Kuwait e da Arábia Saudita, sujeitos ao despotismo brutal de monarcas sustentados pelos inconfessáveis interesses do petróleo. Há que chamar pelos nomes próprios todas as partes.

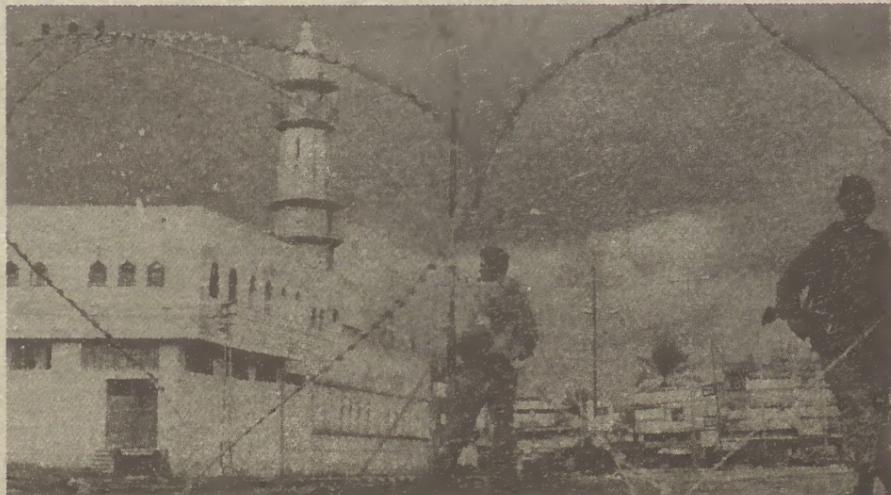
Não é possível esquecer a história da região durante este século, e as feridas que a luta pelo petróleo deixou no Mundo árabe. A crise não é uma história de banda desenhada, em que se pode conformar os inimigos às suas características exemplares: maus e brutos. A crise envolve Países e pessoas de passado histórico rico e complexo. Os tratados em que a França e a Inglaterra retalharam a zona são também parte deste conflito. Fazer história para absolver o presente? Não é isso. Fazer a história para compreender o presente.

A estratégia portuguesa para o conflito deveria passar por essa profunda compreensão que no quadro europeu, o povo português tem condições para privilegiar a relação com o Mundo árabe.

Na situação existente em 1990 um Mundo de transição da referência bipolar para a multipolar, a crise do Golfo é um desafio à capacidade de encontrar soluções adequadas. A solução não é o fundamentalismo ocidental. Não se revivem as cruzadas. A solução está, e essa deveria ser uma questão central da estratégia portuguesa em uma nova função para a ONU. Nova, não porque não conste da Carta, mas sim porque exercida de novo e com legitimidade refundada no termo da guerra fria. Há que fazer tudo para dar à ONU a oportunidade para a Paz.

Há que fazer e explorar todas as vias para forçar o agressor pela via negocial, política e pacífica.

Mas, a reflexão tem de ir mais longe! Pode permitir-se a política, como diz o deputado António Guterres, dos dois pe-



A faixa de Gaza ocupada. Também aqui as decisões da ONU deverão ser cumpridas

sos e duas medidas? Israel pode continuar impunemente a não cumprir as Resoluções da ONU? Os Estados Unidos podem continuar a fazer intervenções, no Panamá, em Granada, e noutros sítios, à semelhança do Iraque?

Portugal tem de reequacionar a sua estratégia da política externa e de defesa. O Gover-

no deu-se conta tarde que tudo mudava.

O Governo esbanjou cinco anos de desafogo financeiro e boa conjuntura sem uma política energética que criasse alternativas. Perante a dependência, o Governo prepara a recessão. Mais uma vez se pergunta: Como? Restringido os aumentos salariais e enca-

recendo os produtos essenciais? Deixando a inflação descontrolada? Pode contar com a oposição dos trabalhadores.

O Governo tem de vir à Assembleia, ao Plenário da Assembleia, explicar o que deve explicar ao País. Há coisas excessivamente importantes a serem discutidas para poderem ser adiadas.

## CEE/Iraque

### Política de represálias

À violação do espaço das embaixadas no Kuwait, pelas forças iraquianas, segue-se a decisão dos Doze de expulsar os adidos militares iraquianos e apertar o cerco do embargo, abrindo-se a possibilidade de um bloqueio aéreo ao Iraque.

Concretamente, o comunicado final da reunião dos ministros em Bruxelas afirma que «A Comunidade Europeia e os seus Estados membros consideram indispensável que o embargo decidido pelas Nações Unidas leve o governo actualmente em funções em Bagdad a tomar consciência do carácter suicida dos seu comportamento face à comunidade internacional».

Entretanto a JEO discute a possibilidade do envio generalizado de forças terrestres para a área do Golfo, o que objectivamente pode contribuir mais ainda para um aumento de tensão e acrescidos perigos pelo simples facto de uma maior concentração de material bélico.

Outro facto preocupante — as razões invocadas para a demissão do general Dugan, chefe do Estado-Maior da Força Aérea norte-americana.

O general Michael Dugan tinha afirmado ao «Washington Post» que o poder aéreo dos Estados Unidos seria a única opção eficaz. Na sua opinião, os Estados Unidos, em caso de guerra, deveriam bombardear Bagdad, concretamente o seu centro. «O golpe decisivo seria destruir o centro de Bagdad», disse na entrevista.

Não foi entretanto a opção militar defendida pelo general americano que levou à sua demissão, mas antes, como afirmou em conferência de imprensa o secretário da Defesa, Dick Cheney, o facto de um chefe militar revelar à imprensa, e portanto ao inimigo, planos militares.

A verdade é que hipóteses de guerra são admitidas e afirmadas, com uma impressionante ligeireza, não apenas por militares, mas por comentadores e políticos. Como se não fosse de vidas humanas que se tratasse. Não referindo já a dramática ameaça à própria paz e sobrevivência mundial.

Todos os cálculos avançam, entretanto, pesadíssimos balanços em vidas humanas, em caso de confronto militar. Nas estimativas

do ministro francês da Defesa, por exemplo, para os iraquianos e outras populações árabes, não seriam menos de 100 000 os mortos previsíveis.

É caso para dizer que, felizmente, os cálculos dos estrategos americanos do mínimo de mortos entre soldados dos EUA, também muito elevados, poderão funcionar como factor de dissuasão a aventuras bélicas.

Neste contexto, o aviso de Brzezinski é particularmente significativo.

O antigo conselheiro para a Segurança nacional do ex-presidente Jimmy Carter, aconselhou à Casa Branca a maior prudência, afirmando que o objectivo de toda a pressão internacional «não deverá ser uma rendição incondicional, mas uma solução negociada». Sob pena, diz, de ver «toda a região transformar-se num braseiro», o que poderia ter como resultado «não apenas um conflito alargado, mas também o erguer de uma generalizada barreira, aos Ocidentais, a qualquer fonte de petróleo no Médio Oriente» (e bem se sabe que é o acesso ao petróleo e o controlo do seu preço que determinou uma tão forte reacção norte-americana à invasão do Kuwait). Brzezinski sublinha ainda um outro risco — o desencadear de uma «vaga de antiamericanismo entre as massas árabes», com os consequentes reflexos no plano político.

A grave crise que actualmente se vive no Golfo representa de certa forma um alerta, um reforço para a exigência de solução dos conflitos que há tantos anos lavram na região, conflitos ligados à negação dos mais elementares direitos de povos inteiros, como é o caso do povo palestino, e a profundas injustiças e desigualdades sociais, quando ao lado das imensas riquezas dos senhores do petróleo, vivem populações árabes literalmente a morrer de fome.

«Não podemos justificar indefinidamente a nossa intervenção brandindo as moções da ONU contra o Iraque e ignorar os textos das mesmas Nações Unidas respeitantes a Israel», referiu, por exemplo, um editorialista do diário económico «A Tribuna».

Uma evidência que entretanto continua a ser ignorada na Casa Branca. Impedindo assim caminhos possíveis de paz e desenvolvimento, e representando hoje um risco para todos nós.

## Internacional

# Crise do Golfo

## Paz passa também por nova ordem económica

### — afirma Carvalhas

«O recurso à guerra seria uma catástrofe. Deve ser banida e dar lugar a novos processos mundiais, à repartição mais justa de recursos, à solução pacífica e política dos conflitos, a uma nova ordem económica mundial». Assim conclui Carlos Carvalhas a sua intervenção na última reunião plenária do Conselho da Europa, onde foi discutida a actual crise do Golfo. Uma intervenção que aqui reproduzimos na íntegra.

Senhor Presidente, o Grupo de Coligação de Esquerda, como já foi afirmado pelo meu colega Piquet, condenou e condena a invasão e posterior anexação do Kuwait pelo Iraque, bem como a decisão ira-

Mas a Comunidade não pode legitimar a hegemonia americana no Golfo, nem a sua permanência para além da crise, depois de os Estados Unidos da América terem enviado unilateralmente para a

das suas soluções não pode ser simplista. Tem de ter em conta as aspirações da nação árabe, a civilização islâmica e as relações Norte-Sul. E não pode apagar a questão palestina. Neste contexto, apoiamos a convocação de uma conferência internacional sobre a região, de modo a encontrar soluções e a dar concretização efectiva às resoluções da ONU, aos problemas da Palestina, Líbano e Chipre.

Em relação às consequências económicas para a CEE, pensamos que a Comissão deverá apresentar medidas que apoiem a reconversão energética dos países comunitários periféricos, das economias mais débeis e mais dependentes do ponto de vista energético, bem assim como a apresentação de propostas

resolver os problemas que são uma ameaça permanente à paz, nomeadamente, como já afirmámos, os territórios ocupados por Israel, a situação no Líbano e Chipre.

também alijar as suas responsabilidades, quer em relação aos países do Golfo, quer em relação aos países do Terceiro Mundo. Daí que nos mereça acolhimento a sugestão de Jacques Delors para que a Comunidade dê o seu contributo para uma nova reestruturação do modelo petrolífero e do mercado.

Senhor Presidente, a crise do Golfo encerra várias lições. Veio-nos recordar uma certa moral comunitária que durante muitos anos fechou os olhos às vendas maciças de armas ao Iraque, nomeadamente por vários dos seus Estados-Membros. E o que se passou com o Iraque é extensivo à generosa assistência militar a Israel. Veio contradizer também aqueles que profetizavam que o rio da História morreria numa paz adormecida. A crise do Golfo aí está a mostrar-nos que num mundo fundado sobre a troca desigual, sobre as relações de exploração e de dominação, as águas do rio da História não se acalmam.

### Várias lições

Esta crise coloca assim em primeiro plano a acção da ONU e a urgente necessidade de um efectivo diálogo Norte-Sul, de uma nova ordem económica internacional num mundo em que as diferenças de consumo energético por habitante chega a ser nos extremos de 1000 para 1. A crise no Golfo, cujas consequências farão agravar a situação dos países mais desfavorecidos, mostra-nos ainda como são inaceitáveis as actuais relações entre países ricos e os países do terceiro mundo e o critério de dois pesos dos interesses daqueles.

Concluimos, Senhor Presidente, reafirmando o nosso empenho numa situação e numa resolução do problema do Golfo com base nas resoluções do Conselho de Segurança, salientando que todas as medidas necessárias que venham a ser adoptadas se devem inscrever no âmbito das disposições constantes da Carta da ONU. O recurso à guerra seria uma catástrofe. Deve ser banida e dar lugar a novos processos mundiais, à repartição mais justa de recursos, à solução pacífica e política dos conflitos, a uma nova ordem económica e mundial.

para utilização dos Estados Unidos, pelas implicações que comporta, deve merecer dos portugueses uma especial atenção.»

que valorizem as energias renováveis. Opomo-nos firmemente a todas as tentativas dos governos da CEE de fazerem recair o peso da crise sobre os trabalhadores, sob a forma de uma austeridade reforçada e de um aumento inaceitável e economicamente injustificado dos produtos petrolíferos.

A Comunidade não pode

### Causas profundas

Julgamos, por isso, que os Ministros reunidos no âmbito da Cooperação Política da Comunidade deverão avançar propostas concretas para enfrentar as causas profundas das crises do Médio Oriente e

região um imponente potencial militar sem precedentes desde a Segunda Guerra Mundial. Entendemos que as forças militares que se encontram no Golfo devem ser colocadas sob autoridade da ONU e sob o controlo do seu comité militar. A análise da crise e



Os refugiados são outra das dramáticas facetas do clima de guerra que se vive no Golfo

quiana de utilizar como reféns os cidadãos estrangeiros.

Estamos perante uma crise grave que põe à prova a autonomia de decisão da comunidade e a sua intervenção activa e empenhada numa solução diplomática e pacífica, numa resolução política com base nas decisões da ONU e no direito internacional.

## Não à utilização da base aérea do Montijo

A não utilização da base aérea do Montijo por forças militares estrangeiras em guerra, é a exigência avançada por um abaixo-assinado que actualmente circula no distrito de Setúbal.

«Os patriotas e democratas portugueses estão firmemente convencidos que a única via para a solução da crise do Golfo é política e diplomática, no quadro da Resolução do Conselho de Segurança da ONU que em nenhum caso pode e deve ser evocada ou tendenciosamente interpretada como móbil para transformar um embargo económico em bloqueio militar com o consequente uso da força», afirma-se no abaixo-

assinado, que sublinha ainda:

«Também não esquecem que a crise se insere na complexa problemática do Médio Oriente onde avultam a exploração dos recursos petrolíferos, interesses contraditórios dos estados árabes e a luta de libertação dos povos da região, cuja causa central está na luta do povo palestino pela constituição de um Estado independente, liberto da ocupação de Israel sus-

tentada por forças opressoras.

«As posições do Governo português, titubeantes apenas na aparência, dir-se-ia que mais servem para utilização indiscriminada dos analistas políticos de fim-de-semana.

«Ainda recentemente o Ministro da Defesa admitia para "mais tarde" a eventual deslocação de forças militares terrestres portuguesas para o teatro das operações.

«A disponibilização de bases aéreas portuguesas, em particular a do Montijo, a Base Naval do Alfeite, e a proximidade do paiol da NATO na Fonte da Telha,

### Telegrama

Por motivo da morte do camarada Giancarlo Pajeta, o Secretariado do CC do PCP enviou ao Comité Central do Partido Comunista Italiano o telegrama que transcrevemos.

Queridos Camaradas,

Transmitimos nossas sentidas condolências motivo falecimento camarada Giancarlo Pajeta, destacado dirigente comunista vida inteira dedicada luta democracia e socialismo.

«Quando, no dia 5 de Julho, o Alto Comando Alemão desencadeou uma das maiores ofensivas desta guerra, tentando, desesperadamente e mais uma vez, aniquilar o Exército Vermelho, mal contava que, depois de dez dias de resistência vitoriosa, o Exército Vermelho passasse por sua vez à ofensiva, esmagasse algumas das maiores fortalezas nazis na frente oriental e alcançasse vitórias que se contam entre as mais retumbantes de toda a guerra. Entre centenas de outras cidades, o Exército Vermelho reconquistou os importantíssimos centros de Órel, Bielgorod e Karkhov.

(...)

Os Exércitos hitlerianos continuam a ser sangrados irreparavelmente na frente leste. Agora já não têm a seu lado as forças dos vassallos da Alemanha [Roménia, Itália, Hungria], que foram, na maior parte, «pulverizadas» pelas armas soviéticas, nem (...) as divisões fascistas, dizimadas, da Espanha, Bélgica, França, Noruega, etc.

(...)

O Exército Vermelho está travando batalhas gigantescas contra cerca de 300 divisões nazis. Não é de mais exigir que a Inglaterra e os Estados Unidos empreendam na Europa acções militares que obriguem a Alemanha hitleriana a manter em luta no ocidente umas 80 divisões (...): possuem poderosas forças, grandes reservas materiais e humanas. Só se exige que as ponham em acção.»

(«Urge abrir a 2ª frente» - «Avante!», VI série, nº 39, 1ª quinzena de Setembro de 1943)

**AVANTE!**

«Os povos da Europa levantam-se contra o domínio fascista. Sou a hora da libertação das nações escravizadas por Hitler. Dentro de cada nação, as forças patrióticas unem-se numa única frente de combate em defesa da independência e da liberdade. Os comunistas, que nas horas mais amargas de domínio estrangeiro em cada país se revelaram os campeões da luta libertadora, são chamados aos governos patrióticos. O fascismo está sendo implacavelmente varrido da Europa pela acção conjugada dos exércitos aliados e pela acção dos patriotas dentro de cada país.

Os exércitos anglo-americanos e as divisões dos franceses livres entraram em Paris libertada pelos patriotas. O glorioso Exército Vermelho entrou em Bucareste, libertada dos alemães pelos próprios romenos. Se a ofensiva vitoriosa do Exército Vermelho na Roménia e dos anglo-americanos em França mostra o esmagador ascendente militar da coligação anti-fascista e o começo da agonia do estado hitleriano e do domínio hitleriano na Europa, a heróica luta dos patriotas franceses e a passagem da Roménia para o lado das Nações Unidas mostram a todos os povos subjugados o caminho da libertação.

A libertação da França e da Roménia constitui dois grandes exemplos para as nações ainda dominadas pelo fascismo. Exemplo para os povos - indicando-lhes a possibilidade de, por si próprios, rechaçarem os tiranos. Exemplo para os governantes - indicando-lhes a possibilidade de arripiarem caminho, cortando todas as ligações e compromissos com o fascismo internacional e passando a colaborar (na política interna e externa) com as forças antifascistas e patrióticas.

(...)

Das ruínas da Europa assolada pela guerra começa a levantar-se uma nova Europa, uma Europa Democrática, Livre e Progressista.

(«O Fascismo é varrido da Europa» - «Avante!», VI série, nº 61, 1ª quinzena de Setembro de 1944)

# Em Foco

Avante!

Ano 60 - Série VII  
N.º 874

20 de Setembro de 1990

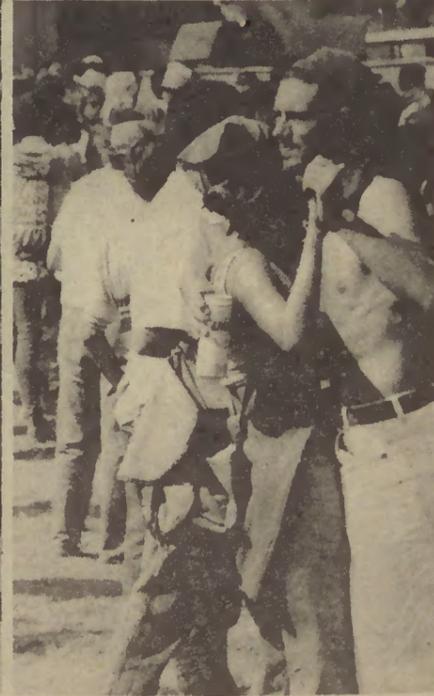
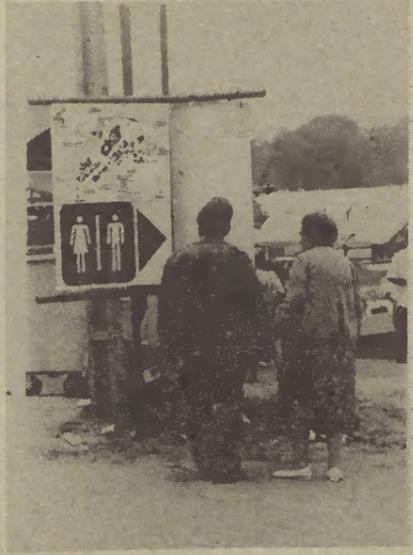
3.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente

## ORGANIZAÇÕES REGIONAIS ENTREVISTAS ★ DESPORTO OS TRANSPORTES



XIV  
Festa  
Avante!



# Uma volta a Portugal em três dias

Uma das particularidades da Festa do «Avante!» é proporcionar o contacto directo com a maioria das regiões do nosso país, produtos e artesanato tradicionais, problemas e anseios das suas gentes. É por isso que, não sem algum esforço e consequente ressaca muscular, o visitante, após percorrer os numerosos pavilhões, fica com a ideia de ter dado uma espécie de volta a Portugal.

## Lisboa

Quem entrou na Festa pelo lado da Quinta da Princesa encontrou à sua esquerda o espaço de Lisboa. Dois painéis representavam a cidade junto ao Tejo, avistando-se logo uma fonte, onde muitos não resistiram a mergulhar a cabeça quando o calor apertou. As esplanadas e o coreto sempre animado pelas várias formações que por ali passaram, os quiosques, contribuíam para um agradável ambiente urbano que a organização pretendeu criar.

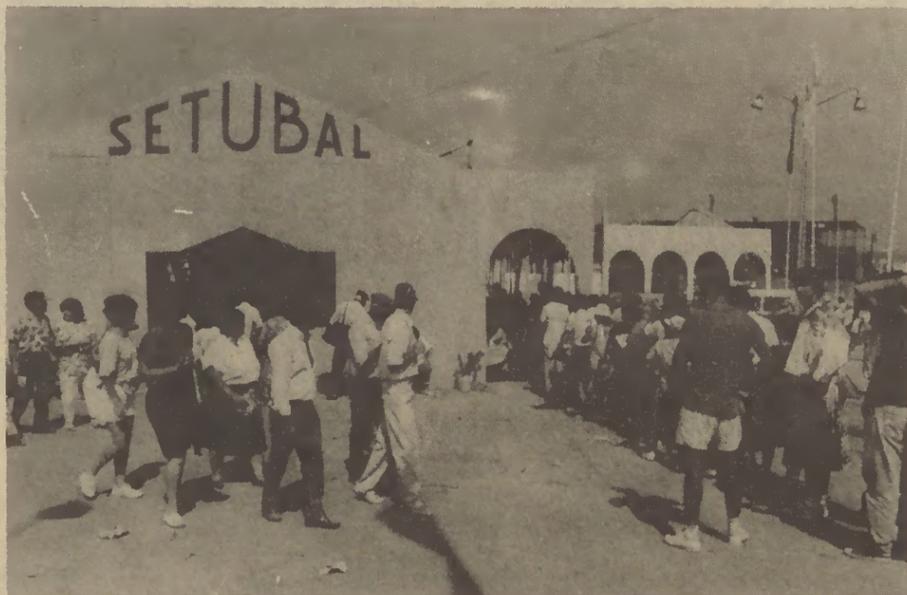
Contudo, o lado rural do distrito, a chamada zona saloia com os seus aspectos mais característicos, também lá estava. Um moinho, o trabalho artesão, uma mostra de alfaías agrícolas, uma taberna falavam-nos dos concelhos a norte da capital.

## Setúbal

Arcadas azuis voltadas para o palco principal, albergavam vários bufetes, vendas de artesanato e de produtos regionais. Mas o distrito anfitrião da Festa revelou uma grande preocupação pela comodidade dos visitantes. A marisqueira e os restaurantes foram disso prova oferecendo um grande número de lugares sentados, para além de uma invejável ementa, é claro.

Setúbal apostou ainda na animação, para o que contou com um palco ao ar livre, o Esplanada Bar, onde actuaram artistas e grupos de várias localidades, com estilos que foram do rock à música brasileira e africana.

No artesanato, destacaram-se legitimamente os artigos do mar e peles. Houve ainda uma pequena feira da ladra, com todas as curiosidades que ela oferece.



Realce para a exposição de Delfim Cunha, cujos trabalhos representavam com o pormenor da miniatura interiores tradicionais das casas da região. Não longe dali vários expositores eram dedicados à ORL e à sua 2ª Assembleia marcada para Dezembro próximo.

Vários balcões vendiam artesanato e não faltou o mercado agrícola, sempre muito concorrido.

Os dois espaços de animação (café-concerto e coreto) encheram-se durante os dias da Festa de fado, música dos anos 60 e música ligeira, jazz, e outros géneros musicais.

## Mulheres Dança à la minuta!

A fotografia à la minuta e a dança ao vivo, onde actuaram pares campeões nacionais de dança de salão vindos expressamente dos Alunos de Apolo, foram dois «pratos fortes» do pavilhão «Espaço Mulher», com a primeira a produzir hilariantes retratos de um «casal de noivos» a quem

os visitantes «emprestavam» a cabeça e a segunda a fazer as delícias dos visitantes, que não hesitavam em dar igualmente o seu pé de dança. Entretanto o ambiente foi de esplanada, com bebidas frescas, um recanto de comes-e-bebes ligeiros, um local de venda de prendinhas

(em trapo e cerâmica). No espaço da mulher comunista podia-se conversar com algumas convidadas especiais sobre as suas experiências na luta das mulheres e sobre a intervenção e propostas do PCP neste campo.



## Leiria

O imenso pavilhão de Leiria evidenciava uma concepção cuidada, como aliás esta organização já nos habituou nos anos anteriores. Rasgado com amplas janelas voltadas para o Palco 25 de Abril, o pavilhão oferecia muitos motivos de interesse. Juntamente com o vidro, também o modo de trabalhar a pedra, através do labor de artífices e artistas vindos do distrito despertou a atenção dos muitos milhares de pessoas. Foi o caso do talentoso escultor Luís Carlos, que além de demonstrar a sua técnica de trabalhar a pedra, expôs esculturas relativas às diferentes fases da obra. Da Batalha veio o Mestre Alfredo dinamizador da Oficina de Canteiros da Batalha e da Marinha Grande chegaram os artesões do vidro, que fabricaram artesanato em forno e com maçarico. Também exposta esteve uma importante colecção de cantaria vinda da Batalha, com as respectivas ferramentas e materiais utilizados no trabalho de recuperação de originais em avançado estado de degradação.

## Porto

Dar com o Porto na Festa era tarefa fácil. Os seus bonitos painéis pintados eram inconfundíveis. O barco rabelo e as imagens da Praça da Ribeira, a réplica da fonte do Cubo, constituíram um excelente exemplo de decoração, pela qual aliás primou este ano toda a Festa.

Um exposição bem organizada relativa a história social, política e económica da zona ribeirinha do Porto, que focava igualmente os problemas da actualidade, relacionados em particular com a recuperação do Centro Histórico. Ainda inserida neste contexto estava um conjunto de trabalhos do fotógrafo Teófilo Braga, sob o tema «Porto, memória fotográfica».

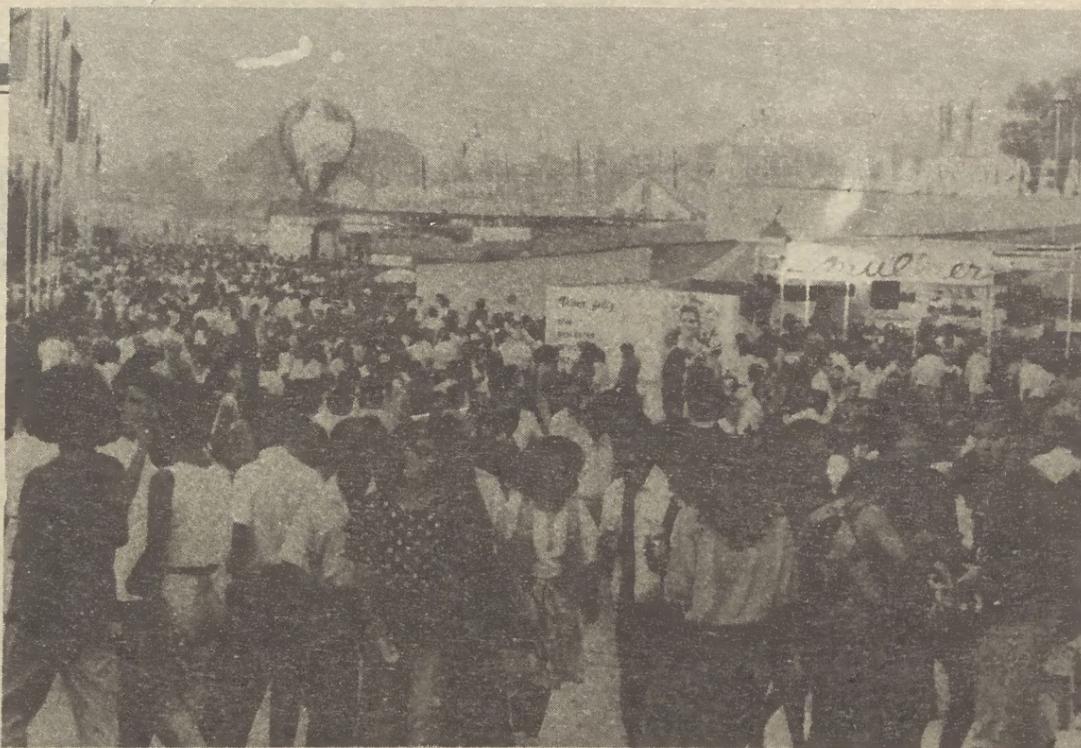
Sempre cheio, o Pub Cubo tinha música ao vivo e defronte podia-se observar o trabalho do artesão Serafim Barbosa que moldou pequenos barcos rabelos. Filigranas de Gondomar, camisolas poveiras, mantas de Vila do Conde, tapetes de Arraiolos, cerâmica de Santo Tirso, e mobílias de Paredes foram ainda alguns dos objectos à venda neste pavilhão.

## Viana do Castelo

Neste espaço teve particular destaque o stand de artesanato e a Taberna do Alto Minho. A louça de Viana do Castelo pintada à mão, os bordados e os trajes regionais, a latoaria e os lenços cativaram a atenção de muitos visitantes que não resistiram a adquirir algumas peças. Os pratos típicos da região puderam ser apreciados na Taberna do Alto Minho - o saboroso

# XIV Festa Avante!

salpicão caseiro, o chouriço da Serra d'Agra, de Ponte Lima, o arroz de marisco, as fêveras no pão, os rojões e a broa de milho. Os vinhos verdes, tintos e brancos, acompanhavam a refeição ou petisco que sempre se podia terminar com um doce regional: mangericos de Viana, doritas ou os boros.



## Braga

Os vinhos, petiscos e o artesanato genuíno, marcaram a participação de Braga nesta XIV edição da Festa do «Avante!». Tal como manda a tradição, o verde foi servido em malgas, a acompanhar feijoada, morcelas e bacalhau frito à moda minhota, pratinhos de salpicão e chouriço de vinho verde e chispe. Neste bar servia-se ainda o apreciado caldo verde.

No artesanato, é de referir as loiças de Barcelos, assim como os barros de Júlia Ramalho, os pombais, as ceias de cristo e os diabos, de Mistério, os coretos, as figuras de trabalho no campo e as matanças de porcos de Rosalina Baraça, os diabos e os galos, de Júlia Cota. A completar esta rica mostra de artesanato, estavam à venda os linhos de Vila Verde e os brinquedos em madeira, bem como às famosas mantas e cestos da região.

## Bragança

Esta foi a primeira vez que OR de Bragança esteve presente na Festa num espaço autónomo. O Bar Regional fez jus à boa gastronomia do nordeste transmontano, servindo o rancho à mirandense, as trutas do Tuela, as alheiras de Mirandela e os canelos fumados acompanhados pela azeitona de Freixo-de-Espada-à-Cinta e do bom pão de centeio. Os vinhos, bons, foram trazidos de Vila Flor, Vale de Arcas, Macedo e da Unamontes. Máscaras de Ousilhão, a cestaria de Cidões e a cutelaria de Palaçoulo, assim como o excelente mel da Terra-Quente e do Parque

## Juventude E foi pouco, para tal enxame!

Se a juventude era mais que muita na Festa, o Pavilhão que a JCP lhe preparou parecia mesmo adivinhar. Tratava-se de um espaço polivalente com muita, muita coisa ao lado. Nesse espaço propriamente dito ocorreram projecções vídeo, dois debates (um sobre o serviço militar obrigatório e o outro sobre racismo, xenofobia e movimentos de extrema-direita) e as noites preenchidas com actuações de grupos jovens. No «ao lado» cabia um mundo enorme,

a saber: um bar com *croissants*, especialidade da casa (confeccionados à vista do consumidor, ora essa!), o pão-com-chouriço de fabrico também ao momento e mais as faturas, ao que parece igualmente orgulho da rapaziada comunista; depois era a exposição dos bolseiros, a banca da JCP (que «saiu» com uma blusa com a capa do próximo número da revista Política), um espaço de mostra e venda de imprensa juvenil (vários associativos, colecti-

vidades, grupos de música, etc.), exposição/concurso «Tomar a Iniciativa/90» com trabalhos de fotografia, artesanato urbano executado ao vivo por jovens artesãos (naturalmente), o «Espaço dos 150 000» sob a consigna «Um Milhão da Jota para a Festa» (com venda de saquinhos de terra da Quinta da Atalaia — que foi um sucesso! — e a edição de um autocolante), mais a saída do nº 2 da revista «Propaganda», da JCP, e um conjunto de quiosques de bebidas. E foi pouco, para tal enxame!

## Boira Interior

O pavilhão dos distritos da Guarda e de Castelo Branco disfrutavam de uma excelente posição de onde se podia avistar grande parte da Festa. Mas neste local estava também instalada uma exposição-venda de artesanato, que apresentava trajes regionais, adufes, vergas, etc., e um salão de chá onde se comiam broas de mel e outros doces regionais.

Neste espaço estavam ainda disponíveis ao visitante vinhos tintos de reserva do Fundão, de Pinhel e da Meda. Os bem reputados queijos picantes de Malpica do Tejo, queijo cabreiro, serra e tipo serra, chouriços de carne, paios do lombo, paiolas e presunto curado, não foram é claro esquecidos neste autêntico fumeiro onde nem sequer faltava a lareira.

Natural de Montesinho podiam ainda ser adquiridos no stand de Bragança.

## Vila Real

Vila Real optou este ano por apresentar uma cuidadosa selecção de vinhos transmontanos e durienses, que constituíram o principal atractivo deste stand. Designadamente, havia vinhos brancos e tintos de Chaves, Vila Real, Alijó, Sanfins, Mesão Frio, Sabrosa e outros oriundos desde o Alto-Tamaga até às encostas do Douro. Os vinhos moscatel eram de Favaio e Alijó, havendo-os com 25 anos, osten-



## Deficientes Do moscatel à exposição

O moscatel e o bolo-rei de Setúbal voltaram a ser estrelas no pavilhão dos Deficientes, apontando, pelos vistos, a mais uma tradição na Festa. Não sabemos se esgotaram, mas o ritmo de vendas e consumo a que assistimos dava para perceber que tínhamos ali um caso sério. Ao lado, entretanto, os visitantes também se detinham na apreciação de uma simples mas completa exposição política organizada em painéis, o

primeiro evocando o trabalho do Grupo Parlamentar comunista na Assembleia da República dedicado a este problema (transcrevendo as dezenas de perguntas feitas no hemiciclo bem como as duas propostas de projecto de lei, uma instituindo o cartão de deficientes e outra lançando a lei para a Associação de Deficientes), outro fazendo um balanço do que se fez desde a última

Festa até agora e os restantes recordando diversas iniciativas, como o 4º Congresso Nacional de Deficientes que contou com mais de 600 presenças, a manifestação do passado 1 de Abril frente à Presidência do Conselho de Ministros, como mais de 300 deficientes vindos de todo o País, ou ainda o 8º Encontro Nacional de Deficientes realizado de 27 de Maio a 2 de Junho passados.





## Visu

Esta organização decidiu pela primeira vez construir um restaurante, e pelos vistos não se arrependeu, tal foi a afluência de pessoas que constantemente se dirigiram àquele invejado local. No fundo tratava-se de uma grande varanda coberta, com vista para o Palco 25 de Abril, dispoendo de muitas dezenas de lugares sentados, como apraz ao encalorado e cansado visitante da festa.

A comida, já se vê era beirã, assim como o vinho, sendo de destacar a sopa de cebola, a feijoada à moda da Beira, para além doutras especialidades regionais.

## Algarve

A par do snack-bar, da marisqueira, da doçaria ou do cocktail-bar, o Algarve contou com a participação de artesãos que fabricaram nos dias da Festa cestos, rendas de bilros, tapetes e doces.

Para encorajar o visitante, foi decidido sortear dois fins de semana no Algarve entre todos os que fizeram compras num valor superior a mil escudos, o que, refira-se, não era difícil dada a qualidade e variedade dos artigos à venda.

Uma exposição chamava a atenção para a necessidade da Região Administrativa e para as posições do PCP relativas ao Plano de regionalização do Algarve, conhecido por PROTAL, e a outras questões de importância vital para a região.

## Aveiro

A Organização Regional de Aveiro dispunha de um restaurante onde o

prato forte era o leitão trazido directamente para Festa da Bairrada. Tostado e succulento, com um molho picante, era acompanhado de batata frita, laranja e do espumoso da região Bairradinha, muito fresco.

No bar havia as sandes de leitão da Bairrada, para uma refeição mais rápida, o vinho «Castiço», branco-pique, e o tinto Quinta da Lomba, lote especial.

Ao lado, em stand próprio encontrava-se a doçaria regional com os famosos ovos moles. Um importante e útil depósito de bagagens guardava os sacos que ao fim de uma pequena volta pelos pavilhões se tornam insuportáveis com o peso das últimas compras.

## Coimbra

Este stand recriava no terreno uma típica casa beirã. O espaço acolhia um bar com febras, entrecosto, espetadas grelhadas, vinhos e bolos regionais. Num outro sector, viam-se vinhos de reserva do ano, presuntos e enchidos, queijos da Serra e do Rabaçal. Quanto ao artesanato, ainda nos limites da casa, contou com a presença de Frederico Melânio, cerâmico do concelho de Soure, que apresentou interessantes recriações do século XVII, cuja produção torna célebre a região. Neste campo de actividade, é de assinalar igualmente a cerâmica de S. Fecundo, do estúdio Z de Condeixa e os famosos vimes de Antuzede.

## Madeira

Junto à avenida 1º de Maio estava uma casa típica de Santana. A Madeira estava assim representada na Festa.

## ● Emigração «Está cá alguém?!...»

«Está cá alguém da RFA?», ouvimos nós perguntar na zona da Emigração. Mas podia ser da França ou do Canadá, da Suíça ou do Luxemburgo, porque o Espaço-Reencontro criado pelo sector da Emigração foi isso mesmo, na Festa: um local onde muitos compatriotas procuraram

reatar fios desta diáspora que também somos. Esclareça-se, sobretudo a quem não pôde ver, que o pavilhão tinha várias coisas irresistíveis e a apelar ao convívio, nomeadamente um palco onde passaram vários artistas e grupos amadores em exhibições a um tempo expansi-

vas e intimistas, programas de vídeo (alguns referentes à emigração, naturalmente), um bazar, o tradicional «sai-sempre» e um bar onde se encostou muita saudade. E outra tradição se cumpriu: a abundante venda de lenços palestinianos.

## ● Pioneiros Em roda-viva!

Situada numa das encostas do recinto, a zona dos Pioneiros era digna de ver! Organizada por «centros de interesse», apresentava ateliers específicos onde as crianças podiam participar em múltiplas activi-

dades: reciclagem de papel, feitura de máscaras, uma cabina de som dinamizada pela Rádio Girassol, biblioteca, jogos de computador, colocação de ninhos nas árvores com acompanhamento de adultos, etc. E

duas exposições: uma sobre a organização e a actividade dos pioneiros (com destaque para a nova Casa do Pioneiro, no Largo da Trindade, em Lisboa), outra sobre o mel, com venda do produto. E ainda um palco

onde se viu teatro, se apreciaram os palhaços ou se subiu, pura e simplesmente, em acção improvisada! A banca e o bar e um parque infantil devidamente apetrechado

completavam as instalações dos Pioneiros, que andaram literalmente em roda-viva! Era uma alegria, veros putos a habitar o seu espaço fazendo, logo ali, o melhor da Festa.



# XIV Festa Avante!

No seu interior, sob o colmo do telhado, havia comes e bebes: carne de vinho e alhos, o bom vinho da madeira, aguardente de cana e as broas de mel.

Na venda de artesanato e produtos regionais, estavam os famosos bordados, vimes, brinquinhos...

## Açores

Pequenas exposições temáticas abordavam a realidade do arquipélago, as propostas e actividade do PCP para o desenvolvimento regional dos Açores. Num canto do stand, fazia-se referência ao 2º Congresso Regional do PCP, que irá decorrer no dias 27 e 28 de Outubro, sob o lema «Para a Mudança - um Partido Necessário», e à campanha de fundos lançada a este propósito.

O pavilhão exibia artigos artesanato, entre eles, os chapéus de palha, objectos em osso de baleia, cestos e bordados, charutos e cigarrilhas, louça, chá, licor de maracujá.

No bar lá estavam os vinhos do Pico, queijos, vinho de Cheiro, batata cozida com massa de malagueta, e outros petiscos regionais.

## Alentejo

Os pavilhões de Évora, Beja e Portalegre estavam dispostos no terreno em forma de foice e martelo. No bloco que representava este último estavam instalados os diversos stands, onde estava patente uma vasta mostra de artesanato, com vimes, barros, peles, chocalhos, facas, mantas, cobs, colmos e cadeiras.

Região agrícola que se preza, o Alentejo não deixou de organizar uma feira com vinhos, queijos de cabra e de ovelha, mel, azeitonas. A completar este conjunto de stands, estava um enorme restaurante com lugares sentados, que no dizer de quem sabia, estava pronto para servir mais de 3500 refeições e uma taberna com petiscos. Ao fim desta estrutura um grande largo em semi-círculo, representava a foice instrumento de trabalho tão característico do Alentejo.



## • Reformados O dobro ainda era pouco!

Um bar que não teve mãos a medir levou um dos responsáveis pelo pavilhão dos Reformados a lamentar «a falta de espaço, pois se tivéssemos o dobro ainda era pouco!» — isto apesar de apenas servirem refeições rápidas mas confeccionadas a preceito! Ao lado uma exposição sobre a luta e as reivindicações desta importante camada da população completava o pavilhão, que realça-

va, por exemplo, o facto de a conquista do 14º mês se dever à luta e persistência dos reformados, o que abria para outras reivindicações e estímulos à luta. Num ambiente alegre e acolhedor, a representação dos Reformados na Festa mais uma vez marcou «pontos» pela vivacidade, eficácia e simpatia na sua presença, o que, se calhar, explica os palpos de aranha em que se viram para dar vazão a tantas solicitações!

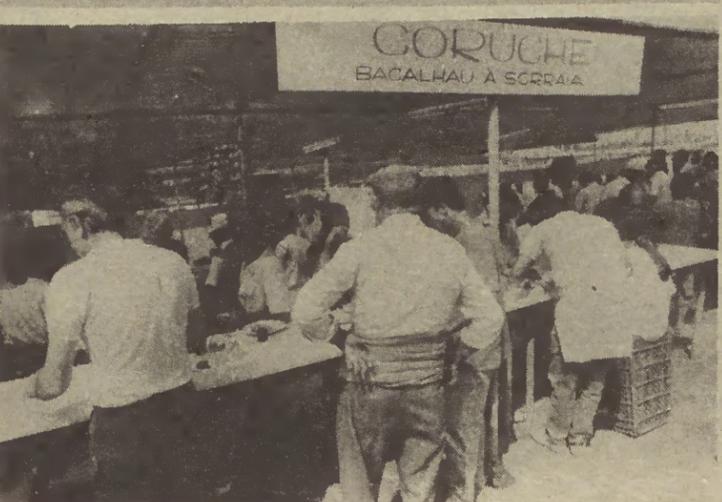


## Santarém

O Ribatejo marcou a sua presença na Festa do «Avante!» com uma importante mostra de gastronomia e arte popular.

O bacalhau à Sorraia à moda de Coruche, a língua de porco e perna de frango estufados, confeccionados por gente da Chamusca, o carneiro guisado de Alpiarça e a deliciosa sopa de pedra de Almeirim foram os pratos tradicionais, servidos nas tasquinhas regionais, onde não faltou o bom vinho do Ribatejo, de uma colheita especial com mais de cinco anos. Na docaria, tinhamos o pão de ló de Rio Maior, as tijeladas de Abrantes e as farturas.

A zona de Santarém tinha aberto um pequeno museu, com uma réplica da oficina do ferrador e do ferreiro, trajes da tradicionais da região, um carro da pipa usado antigamente para o transporte da água e outros objectos e instrumentos de trabalho. Por fim, é de salientar a presença do artesanato das regiões de Tomar, Abrantes e Constância, as mantas e vestuário de Minde e objectos de madeira.



## • Feira do Livro Saindo do habitual

Saindo do habitual recinto do Centro do Livro e do Disco, a Festa organizou este ano um Feira do Livro inspirada no «modelo onomástico» que se costuma realizar em Lisboa e no Porto, ou seja: um conjunto de pavil-

hões (organizados em **espinha** de aspecto triangular) com presenças de editores e distribuidores e uma notada ausência — a dos discos — em certa medida colmatada por uma novidade — a dos «compactos». Si-

tuava-se em local privilegiado, com uma esplanada para encontros com autores e sessões de autógrafos e a experiência mostrou que à noite o pessoal gosta mais de deambular pelas lombadas e demais leituras.



# Como foi fácil! ir à «festa» e voltar da «festa»

**E**ram apontados como os grandes problemas da Festa do «Avante!» deste ano: acessos e transportes para a Quinta da Atalaia durante aqueles três dias cheios de gente... Afinal, o trabalho, o planeamento e a inteligência fizeram aquilo que parecia impossível: com um significativo aumento do número de visitantes, há muito tempo que não era tão fácil chegar à «festa!».

Uma das bases do sucesso da edição deste ano da «festa!» tem a ver com o sucesso específico dessa partícula fundamental do todo que contribui para o êxito de todas as Festas do «Avante!»: o planeamento e execução de um serviço de transportes a um tempo eficaz, seguro, rápido e de destinos e horários diversificados, conforme as necessidades dos milhares e milhares de pessoas que anualmente visitam esta iniciativa do nosso Partido. Na XIV edição da Festa do «Avante!», um elevado grau de competência, aliado à experiência adquirida por situações difíceis encontradas em anos anteriores, da FIL à Quinta do Infantado, tornou possível que a previsão quase generalizada de um aumento de dificuldades nos acessos à «festa!» acabasse por ser desmentida pelos factos, já que todos notaram que acabou por ser fácil chegar e partir da Quinta da Atalaia nos três dias da «festa!» e isto apesar de, à primeira vista, os acessos ao novo terreno parecerem criar mais dificuldades do que sucedeu, por exemplo, em Loures.

Um sucesso que foi ainda maior por os primeiros balanços feitos ao número de visitantes deste ano apontarem para valores francamente superiores aos de edições anteriores onde a dificuldade em termos de acessos e transportes se fez sentir em maior grau.

Milhares de pessoas vindas de Lisboa preferiram utilizar o serviço especial de cacilheiros posto à sua disposição que partia do Terreiro do Paço com uma regularidade média de quinze minutos com destino ao Seixal, de onde um serviço de camionetas em sistema de vai-vem assegurava a ligação à Quinta da Atalaia. Uma viagem particularmente agradável para quem assim fez a travessia do rio e que terá contribuído decisivamente para a redução do número de viaturas particulares que em outro caso iriam tornar mais difícil os acessos à «festa!».

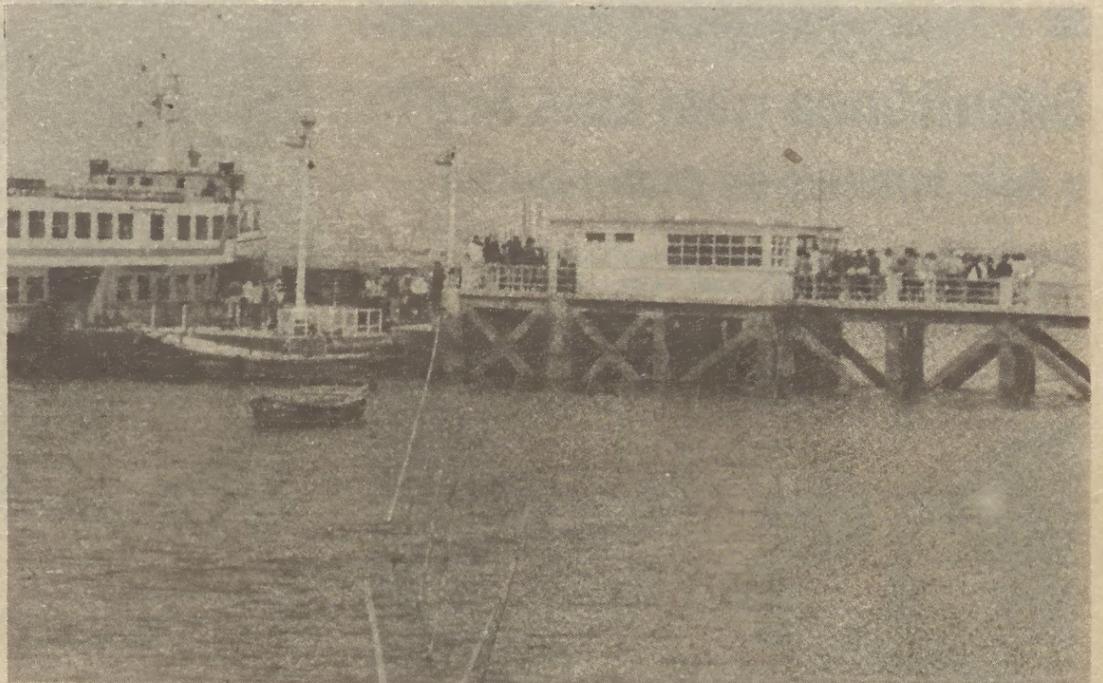
Aliás o número e capacidade dos parques de estacionamento especialmente construídos na zona envolvente do terreno da «festa» foi um dos factores decisivos para libertar de tráfego automóvel os locais mais próximos da Quinta da Atalaia. Também a profusa informação distribuída sobre os serviços de transportes colectivos para a «festa!» e as facilidades que esse serviço concedia, contribuíram decisivamente para que o número de viaturas

particulares que se deslocaram à «festa!» fosse menor que em outros anos.

## Parques de estacionamento

O trabalho das forças de segurança, quer da PSP, quer da GNR, que através dos seus homens regularam o trânsito das vias de acesso à Quinta da Atalaia, facilitou a vida de todos os que desejavam visitar a «festa!», mostrando-se igualmente serem preciosas as indicações fornecidas pelos agentes sobre a melhor forma de estacionamento automóvel nos locais para o efeito concebidos.

Também centenas e centenas de pessoas utilizaram o serviço diversificado de vai-vem de autocarros que levava os visitantes da «festa!» até



Milhares de pessoas vindas de Lisboa preferiram utilizar o serviço especial de cacilheiros posto à sua disposição que partia do Terreiro do Paço com uma regularidade média de quinze minutos com destino ao Seixal, de onde um serviço de camionetas em sistema de vai-vem assegurava a ligação à Quinta da Atalaia. Uma viagem particularmente agradável para quem assim fez a travessia do rio



O trabalho das forças de segurança, quer da PSP, quer da GNR, que através dos seus homens regularam o trânsito das vias de acesso à Quinta da Atalaia, facilitou a vida de todos os que desejavam visitar a «festa!»



O número e capacidade dos parques de estacionamento especialmente construídos na zona envolvente do terreno da «festa» foi um dos factores decisivos para libertar de tráfego automóvel os locais mais próximos da Quinta da Atalaia

à porta da Atalaia, numa frota de autocarros que funcionou sempre que o número de pessoas existente nas paragens o justificasse, fazendo com que, por exemplo, eles acabassem por circular até madrugada no sábado da «festa!», situação possível graças ao valioso e inestimável contributo dos motoristas escalados para este serviço.

Outro serviço de autocarros que funcionou especialmente para a Festa do «Avante!» e que foi acrescentado à

oferta já existente das empresas de transportes colectivos da região nas carreiras normais da zona do Seixal, foi montado todo um conjunto de carreiras especiais que faziam as ligações directas para a Atalaia a partir de localidades limítrofes ou a partir dos arredores de Lisboa, assegurando um acesso rápido, igualmente facilitado pelo facto de a portagem da Ponte 25 de Abril ter sido encerrada durante a maior parte do tempo de duração da «festa!».

Assim, e apesar de o número de visitantes ter sido mais elevado que em edições anteriores da Festa do «Avante!» foi possível assegurar acessos e transportes eficientes para todos que o desejaram, resultado de um trabalho e de um estudo profundo no sentido de encontrar as melhores soluções para um problema que à partida surgia como muito difícil de ser resolvido. Este o motivo mais que suficiente para, fugindo um pouco às regras habituais do nosso jornal nesta

matéria, aqui endereçarmos os mais calorosos parabéns aos camaradas que dirigiram e executaram esta tarefa, já que o seu trabalho revelou-se particularmente brilhante.

Para o ano a experiência entretanto adquirida irá certamente possibilitar, se tal for possível, um ainda melhor serviço de acessos e transportes para a Festa do «Avante!», assegurando a satisfação de todas as necessidades que entretanto venham a surgir, tal como aconteceu já este ano.



Também centenas e centenas de pessoas utilizaram o serviço de vai-vem de autocarros que levava os visitantes da «festa» até à porta da Atalaia, num serviço de autocarros que funcionou sempre que o número de pessoas existente nas paragens de autocarros o justificasse



# Desporto na Festa

## Os participantes (individuais e colectivos) as classificações, os projectos para 1991

### XADREZ

#### Simultânea com Luís Santos e dois torneios de semi-rápidas

Uma simultânea com o Mestre Internacional Luís Santos foi o ponto alto da programação do xadrez na Festa do Avante!, que incluiu ainda a realização de dois torneios de semi-rápidas.



Luís Santos realizou no primeiro dia da Festa uma simultânea contra 17 tabuleiros, tendo somente perdido para Arnaldo Fialho.

No dia 8, foram 32 os concorrentes que disputaram o primeiro torneio de semi-rápidas de 15 minutos, tendo-se classificado no 1.º e 2.º lugares, respectivamente, João Dantas e António Marques.

Na manhã de domingo, o segundo torneio de semi-rápidas, disputado

em 5 sessões de 10 minutos, por 40 participantes, sagrou vencedores o holandês Rin Links (5 pontos), Maná Correia (4,5 pontos) e Ricardo Sousa (4 pontos).

### Damas

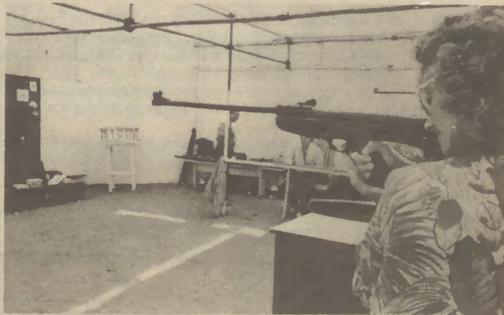
Ainda no pavilhão do xadrez e das damas — espaço da Festa muito concorrido —, decorreu na tarde de



domingo um torneio de damas, que reuniu 40 damistas, tendo vencido, com 9 pontos, António Russo, de Setúbal.

Do 2.º ao 6.º lugares, classificaram-se João Sepanas (de Évora), João Mateus (Almada), António Rosa (Almada), José Calado (Setúbal) e Manuel Dias (Algés), todos com 8 pontos, tendo sido o apuramento feito através do sistema internacional «Ducholz».

Em 7.º lugar ficaram António Justino (de Setúbal), António Deodato (Faro), Manuel Colaço (Torre da Marinha) e João Soares (Lisboa).



### TIRO AO ALVO

#### 27 equipas em acção

Outra novidade do programa desportivo da Festa do Avante! 90, foi a realização do 1.º Torneio de Tiro ao Alvo, em espaço especialmente idealizado para o efeito, que contou com a presença de 125 atradores, de 27 equipas, sendo 13 de colectividades.

Na classificação geral, conquistou o primeiro lugar João Valadão, do Pastilhas, classificando-se em segundo e terceiro lugares, respectivamente, Joaquim Pereira (Santa Marta de Corroios) e Henrique Leitão, do Musical Trafariense.

Destaque para o escalão feminino, no qual se sagrou vencedora Sandra Marisa, do Merreios da Trafaria, que foi também 7.ª da classificação geral. Susana Botão, dos Bombeiros Voluntários da Trafaria, classificou-se em 2.º lugar e a 3.ª foi para Licínia, das Praças da Armada.

Por equipas, a classificação ficou assim ordenada: 1.º — Santa Marta de Corroios; 2.º — Pombalense (Almada); 3.º — Pastilhas; 4.º — Musical Trafariense; 5.º — Miratejo.

### CHINQUILHO

#### A malha foi pequena foi grande e correu pela Festa

Mais de 100 participantes animaram o Torneio de Chinquillo da XIV Festa do Avante! nas modalidades de malha pequena, grande e corrida, que decorreu nos dias 8 e 9 de Setembro, na Atalaia.

Na malha pequena realizou-se, no dia 8, uma demonstração para divulgação da modalidade. No dia 9, 64 jogadores de 8 equipas de Alhos Vedros, Moita, Baixa da Banheira e Barreiro, disputaram um campeonato no qual as classificações ficaram assim ordenadas: 1.º — Primeiro de Janeiro, do Barreiro; 2.º — Banheirense (Baixa da Banheira); 3.º — Arrotense (Alhos Vedros); 4.º — Cooperativa de Alhos Vedros.

A malha grande foi disputada por eliminatórias, entre 31 participantes de 3 colectividades: Caixirense (de Sesimbra), Grupo Desportivo Chinquillo de Brejo (da Moita) e o Grupo Cultural e Recreativo de Vale de Figueira. Foi esta última equipa que venceu o torneio.

O campeonato de malha corrida, cuja nota dominante foi a forte participação da juventude, disputou-se individualmente com 16 participantes e por equipas com 25 presenças.

A classificação individual venceu Rodrigo Candeias de 14 anos, seguido de António Candeias, José Ramos e Anastácio Pereira, todos de Santiago de Cacém. No torneio por equipas a classificação ficou assim ordenada: 1.º — Santiago do Cacém; 2.º — Casa do Povo de Campo Maior; 3.º — Escalátaras; 4.º — Retiro dos Caçadores; 5.º — Valverde; 6.º — Vale Seco (Santiago do Cacém).



### CANOAGEM

#### Uma prova de competição e outra de turismo

A Festa do Avante! — edição 90 — integrou pela primeira vez os desportos náuticos no seu programa, através de um torneio de canoagem que decorreu na tarde de domingo (9 de Setembro), na baía do Seixal.

O 1.º Torneio de Canoagem da Festa incluiu uma prova de competição e uma de turismo, contando com um total de 17 participantes da Associação Naval de Lisboa e da Associação Náutica do Seixal.

Venceram a prova de competição Mário Guerra, da Associação Naval de Lisboa, na categoria sénior, Pedro Silva, em juniores, e Pedro Gar-

ganta, em cadetes, ambos da Associação Náutica do Seixal.

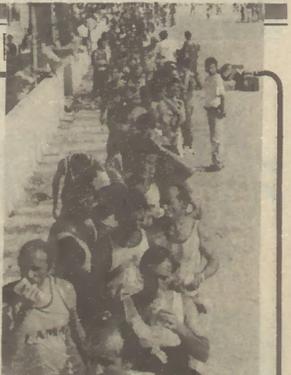
Em turismo náutico, classificaram-se em primeiro lugar Nuno Sousa (C1) e a dupla João Paulo e César Medeiros, todos da Associação do Seixal.

No final da prova, a Comissão de Desporto da Festa do Avante! entregou os prémios aos vencedores e anunciou que irá propor à Federação Portuguesa de Canoagem que, no próximo ano, o torneio de canoagem da Festa do Avante! seja integrado no calendário nacional da modalidade.



## 3.ª Corrida da Festa Os 100 primeiros a cortar a meta

Como referimos na nossa última edição, a 3.ª Corrida da Festa do «Avante!» teve 1300 concorrentes, dos quais cerca de 950 completaram a prova, num total de 13 700 metros, com partida e chegada ao campo do Amora Futebol Clube. Já de seguida publicamos a lista com os 100 primeiros atletas da classificação geral.



Dors	Nome	Escalão	Equipa	Genal	Esc.	Tempo
1094	José Soldado	Seniores Masculinos	Sport União Caparica	1	1	0:43:15
981	Eduardo Fernandes	"	CTH	2	2	0:43:26
1049	José Inácio	"	Sport União Caparica	3	3	0:43:34
702	António Ribeiro	"	Imperial Montijense	4	4	0:44:00
1540	Mário Dantas	"	GDCE NAV. V. Castelo	5	5	0:44:14
33	Carlos Fonseca	"	Servilimpe	6	6	0:44:23
1284	José Jesus	"	Restaurante Mirabola	7	7	0:44:29
486	Paulo Cascais	"	CCD CM Mafra	8	8	0:44:53
1194	Felisberto Reigado	"	C. Desp. Areias S. João	9	9	0:45:25
1209	Luis Ramalho	"	Rosarte	10	10	0:45:29
1286	Rui Reis	"	Restaurante Mirabola	11	11	0:45:39
978	Henrique Helder	"	CTH	12	12	0:46:10
1589	Carlos Amaro	Juniores Masculinos	CA Vale de Figueira	13	1	0:46:11
1569	José Fernandes	Seniores Masculinos	Noticias Entroncamento	14	13	0:46:19
553	Jorge Lobo	"	CCD CM Loures	15	14	0:46:22
721	Diamantino Figueiredo	"	SF Operária Amorense	16	15	0:46:28
1398	Joaquim Simões Silva	Juniores Masculinos	Individual	17	2	0:46:29
1117	Henrique Gil	Seniores Masculinos	Individual	18	16	0:46:30
1085	Joaquim Galocha	"	CR Cruz de Pau	19	17	0:46:32
1263	Jorge F. Rodrigues Jesus	Juniores Masculinos	Restaurante Mirabola	20	3	0:46:39
1414	António Corucho	Seniores Masculinos	Clube Praças da Armada	21	18	0:46:48
1289	Joaquim Guerreiro	"	Restaurante Mirabola	22	19	0:46:49
1092	José Costa	"	Linda Pastora S. Clube	23	20	0:46:54
979	António Morais	"	CTH	24	21	0:46:58
1091	Jacinto Barroso	"	C. Atl. de Valejas	25	22	0:47:03
1095	José Rodrigues	"	Sport União Caparica	26	23	0:47:07
447	Alberto Chaica	Juniores Masculinos	BMA Clube Almada	27	4	0:47:10
1130	Bernardino Alves	Seniores Masculinos	Individual	28	24	0:47:11
344	Bento Ribeiro	"	Soc. Inst. Mus. P. Salvo	29	25	0:47:18
1287	Joaquim Delgado	"	Restaurante Mirabola	30	26	0:47:28
1288	José M. Machado	"	Restaurante Mirabola	31	27	0:47:28
1263	Francisco Vicente	Veteranos IV	AMCR de Fonte Grada	32	1	0:47:29
53	Joaquim Almeida	Seniores Masculinos	Olivais e Moscavide	33	28	0:47:30
430	José Santos	"	Maratona Clube	34	29	0:47:31
1101	José Ramalho	Juniores Masculinos	Individual	35	5	0:47:36
547	Eurico Charneca	Seniores Masculinos	CCD CM Loures	36	30	0:47:40
1208	Fernando Fernandes	"	Grupo Sportivo Loures	37	31	0:47:41
241	Américo M. Beirão Santinho	"	GR Atletismo Setúbal	38	32	0:47:44
306	João Arenga	"	Ídolos da Praça	39	33	0:47:46
995	António João C. Seromenho	"	Individual	40	34	0:47:46
1196	Arlindo Martins	"	C. Desp. Areias S. João	41	35	0:47:47
1625	Carlos Tavares Silva	Juniores Masculinos	SL Benfica	42	6	0:47:53
527	José Monteiro	Veteranos I	Ass. M. 18 de Maio	43	1	0:47:55
829	José Carlos Henriques	Veteranos I	CCD Trab. Metro Lisboa	44	2	0:47:56
1271	Paulo Leandro	Seniores Masculinos	Centro R. Popular	45	36	0:48:01
1022	Custódio Palma	Veteranos I	CCDR Reboreda	46	3	0:48:01
1323	Carlos Silva	Veteranos II	Amal C. Metálicas, Lda.	47	1	0:48:06
1100	Paulo Sarty	Juniores Masculinos	Individual	46	7	0:48:13
343	Manuel Fernandes	"	Soc. Inst. Mus. P. Salvo	49	6	0:48:15
1115	Luis Cruz	"	Individual	50	9	0:48:15
720	Germano Bernardo	Seniores Masculinos	SF Operária Amorense	51	37	0:48:20
1156	José Fibeiro	Veteranos III	Mem Martins Sport Club	52	1	0:48:22
817	Rui Roberto	Seniores Masculinos	A. Atletismo C. Rainha	53	38	0:48:23
1415	António Moreira	"	Clube Praças da Armada	54	39	0:48:24
701	João Neves	"	Imperial Montijense	55	40	0:48:26
1129	Hugo D. Pires Lousada	Juniores Masculinos	Individual	56	10	0:48:34
346	Marco Cruz	Seniores Masculinos	Soc. Inst. Mus. P. Salvo	57	41	0:48:37
836	Luis Coelho	Juniores Masculinos	C. Atl. de Valejas	58	11	0:48:41
745	José Fanha	"	SF Operária Amorense	59	12	0:48:42
1040	Vitor Lourenço	Seniores Masculinos	CDC Casal do Marco	60	42	0:48:54
320	Aparício Gidra	"	Lissa Transitários	61	43	0:48:57
1050	José Lima	"	Sport União Caparica	62	44	0:49:00
1051	Carlos Marques	"	Sport União Caparica	63	45	0:49:01
1301	José Rafique	"	Amal C. Metálicas, Lda.	64	46	0:49:01
1306	Luis Oliveira	"	Amal C. Metálicas, Lda.	65	47	0:49:02
274	Júlio Miguel	"	CGD Sardoal	66	48	0:49:07
1299	Armando Fitas	"	Amal C. Metálicas, Lda.	67	49	0:49:09
491	Carlos Branco	Juniores Masculinos	Autocoope	68	13	0:49:13
899	Carlos Coelho I	Seniores Masculinos	G. Atl. de Valejas	69	50	0:49:13
1249	Agostinho Pereira	"	APFC Gulbenkian	70	51	0:49:16
719	Manuel Amaro	"	SF Operária Amorense	71	52	0:49:17
1562	Isidro Silva	Juniores Masculinos	NDC de Odemira	72	14	0:49:18
314	José Fernandes	Seniores Masculinos	Lissa Transitários	73	53	0:49:19
1285	Raul Pena	"	Restaurante Mirabola	74	54	0:49:22
661	José Madeira	"	CR Cruz de Pau	75	55	0:49:28
730	Dinis Jesus	"	SF Operária Amorense	76	56	0:49:28
1052	Jaime Ramos	Veteranos I	Sport União Caparica	77	4	0:49:29
599	Manuel Samarro	Veteranos II	Individual	78	2	0:49:31
316	Joaquim Figueira	Seniores Masculinos	Lissa Transitários	79	57	0:49:38
1114	Luis Miguel A. Ramos	Juniores Masculinos	Individual	80	15	0:49:40
1213	João Encarnação	Veteranos I	CC do Alto do Moinho	81	5	0:49:46
1034	Carlos Lourenço	Juniores Masculinos	CDC Casal do Marco	82	16	0:49:49
1511	José Filho	Seniores Masculinos	BV Beja	83	58	0:49:53
395	Fernando Martinho	"	GD Estrela Negra	84	59	0:49:54
768	José Mesquita	"	Individual	85	60	0:49:55
66	Eduardo A. Albuquerque	Veteranos I	Unidos Estrada C. Sol	86	6	0:49:55
733	Joaquim Valente	Veteranos I	SF Operária Amorense	87	7	0:49:56
549	Bento Ribeiro	Seniores Masculinos	CCD CM Loures	88	61	0:49:56
927	Artur Oliveira	Juniores Masculinos	UD Rec. Casal Privil.	89	17	0:49:57
557	Rui Mateus	"	CCD CM Loures	90	18	0:50:04
883	Carlos Silva	Seniores Masculinos	Os Almaldenses	91	62	0:50:12
775	Henrique Linares	"	GD «O Independente»	92	63	0:50:14
319	Luis Salgueiro	"	Lissa Transitários	93	64	0:50:15
1396	Carlos Rodrigues	"	Individual	94	65	0:50:16
574	Armando Luis	Veteranos II	Os Matulões	95	3	0:50:16
1104	José António Meireles	Seniores Masculinos	Individual	96	66	0:50:17
542	Vitor Moreira	"	CCD CM Loures	97	67	0:50:17
890	Jorge M. Correia da Silva	"	G. Alegre Unido Bajouca	98	68	0:50:26
819	Carlos Silva	"	Paivas	99	69	0:50:27
654	Ricardo Gaspar	"	CR Cruz de Pau	100	70	0:50:30

### FUTEBOL DE CINCO

#### 1.º lugar do Torneio foi para Sines

A equipa dos Independentes, de Sines, foi a vencedora do Torneio de Futebol de 5 da Festa do Avante!, edição 90. Na finalíssima, realizada no polidesportivo da Quinta da Princesa (para além da Corrida também o futebol ajudou a trazer a Festa para fora da Quinta da Atalaia), os homens de Sines golearam a formação do Centro Popular do Bairro de Celas (Coimbra) por 5 bolas a uma.

Com arbitragem de Fernando Dias, o encontro da final registou a seguinte «ficha»:

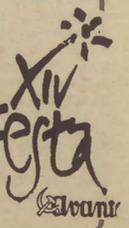
**Independentes** — António Vaz, Pedro Belicha, António Simões,

Francisco Patrício e Frederico Pires. Jogaram ainda pela formação do sul: Rui Ortiz, Luís Sobral e Artur Silva.

**CPBº Celas** — J. Paulo Melo, Raul Costa, J. Manuel Pinto, Aurélio Fonseca e Vítor Santos. Também jogaram: João Carlos, Rui Pedro, Carlos Costa, Carlos Cruz e Virgílio Lemos.

Ao intervalo, a equipa de Sines já vencia por um expressivo 4-0.

No terceiro lugar do Torneio classificou-se a formação dos **Ases de Viena** (oriundos do Alto Minho), que bateu por 2-1 o «cinco» do Grupo Familiar Olivai do Covo, de Lisboa.





**Vindos de vários pontos do mundo, estiveram na Festa representantes de partidos políticos que têm em comum com o PCP objectivos de paz, de democracia, de um mundo mais justo. O «Avante!» falou com alguns desses amigos e camaradas. Desses encontros damos hoje conta, num trabalho que fala sobre as suas lutas, os seus problemas, as suas esperanças. Um reflexo do que foi afinal o espírito da solidariedade internacional que desde a primeira hora está presente na Festa do «Avante!».**

## URSS

# A economia e os problemas nacionais

Tomando como exemplo a situação na Letónia, V. Rimadrevski falou ao «Avante!» do actual momento político na URSS, detendo-se com mais pormenor no que diz respeito à economia e aos problemas das nacionalidades. Aquele membro do CC do PCUS - e 2.º secretário do Partido Comunista da Letónia - chefiou a delegação soviética que participou na Festa do nosso jornal e trouxe consigo uma saudação especial.

Para caracterizar o estado actual das coisas na URSS, fez uma comparação: «Construiu-se uma barragem na montanha, no curso de um rio, e tudo parecia estável; mas aconteceu qualquer coisa, a barragem deu de si e toda a água se precipita pela montanha, arrastando tudo o que lhe surge no caminho. Se tomarmos esta imagem, pode-se dizer que nos encontramos nesta fase em que a água ainda está agitada. Acalmadas as águas, veremos o que fazer: se construir de novo a barragem, se fazer algumas obras... e até pode suceder que o rio tome um curso completamente diferente».

### Frutos da perestroika

Confrontado com o peso dos problemas que marcam hoje as informações acerca da URSS, Rimadrevski contrapõe com aquilo que a *perestroika* deu às pessoas: «a possibilidade de dizerem o que querem e de fazerem o que querem, organizar partidos e movimentos, criticar tudo e todos - o que antes não se fazia». Ou seja, deu-se «a maior abertura para a discussão de todas as questões. Vivemos assim um período muito agitado e, naturalmente, surgem muitas posições, muitos agrupamentos, mesmo dentro do PCUS, como se viu, por exemplo, durante o 28.º Congresso» - constata.

Rimadrevski recorda que «foi no período da *perestroika*, por outro lado, que se realizaram pela primeira vez na URSS eleições livres. Houve, não um candidato por círculo, como antes, mas dois e três, houve mesmo círculos eleitorais onde se candidataram 27 pessoas a um mandato. As pessoas puderam assim escolher quem mais lhes agradasse».

Resumindo, «a abertura, a democratização e a liberdade de escolha marcam a situação política que vivemos no país».

### Economia e privatizações

Mas a questão principal, para aquele dirigente do PC da Letónia e do PCUS, é a economia, pois «se estivessem resolvidos muitos problemas económicos, não haveria espaço para a especulação à volta das dificuldades que temos, nem poderíamos incitar os ânimos na opinião pública».

Face aos problemas que a economia defronta, «a transição para uma economia de mercado é hoje uma questão de grande actualidade» - refere Rimadrevski, realçando como ponto fundamental as privatizações, tanto na indústria, como na agricultura, no comércio, nos serviços.

Revela que «foram feitas sondagens entre os camponeses dos *kolkhoz* e

## — tomando como exemplo a Letónia

dos *sovkhoz*, e entre 80 e 100 por cento das pessoas são contra a privatização da terra, pretendem continuar a trabalhar em colectivo. Isto tem a ver, em primeiro lugar, com o facto de neste momento não haver capitais para conceder à agricultura. Um exemplo: na Letónia temos hoje 7150 empresas agrícolas, cada uma delas pede pelo menos 100 mil rublos de crédito nos primeiros tempos; ora eu sei que o Governo não tem, nem vai ter, a breve prazo, dinheiro que chegue para atender a estes pedidos. A segunda questão é a aquisição de maquinaria, que neste momento também não existe em quantidade suficiente. Se, por exemplo, num *kolkhoz* ou num *sovkhoz* se pode utilizar um tractor para trabalhar

200, 300 ou 500 hectares, já cada camponês quer ter um tractor, ou mais, só para si. Depois, não são só precisos os tractores, mas ainda outras máquinas, edifícios, oficinas, armazéns.»

No que respeita à indústria, a questão da privatização coloca-se com ainda maior pertinência, refere o camarada Rimadrevski: «O governo está a contar com a possibilidade de os operários poderem comprar acções e tornar-se *co-proprietários* das empresas. Por um lado, isto não parece mal, os operários tornarem-se *co-proprietários* das empresas. Mas, por outro lado, um operário não possui neste momento dinheiro que lhe permita adquirir o seu pacote de acções. As estatísticas das poupanças bancárias mostram que por cada soviético há cerca de 1700 rublos depositados, o que hoje em dia é muito pouco. Desta forma, ninguém vai investir, e quem não vai investir é precisamente a classe operária, com que se estava a contar.»

Admite haver «muitos *dealers* do mercado negro que têm efectivamente dinheiro e podem comprar uma ou outra pequena empresa». Mas, «neste caso, os operários ficarão numa situação ainda pior do que estão hoje».

### O mal não é do socialismo

Chegou-se a este ponto, segundo Rimadrevski, «não por o socialismo ser uma má opção, mas por as decisões acerca das questões económicas serem tomadas sem a suficiente ponderação». Afirma que «o conceito em si da unidade empresarial colectiva, o *kolkhoz*, tem por base a ideia de que cada camponês pode entrar com a sua quota - a sua terra, as suas máquinas e alfaias, etc. - para a cooperativa, e fica realmente a ganhar com isso, o trabalho é facilitado, a produtividade é maior, é mais fácil adquirir maquinaria, adubos, tudo o que lhe faz falta. Mas o problema foi terem-se esquecido de que o camponês entrava com a sua quota, e transformaram-no em trabalhador assalariado, que recebia o seu salário e nada mais - excepto o prémio no final do ano. Ou seja, não estava directamente interessado em qualquer crescimento significativo da sua própria riqueza social. A estes aspectos há que regressar. É possível. Mas não quer dizer que se liquide o que temos hoje.»

Hoje, segundo aquele dirigente comunista soviético, a questão coloca-se de maneira diferente: «De que ne-

cessitam as pessoas? Hoje o tempo livre tem muito valor, não há nada de mais valioso. E querem que o camponês volte outra vez atrás - na Letónia falam concretamente nos anos 20 e 30 -, que passe a trabalhar 16, 17 ou 18 horas por dia? As pessoas não vão aceitar isto.»

A situação é esta. Quais as perspectivas? Para Rimadrevski tudo depende da concepção de economia de mercado que for adoptada e da forma como for decidido entrar no mercado: «Pode-se entrar da forma mais simples, como se, para alguém aprender a nadar, baste atirar-se à água e ver se flutua, ou se se afoga. Mas com um país não se pode arriscar assim.»

Outra questão fulcral é «saber como vão ser protegidos os estratos sociais de menores rendimentos, que na URSS são sobretudo os reformados, os estudantes... São, ainda tomando o exemplo da Letónia, cerca de 620 mil pessoas em 2 milhões e 700 mil que vivem na república. Quem os vai defender? Por enquanto, não há nenhum programa que preveja isto, nem o de Ryjkov, nem o de Chatalin. Veremos o que se vai passar no futuro.»

Reafirmando que «o nosso partido é pela via socialista de desenvolvimento, não há aqui qualquer dúvida», deixa no ar a questão em aberto: «como vai ser a economia?».

### E depois de sair da União?

As questões nacionais também se agudizaram no período da *perestroika*. Reconhecendo este facto, Rimadrevski diz que elas «agudizaram-se porque cada povo, cada nação, começou a tomar consciência do seu lugar, da sua identidade própria, da sua cultura, etc. Para nós, na URSS, esta questão complica-se pelo facto de termos 102 diferentes etnias; e, além das 15 repúblicas federadas, ainda temos repúblicas autónomas, regiões e distritos autónomos... Agora, cada nação quer a sua autodeterminação, não apenas no sentido de se tornar uma república autónoma ou federada, mas um Estado soberano. E até aqui está tudo bem. Mas pergunta-se: e depois? Nem me refiro tanto ao destino da União, como ao destino da própria nação, da própria República. Nós, por exemplo, na Letónia, não temos matérias-primas. Agora, com o Estado autónomo, dizem que as contas com a União passam a ser feitas em divisas, pelos preços mundiais - que se distinguem radicalmente dos que praticamos no interior da URSS! É o caso da tonelada de petróleo, que a Letónia paga hoje à União a 30 rublos mas está no mercado mundial a cerca de 90 dólares; o gás também é umas três vezes mais barato; há metais que adquirimos na União e que no mercado mundial custam doze vezes mais. Não temos por enquanto produtos para exportação, é a União que exporta matérias-primas, e não nós - excepto uma ínfima quantidade de madeira ou qualquer outra coisa mais. Põe-se assim a questão: como vai viver a República? Ainda não encontramos resposta.»

Como surgem os conflitos nacionais? Mais uma vez, Rimadrevski recorre ao caso da Letónia: «A questão é



V. Rimadrevski, do CC do PCUS e 2.º secretário do PC da Letónia

## ÁFRICA DO SUL

# Acabar com a violência implementar a democracia

que depois das eleições democráticas subiu ao poder a facção da Frente Popular, ou seja, a facção nacionalista, da «Letónia livre!», «Letónia para os letões!», etc. São eles que pretendem a saída da URSS imediatamente. Nós não estamos de acordo: somos a favor de uma Letónia autónoma, soberana, mas achamos que, em vez de sair imediatamente da URSS, se deve ver o que acontece depois da aprovação do novo acordo da União. Se chegarmos à conclusão que não há soberania, que a vida piora, então deixaremos a União. Mas de uma forma normal, com calma, sem quebrar as ligações que hoje existem.»

Há ainda outra particularidade: «Actualmente a população autóctone, os letões, são 52 por cento dos habitantes. Os restantes 48 por cento são os chamados russófonos, ou seja, as demais etnias. A ala radical da Frente Popular pretende defender os interesses estritamente dos letões, há mesmo uma palavra de ordem que é «Todos os russófonos fora da Letónia», outros entendem que deve haver na Letónia 75 por cento de letões, no mínimo, e quem estiver a mais deve ir-se embora, não interessa para onde nem em que condições.»

Desta forma surge o conflito entre a população nativa e a população russa, «e outra coisa não seria de esperar», comenta Rimadrevski, que recorda ainda mais alguns factos. «O letão foi proclamado, por lei, língua oficial na República. Tudo bem, assim é que deve ser. Mas querem obrigar os não letões a, em três anos, aprender a falar a língua correctamente. Chegaram mesmo ao ponto de introduzir três níveis de conhecimento da língua. Medidas como estas, ou como a redução das vagas para não letões nas universidades, são o ponto de partida para o conflito.»

As pessoas das diferentes etnias, até 1988 ou 89, viviam sem problemas deste tipo, os vizinhos iam a casa uns dos outros, fossem letões ou russos, e hoje isto ainda sucede. Mas alguns intelectuais levantaram a questão, começaram a falar da sobrevivência da nação letã, da revalorização da cultura letã, etc. Levantaram a questão e culpam de tudo a União, o partido, os russófonos que vivem na Letónia.»

## Tantos jovens!

No que respeita à Festa do «Avante!», «as impressões são as melhores» - diz V. Rimadrevski. «Impressionou-me o facto em si de os comunistas conseguirem organizar uma festa como a que aqui tem lugar. É que isto exige trabalho, e capacidade, e conhecimento, e, certamente, também exige dinheiro. Há muito tempo que eu não via tanta gente. Penso que isto quer dizer que as pessoas têm interesse em cá vir; bem, compreendo que estejam interessadas mais na festa, mas pelos vistos também o Partido Comunista lhes interessa, e o que dizem os comunistas, o que escrevem no «Avante!»...»

Para o camarada do PCUS «é sobretudo moivo de alegria o facto de estarem aqui muitos jovens. Ainda ontem dizíamos, meio a brincar, meio a sério, que se toda esta juventude viesse para o PCP, vocês teriam a vitória garantida. É também importante que tenham adquirido este terreno, será difícil agora que alguém vos crie problemas para a realização da Festa.»

Rimadrevski manifesta o desejo de «poder aprender convosco, até porque nós agora, na Letónia, também estamos na oposição. E, comparando, vocês têm menos dificuldades.»

A saudação especial que traz para os comunistas portugueses vem da parte do CC do PC da Letónia e do jornal «Cina», o seu diário, que tem actualmente uma tiragem de 240 mil a 250 mil exemplares e que se edita desde 1904.

Para que seja finalmente posto termo ao regime do *apartheid* e para que na África do Sul vigore um sistema verdadeiramente democrático, é urgente acabar com a violência e eleger uma Assembleia Constituinte que represente todos os sul-africanos - esta é a preocupação fundamental manifestada por Ben Mohalathe na entrevista que concedeu ao «Avante!». Falando ao nosso jornal no sábado da Festa na Atalaia, o representante em Madrid do Congresso Nacional Africano sublinhou a importância da solidariedade com o povo sul-africano e apelo à manutenção das sanções económicas como forma de pressionar o regime racista a realizar as mudanças necessárias.

Regressado há duas semanas da África do Sul, Ben Mohalathe considera que a situação não é nada fácil, mas estamos a fazer progressos e a ter alguns sucessos. Estamos a conseguir que o governo sul-africano actue dentro do quadro da declaração de Harare, que obriga ao cumprimento da resolução da ONU sobre o desmantelamento do *apartheid* na África do Sul. O governo, por exemplo, concordou em libertar todos os presos políticos a partir de Outubro, bem como aceitou discutir a questão do regresso dos exilados.

Para o ANC é necessário criar um clima político adequado ao início das negociações para a formação de uma Assembleia Constituinte.

## Desarmar o Inkatha

A maior dificuldade que, neste momento, o ANC enfrenta na sua luta pelo estabelecimento de um regime democrático - de acordo com o testemunho de Ben Mohalathe - é o facto de o ambiente político estar destruído por conflitos em diversas áreas onde o governo e a polícia parecem não querer parar a estrutura que é o movimento zulu chamado Inkatha.

A solução para este problema, do ponto de vista do ANC - e já o dissemos ao governo - passa pelo desmantelamento da polícia do Inkatha, a quem o governo sul-africano concedeu armas que estão agora a ser utilizadas com o objectivo de forçar toda a gente a aderir ao Inkatha.

O governo tem aqui um problema, pois o Inkatha foi formado como um movimento de oposição ao ANC, mas na área de Natal o Inkatha, que devia ser forte nesta zona, só tem 20 por cento do apoio, enquanto os restantes movimentos democráticos e o ANC têm 80 por cento.

Nestas condições, o que o Inkatha fez foi mandar homens seus, agentes de guerra, para os distritos urbanos, como o Soweto, e agora os conflitos têm lugar nos distritos urbanos, pois estes agentes estão a atacar as residências. Mas os *techie*s da África do Sul entraram em cena, porque enquanto o governo diz que não tem quaisquer responsabilidades, eles vêem o que se passa e dizem: «Olhem lá, nós não alinhámos pelo governo nem pelo ANC, mas a verdade é que a polícia e o exército estão a apolar e, realmente, a tomar parte nos assassinatos em zonas residenciais.»

Para o representante do ANC em Madrid este não é um problema simples para o governo: De Klerk não quer vir a público processar a polícia e o exército. Cremos que esta é uma situação que ele não tem sob controlo. Nós alertámos para o que se estava a passar, ele também fez declarações e pensamos que, depois dessas declarações, teria também mudado os responsáveis da polícia e do exército. Mas não o fez, manteve os mesmos chefes, deixou-os continuar. E nós todos sabemos qual é o programa deles: matar as pessoas que se manifestam e lutam pelos seus direitos humanos, matar pessoas nos países vizinhos. O camarada Mandela, em particular, contactou o governo e tentou pressioná-lo para que esta fosse uma das suas acções no sentido de parar este tipo de as-

sassinios da parte da polícia, do exército e dos seus agentes, e também parar os ataques aos países vizinhos. Mas isto ainda não foi feito.

De qualquer modo, o ANC é de opinião que não devemos parar o processo de conversações, com todas as suas consequências, porque estamos a falar de democracia, porque nós queremos um regime democrático para a África do Sul.

## Cidadãos iguais

Não queremos um círculo eleitoral de brancos, não queremos lado a lado na Constituinte deputados eleitos de forma racista e deputados eleitos democraticamente, a Assembleia Constituinte deve representar todo o povo da África do Sul, brancos e negros. Neste momento, realça Ben Mohalathe, é fundamental garantir condições efectivamente democráticas para que a Constituinte seja eleita. As pessoas que vão fazer parte da Assembleia Constituinte devem ser eleitas nos círculos eleitorais, juntam-se e elaboram a Constituição. Mas os círculos eleitorais negros devem ser abrangidos. Isto é extremamente importante, porque se assim não suceder estarão a ser subvertidos à partida os princípios da democracia que se quer implantar no país.

Mohalathe referiu as alterações concretas exigidas pelo ANC: Estamos a apelar ao governo para que extinga os *group areas acts*, as leis que determinam «tu és branco, ficas aí; tu és negro, ficas ali; os brancos vão ter as boas coisas, e para os negros são criadas condições de vida muito baixas». Queremos que esta lei seja abolida, para que as pessoas sejam iguais. Queremos também que seja abolida a lei dos territórios, que dá 85 por cento do território aos brancos e 15 por cento de todo o país aos negros. Sem que estas leis sejam anuladas, não há condições para implementar nenhuma Constituição democrática.

## Racismo não tem cor

Sobre os conflitos étnicos que ultimamente deflagraram nos bairros residenciais negros de algumas cidades, o representante do ANC que participou na Festa do «Avante!» afirma que antes de mais nada, há que compreender que os problemas étnicos foram iniciados originariamente pelo governo sul-africano, que tentou dividir os negros segundo as tribos. Nós temos negros zulus, xhosas, sothos, tswanas... Mas temos também brancos portugueses, franceses, ingleses, e estes não foram divididos, não se ouviu ninguém falar da divisão entre os brancos.

O que sucedeu - explica - foi que as pessoas do próprio Natal, de Wenda, do território xhosa e dos outros territórios reservados para os negros (*homelands*) - demonstraram que não querem estar nos *homelands*, querem que os chamados *independent homelands* sejam parte integrante da África do Sul. Esta aspiração vai ao encontro do movimento democrático, que defende



Ben Mohalathe, representante, em Madrid, do Congresso Nacional Africano

que a África do Sul é um país único. Líderes desses territórios vieram ter com o ANC e disseram «nós queremos fazer parte de uma África do Sul unida». A partir daqui, o governo diz que o esquema da divisão falhou. Por isso é que o chefe desse partido Inkatha diz agora que o Inkatha está a lutar pela sobrevivência. E está com dificuldades em sobreviver, apenas consegue o apoio de uma parte da população da zona onde, tem a sua implantação principal mas onde, na realidade, o ANC tem do seu lado 80 por cento da população.

Há alguns membros desse partido que têm armas que lhes foram fornecidas pelos militares e pela polícia sul-africana, e com essas armas estão a matar outros negros. É verdade que se pode dizer que homens negros estão a matar outros homens negros. Mas penso que o mais importante é o facto de que as forças democráticas estão a lutar, estão a defender-se das forças não democráticas do sistema racista na África do Sul. Sabemos que houve casos de pessoas brancas mortas por polícias brancos, mas não foi por isso que viemos afirmar que era uma luta de brancos contra brancos. Simplesmente porque não somos racistas, não olhamos para a cor da pele para distinguir racistas e democratas. Quando vêm afirmar que há luta de negros contra negros, o que pretendem é dizer à comunidade internacional: *estão a ver, os negros não são capazes de se governar a si próprios, não são capazes de viver em paz uns com os outros*. Mas quem deu origem a estes conflitos foi o governo racista da África do Sul, não os negros. De acordo com Ben Mohalathe, Buthezele, o líder dos zulus, vê que não tem lugar na direcção do movimento democrático e por isso está pronto a destruir tudo, está preparado para destruir a paz que precisamos alcançar. Mas não tem hipóteses, com apenas 20 por cento do apoio.

O representante do ANC em Madrid confia que o futuro da África do Sul será determinado pelo seu povo, pois gradualmente as coisas vão-se esclarecendo, como tem demonstrado a participação em vários comícios que se têm realizado recentemente. A participação nestas iniciativas é uma das razões por que nós dizemos - se falarmos em termos tribalistas - que 80 por cento dos zulus não apoiam o Inkatha, apoiam o movimento democrático de massas.

Ben Mohalathe chama a atenção

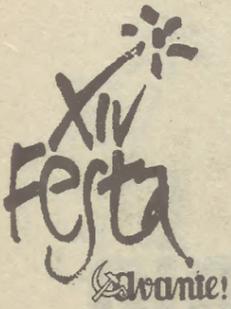
para uma diferença que afasta as pessoas do Inkatha e as aproxima do Congresso Nacional Africano: Ninguém é forçado a pertencer ao ANC, à UDF ou à Cosatu. Mas com o Inkatha é muito diferente. Se alguém se recusa a entrar para o Inkatha, pode perder a casa, não o autorizam a ter uma profissão, houve casos de professores expulsos das suas escolas por não aderirem ao Inkatha... E quando estes métodos falham, recorrem à força: destroem casas, matam pessoas.

## É bom ter amigos

Sobre a sua estadia na Atalaia, Ben Mohalathe diz que *tenho uma muito boa impressão da Festa, das pessoas com quem nos encontramos, sinto-me entre amigos e, o mais importante, sentimos que o partido está a encontrar, na teoria e na prática, as formas de dar passos concretos para defender os interesses do povo*. Na presente situação que se vive no mundo é importante para um partido apontar medidas práticas. O esforço que o PCP está a fazer neste sentido ajuda-nos a fazer melhor o caminho, pois nós estamos a defrontar-nos com uma situação semelhante.

O camarada Mohalathe sublinha que a solidariedade é para o ANC muito importante. É muito bom encontrar amigos que nos dão a mão e que nos podem ajudar, que nos acompanham neste difícil processo de implantação da democracia no nosso país. Em iniciativas como a Festa do «Avante!» temos uma especial oportunidade de falar às pessoas da nossa luta e do apoio de que necessitamos - e hoje precisamos de mais apoio que nunca.

Uma vez que é de particular importância, neste momento de transição para a democracia, o papel das massas, o representante do ANC deixa aos comunistas portugueses uma mensagem especial: Esperamos que o PCP ajude a mobilizar a comunidade portuguesa para que apoie as nossas posições, especialmente no que respeita às sanções, para que pressione o governo e aqueles que têm o poder de decisão com o objectivo de manter as sanções e para que tomem posições muito positivas que ajudem à implementação da democracia na África do Sul.



## RDA

# Em vésperas da unificação ideal socialista

## continua vivo

A poucos dias da unificação alemã, a Festa do «Avante!» recebeu uma delegação do Partido do Socialismo Democrático (PDS) da ainda RDA. Uma presença de particular significado político, quer pela situação que se vive na RDA quer pelas próprias dificuldades do PDS, que aproveitámos para entrevistar Philipp Dyck, chefe da delegação. Tema obrigatório, a unificação. Que se vai concretizar, como afirmou o nosso entrevistado, não como a unificação de dois países com iguais direitos, mas sim através da efectiva ocupação económica e política da RDA pela RFA.

Passados os dias das grandes emoções, os alemães de leste confrontam-se com a necessidade de deitar contas à vida na nova realidade que se lhes coloca. Longe vão os dias das promessas, das facilidades, das ilusões do marco todo poderoso. A situação - afirma Philipp Dyck - é desoladora. A economia está profundamente abalada, o governo não tem capacidade de acção, não domina as finanças do país, não tem qualquer capacidade de decisão. O desemprego atinge já um milhão e meio de trabalhadores. A tensão social é muito grande.

Cada dia que passa é de expectativa e de insegurança a todos os níveis; com todo o quadro legislativo em mudança, as interrogações sobre o que vai acontecer, o que vai mudar, estão na ordem do dia.

Isto não significa, sublinha o representante do PDS, que a população esteja contra a unificação. São muitos os que pensam que com a unificação a vida vai ser melhor no futuro. Naturalmente, o chanceler Helmut Kohl e os partidos de direita estão a desenvolver uma grande campanha nesse sentido. É a terceira vez que prometem a melhoria das condições de vida, sem que tal se tenha concretizado até à data: nas eleições de 18 de Março, a CDU de Kohl prometeu mundos e fundos se ganhasse, mas apesar de ter ganho as promessas ficaram por cumprir; depois, as promessas foram remetidas para a unificação monetária de 1 de Junho, mas então também nada melhorou, pois ao mesmo tempo que os trabalhadores trocaram os seus marcos por marcos federais, as empresas da RDA que ainda laboravam começaram a fechar; agora é a meta da unificação política que é avançada como determinante para o cumprimento das promessas. Nós não acreditamos nelas, pelo contrário pensamos que a situação ainda se vai agravar tanto no aspecto político como económico.

### Um partido na oposição

No actual contexto político, o PDS, formado após a dissolução do PSUA, ocupa um lugar importante entre os partidos na oposição, como os próprios resultados eleitorais revelaram, o que lhe abre perspectivas para a sua actividade futura. Como faz questão de sublinhar o nosso interlocutor, o Partido do Socialismo Democrático é um novo partido, apesar de se ter formado a partir do extinto Partido Socialista Unificado da Alemanha; o PSUA tinha 2,3 milhões de membros, o PDS tem 350 mil militantes, o que significa que mais de 85 por cento dos membros do PSUA não aderiram ao novo partido. Cremos que grande parte desses membros abandonaram o partido por estarem desiludidos com a sua prática, por se sentirem traídos nos seus ideais. E, claro, outros houve que se afastaram porque estavam no partido por mero oportunismo, desinteressando-se dele desde que deixou de estar no Poder e portanto sem condições de lhes proporcionar quaisquer regalias ou privilégios.

O futuro que espera o PDS é de luta: vamos travar a batalha política tanto no Parlamento como fora dele, e desenvolver todos os esforços para reforçar a nossa acção através de

uma política de alianças com outras forças de esquerda. No Parlamento Federal não há ainda uma oposição socialista, nomeadamente porque o Partido Social Democrata (SPD) como que fez as pazes com o capitalismo. O nosso Partido (PDS) distingue-se do SPD, entre outras coisas, porque considera que o capitalismo não é uma alternativa. Pensamos, pelo contrário, que deve existir uma alternativa à sociedade capitalista, e essa alternativa é a sociedade socialista.

O próprio PDS reflecte os tempos de mudança que se vivem na RDA: pela primeira vez, coexistem no partido, em pé de igualdade, trabalhando em conjunto e solidariamente, elementos social-democratas de esquerda e comunistas. E o nosso objectivo imediato é o de alcançar, nas eleições gerais de 2 de Dezembro, o maior número de votos possível que nos garanta a representação parlamentar.

### Uma política de alianças

A unificação alemã vai dar lugar, naturalmente, a um novo arranjar das forças políticas em presença em todo o território. Nada mais natural, portanto, do que a formação de alianças tendo em vista as próximas eleições. O PDS fez já acordos com partidos da RFA, tendo sido criada uma coligação eleitoral designada Lista de Esquerda PDS; trata-se de uma coligação não a nível de partidos mas sim de personalidades, em que participam comunistas, ecologistas, representantes de diversos grupos de esquerda, sindicalistas, social-democratas de esquerda... Pretende-se com esta coligação alcançar o maior número de votos possível, o que é tanto mais necessário quanto se sabe que foi feita uma lei eleitoral visando prejudicar directamente o



Na Cidade Internacional o debate, como a solidariedade, esteve sempre presente

PDS - a lei dos 5 por cento. Só com resultados eleitorais superiores a 5 por cento é que se torna possível a representação parlamentar; com esta legislação, criada expressamente para as primeiras eleições conjuntas, procura-se liquidar os pequenos partidos de esquerda. Apesar disso, estamos confiantes e com força para nos apresentarmos perante o eleitorado.

Mas a unificação alemã não tem incidências apenas a nível interno. Muito se tem especulado sobre qual será o papel da grande Alemanha no contexto Europeu e as preocupações, explícitas ou implicitamente, pairam no horizonte. Também no PDS há preocupações quanto ao perigo que pode representar a Alemanha unificada no contexto europeu, e sobretudo na Comunidade Económica Europeia; um grande domínio alemão na CEE pode trazer desvanta-

gens aos restantes países-membros. Não podemos esquecer que o chauvinismo está a aumentar e que essa é uma arma das forças de direita em períodos de crise; assistimos de novo a perseguições e manifestações contra os estrangeiros na Alemanha, que já são acusados de serem os responsáveis pelo desemprego.

### Reabilitar o socialismo

No futuro próximo, os problemas sociais da actual RFA tenderão a agravar-se, devido aos custos da unificação, pese embora o enorme poderio económico alemão. Também neste contexto as forças de esquerda alemãs terão um papel a cumprir, não obstante as dificuldades que hoje enfrentam. Como fez notar Philipp Dyck, as forças de esquerda da RFA diminuiram, em

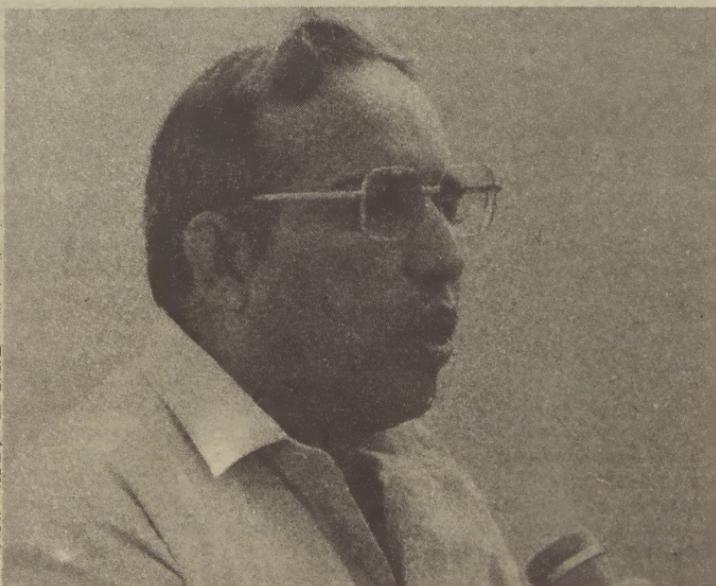
têrmos numéricos, o que se compreende à luz de todos os recentes acontecimentos. Mas esperamos que, com a unificação, a esquerda venha a fortalecer-se. O PDS, pelo seu lado, propõe-se estender a sua influência a todo o território, transformar-se num partido com influência política em todo o país.

Uma tarefa difícil, nomeadamente porque a direcção burocrática do antigo Estado socialista da RDA fez com que as forças socialistas e comunistas ficassem muito desacreditadas. Por isso uma das nossas tarefas fundamentais é a reabilitação dos ideais comunistas e socialistas. As forças de direita da RFA pretendem fazer crer à população que os acontecimentos da RDA significam o fim da sociedade socialista e apresentam o capitalismo como a última meta do desenvolvimento social.

Uma ideia que o PDS não partilha, pois como diz Philipp Dyck o capitalismo não constitui a meta do desenvolvimento da humanidade, não está apto a resolver as questões sociais fundamentais nem as questões mais globais da humanidade. É por isso que o internacionalismo é um dos aspectos fundamentais do programa do nosso partido. Os problemas da humanidade devem ser resolvidos num contexto internacionalista. Por isso também defendemos que todas as forças comunistas, socialistas, progressistas do mundo devem, cada vez mais, procurar a melhor forma de estabelecerem uma ampla plataforma de luta comum. Não nos devemos esquecer que o capitalismo já há muito formou uma frente comum, internacionalizou-se. É tempo das forças progressistas responderem da mesma forma.

Neste contexto cabe referir que o convite que nos foi feito para participarmos na Festa do «Avante!» nos sensibilizou muito. Apesar das dificuldades económicas com que se debate o PDS impedir uma participação nos mesmos moldes em que anteriormente se processava a participação da RDA, foi com todo o empenho que os três camaradas que constituem a delegação da RDA se juntaram e decidiram vir até à Festa, ultrapassando, da forma mais económica, todos os obstáculos. E valeu a pena.

## Um abraço cubano



Angel Morejon, do Partido Comunista de Cuba

Desejamos transmitir as saudações dos comunistas cubanos aos comunistas portugueses.

Tal como em anos anteriores, Cuba esteve presente nesta Festa do povo que é a Festa do «Avante!».

Para nós foi impressionante o enorme comício de encerramento da Festa, as palavras do Secretário-Geral do PCP, bem como as manifestações de carinho de que fomos objecto quando foi anunciada a presença da delegação de Cuba.

Da mesma forma destacamos a solidariedade manifestada ao nosso país na iniciativa levada a efeito nesse âmbito durante a Festa.

Destacamos, finalmente, a participação de massas, a organização, disciplina e forma como decorreu a Festa, pela qual felicitamos a sua organização e o director do «Avante!». Um abraço.

Delegação do Partido Comunista de Cuba - Angel Morejon.

## RPD DA COREIA

# Socialismo, independência reunificação

O prosseguimento da construção do socialismo, a garantia da independência económica e a aceleração do processo de reunificação norte-sul foram os temas fortes referidos por So Dong Bon, do Partido do Trabalho da Coreia e subdirector do «Rodongsinmun», ao falar sobre a actual situação política no seu país.

Para So Dong Bon, «em geral, no nosso país, a construção socialista está a decorrer normalmente. Não há nenhuma alteração na linha política que definimos. Neste momento o povo coreano está a desenvolver esforços para cumprir com êxito o terceiro plano septenal.»

### Com trabalho

O camarada que representou o PTC na 14.ª Festa do «Avante!» referiu alguns aspectos concretos do trabalho que está a ser realizado na Coreia: «Fazem-se novas construções, abrimos recentemente uma fábrica têxtil de vinalon onde se produz tecido não a partir de algodão natural, mas de pedra de cálcio, um método inventado pelo cientista coreano Wi Sung Ki. Também está em construção um novo bairro residencial em Pyong-Yang, de 50 mil fogos.»

«Quando terminar a construção deste bairro» — nota So Dong Bon — «estará solucionado o problema da habitação no país». Assim, «dois problemas serão resolvidos a breve prazo: o vestuário e a habitação.»

Trabalham igualmente para a resolução do problema da alimentação. «Temos uma superfície de terra cultivada que ocupa 10 por cento do território do país» — recorda o camarada. «Conseguimos níveis elevados de produção, mas ainda não estamos satisfeitos.»

Além de produtos alimentares, são necessárias — diz o subdirector do jornal do PTC — «mais matérias-primas para a indústria ligeira, e também de rações para os animais. Não se pode dilatar a terra, portanto o cultivo deve ser feito de forma intensiva.»

So Dong Bon refere que a RPD da Coreia consegue uma produção de 7,2 toneladas de arroz por hectare e um nível semelhante na produção de milho... «Penso que o nível da produção de arroz é o mais elevado do mundo neste momento» — sublinha.

Para, nestas condições, solucionar o problema da alimentação, o PTC e o Estado coreano pretendem enveredar pelo aproveitamento das terras à beira-mar: «Dentro de poucos anos estarão preparados 300 mil hectares de terra na costa. Vamos dispendir 4 mil milhões de dólares para construir uma barreira que detenha a água do mar. No nosso pavilhão, aqui na Festa, temos uma exposição onde se fala de tudo isto.»

A propósito da forma como prossegue na RPD da Coreia a construção do socialismo, So Dong Bon fez questão de salientar «duas coisas importantes».

Primeira: «Estamos a construir o socialismo à nossa maneira, com os nossos próprios esforços, de uma forma independente, não copiamos outros países. Isto deve-se à manutenção da orientação para a construção da independência nacional do ponto de vista económico. Uma economia nacional independente significa que pode andar com os seus próprios pés. O nosso país não entrou para o Comecon, e é importante dizer isto aqui.»

Outra coisa que para o camarada do PTC «é importante dizer aqui», é que «estamos determinados a não abandonar jamais este caminho da construção do socialismo. Continuaremos a defender os princípios do socialismo, jamais abandonaremos o socialismo, apesar das manobras imperialistas. Penso que neste ponto o nosso partido e o PCP têm posições comuns.»

### Acelerar a unificação

Desde a divisão da Coreia, ocorrida após a 2.ª Guerra Mundial, «não se tem feito intercâmbio económico, nem troca de correspondência» entre o norte e o sul — refere So Dong Bon — «Nós insistimos na necessidade de acelerar o processo de reunificação, mas há



So Dong Bon, do Partido do Trabalho da Coreia, subdirector do «Rodongsinmun»

vários obstáculos. O primeiro é a ocupação das tropas norte-americanas no sul da Coreia; a Coreia do Sul é uma colónia dos Estados Unidos, que se opõem obstinadamente à reunificação. No lado sul da linha de demarcação militar existe um muro de betão armado construído por eles e que se estende ao longo de toda a linha, por rios, montanhas, planícies... Este é um obstáculo físico.»

Também existe uma barreira política: «Na Coreia do Sul há a chamada Lei de Segurança do Estado, na qual a Coreia do Norte é considerada como inimigo e toda as pessoas que a visitem são metidas na prisão», afirma o subdirector do «Rodongsinmun», recordando o que

sucedeu no ano passado com uma estudante sul-coreana, que foi ao Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, e com o pastor Mun Y Tang, que visitou o Norte para debater o processo de reunificação.

O PTC e a RPC exigem que a parte sul liberte todos os presos políticos e que destrua o muro de divisão, possibilitando o intercâmbio entre ambas as partes.

### Festa e amizade

«Pensamos que a Festa do «Avante!» está a decorrer com muito

sucesso» — disse o camarada So Dong Bon quando lhe perguntámos, domingo à tarde, pouco antes do comício, quais as impressões que lhe deixava a participação na iniciativa — «Através desta festa podemos ver a influência do PCP. Organizar uma festa destas não é fácil, exige condições políticas, materiais e ideológicas. Só um partido forte e unido como o vosso pode fazer uma festa assim. Impressiona-nos ainda o facto de esta festa se realizar num terreno vosso. Através desta festa podemos também ver como o PCP está firmemente enraizado e tem apoio nas massas populares.»

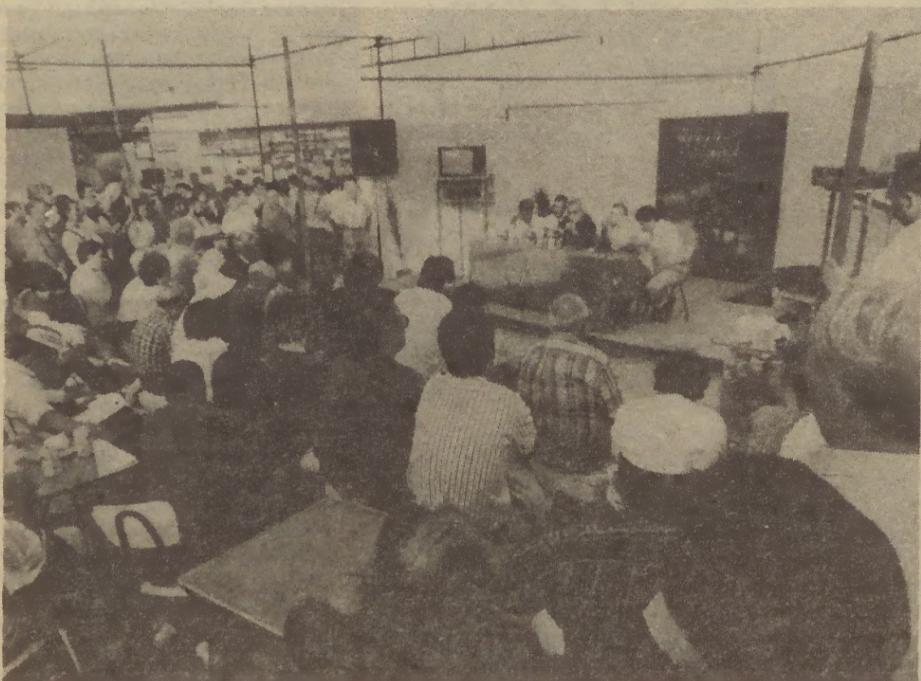
Estar aqui tanta gente significa que o Partido Comunista Português tem o apoio e a confiança das massas populares. Penso que a força do partido nasce deste apoio das massas populares.»

Através da sua participação na Festa, afirma o camarada coreano, «podemos ver como o vosso partido mantém firmemente a sua posição fiel aos princípios revolucionários.»

Uma palavra de ordem que vimos na festa e nos impressionou muito foi «Fomos, somos e seremos comunistas», que demonstra uma firme determinação revolucionária do PCP.»

«Esta posição do vosso partido» — realça — «constitui um grande contributo para o desenvolvimento do movimento comunista internacional e é para nós motivo de satisfação.»

So Dong Bon recorda que «há muito tempo que os nossos partidos estabeleceram laços de amizade. O nosso povo conhece bem a solidariedade e o apoio do PCP à causa da unificação do país, e está-lhe muito grato por isso». Por outro lado, «o nosso partido manifestou, manifesta agora e no futuro também manifestará sempre a sua solidariedade sem reservas para com a luta do PCP», e os camaradas do Partido do Trabalho da Coreia, como referiu o subdirector do seu órgão central, estão «firmemente convencidos de que, com o apoio das amplas massas populares de Portugal, o PCP poderá alcançar êxitos ainda maiores na sua luta futura, irá «Avante!», como diz o nome do vosso jornal.»



Solidariedade Sempre! — Um debate sobre a América Latina



## POLÓNIA

# Economia de mercado e democracia pluralista na ordem do dia

Construir uma sociedade verdadeiramente democrática e fazer a passagem da economia do país para uma economia de mercado, são as duas grandes tarefas que se colocam hoje à Polónia. Tarefas difíceis, segundo Stanislaw Cwik, chefe de redacção adjunto do «Tribuna», que, juntamente com Ladislaw Janulewicz, representou na Festa do «Avante!» o Partido Social Democracia da República Polaca.

Em entrevista ao nosso jornal, Stanislaw Cwik salientou que **todas as forças de esquerda participam neste processo de reestruturação da sociedade polaca, incluindo naturalmente o PSD que é na actualidade o maior partido de esquerda na Polónia. O país conta agora com mais de 60 partidos políticos, pequenos partidos. Esta realidade dificulta um pouco a interpretação da situação na Polónia, mas pode-se dizer que começamos a pôr em ordem a nossa sociedade.**

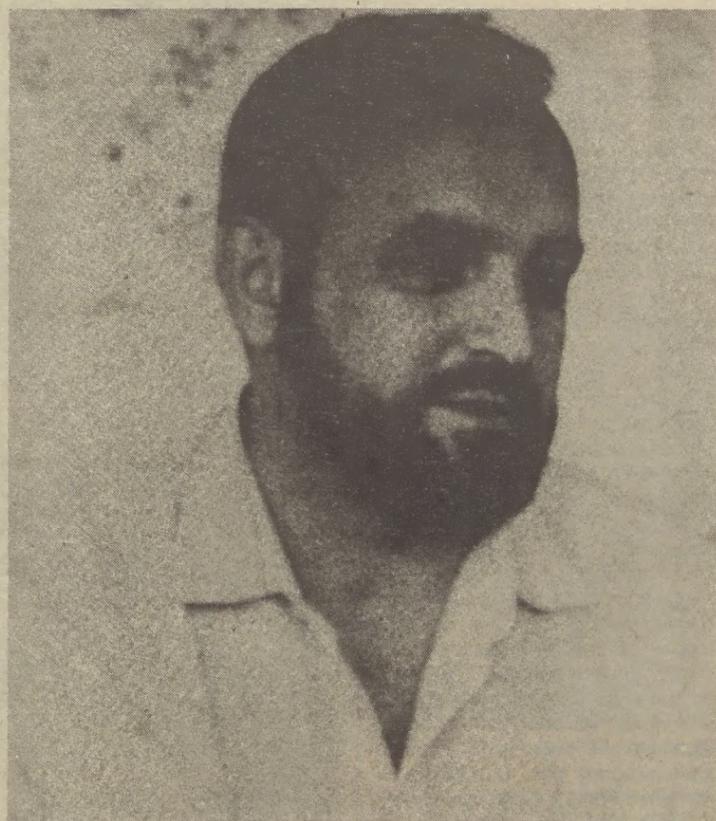
Na opinião de Stanislaw Cwik, as próximas eleições presidenciais, vão permitir a clarificação política e dar uma ideia da correlação de forças em presença. Isso é importante porque, nas anteriores eleições, os resultados foram sobretudo expressão do protesto popular contra o governo do Partido Comunista e de apoio às reivindicações do Solidariedade. Mas a situação mudou; hoje já não existe o partido comunista e o Solidariedade já não é um movimento de oposição. O Solidariedade - diz Cwik - é um movimento pró-governamental e também no seu seio apareceram novos partidos. Esta é uma situação completamente nova na história moderna da Polónia, pelo que é muito difícil neste momento arriscar prognósticos sobre a forma como se vão desenrolar os acontecimentos.

Um Solidariedade com actividade política e um Solidariedade essencialmente sindical coexistem agora no país, a braços com contradições nem sempre de fácil resolução. O Solidariedade - refere o nosso interlocutor - desempenhou um papel decisivo no processo de mudança registado no país; o movimento que desencadeou contou com o apoio da classe operária em luta por legítimas reivindicações, o que na altura não foi entendido pelo partido no poder. De uma forma geral, pode dizer-se que o Solidariedade continua a ser, essencialmente, uma organização sindical. Por outro lado, ao ganhar as eleições, assumiu de facto o papel de partido político, ainda

que sem nunca se afirmar como tal. Foi também nesta dupla condição que ganhou as eleições para o poder local. De referir ainda que no programa sobre as transformações económicas o Solidariedade procura manter-se com o mesmo estatuto. Mas é um facto que neste momento há no seio do Solidariedade divisões profundas; apareceram dois partidos políticos - o Movimento do Cidadão para a Acção Democrática (ROAD) e o Acordo Central (que apoia Valesa). Ambos lutam entre si para ganhar influência popular e retirar dividendos da sua participação no Solidariedade. O Acordo Central acusa o Movimento Cidadão de estar politicamente mais à esquerda (o que não agrada aos próprios) e de ser laico, enquanto ele se define como força de centro e mantém uma estreita ligação à Igreja. Ambos se propõem disputar as eleições presidenciais.

Esta complexa situação deriva, em grande parte, do facto de ainda não existir legislação adequada no respeitante às formações políticas que definam e distingam movimentos e partidos políticos. O que não impede, naturalmente, a existência no seio do Solidariedade de forças que pretendem a sua manutenção como movimento sindical independente.

São estes sindicalistas - diz Stanislaw Cwik - que continuam a desenvolver uma actividade crítica contra a política do actual governo. Ainda no âmbito do Solidariedade, mas independente da sua direcção, existe um movimen-



Stanislaw Cwik, do Partido Social Democracia da República Polaca

to formado no tempo em que o Solidariedade era um movimento sindical de oposição, chamado a Rede. Este movimento resultou de um acordo entre várias empresas e tem o seu próprio projecto no que se refere às privatizações: defendem que as empresas devem passar para as mãos dos respectivos trabalhadores e não vendidas a empresários privados.

Para além dos já referidos, outros movimentos foram criados a partir do Solidariedade, o que dá uma ideia da profunda divisão actualmente existente no seu seio e da complexidade política da arrumação de forças na Polónia.

Como afirma Cwik, quando a Polónia for de facto uma socie-

dade democrática, os sindicatos serão apenas sindicatos e os partidos políticos terão de se assumir como tal.

Uma definição tanto mais necessária quanto é já claro que Valesa aspira à Presidência da Polónia, no que é apoiado pelo Acordo Central, ao mesmo tempo que o Movimento Cidadão defende para o mesmo cargo a candidatura do actual primeiro-ministro, o que não pode deixar de debilitar a coesão interna do próprio Solidariedade, se é que ainda existe alguma, bem como o futuro presidente, seja ele quem for. Em todo o caso, antes o Parlamento polaco deverá aprovar uma nova Constituição e toda uma série de legislação, incluindo eleitoral.

## No limite da paciência

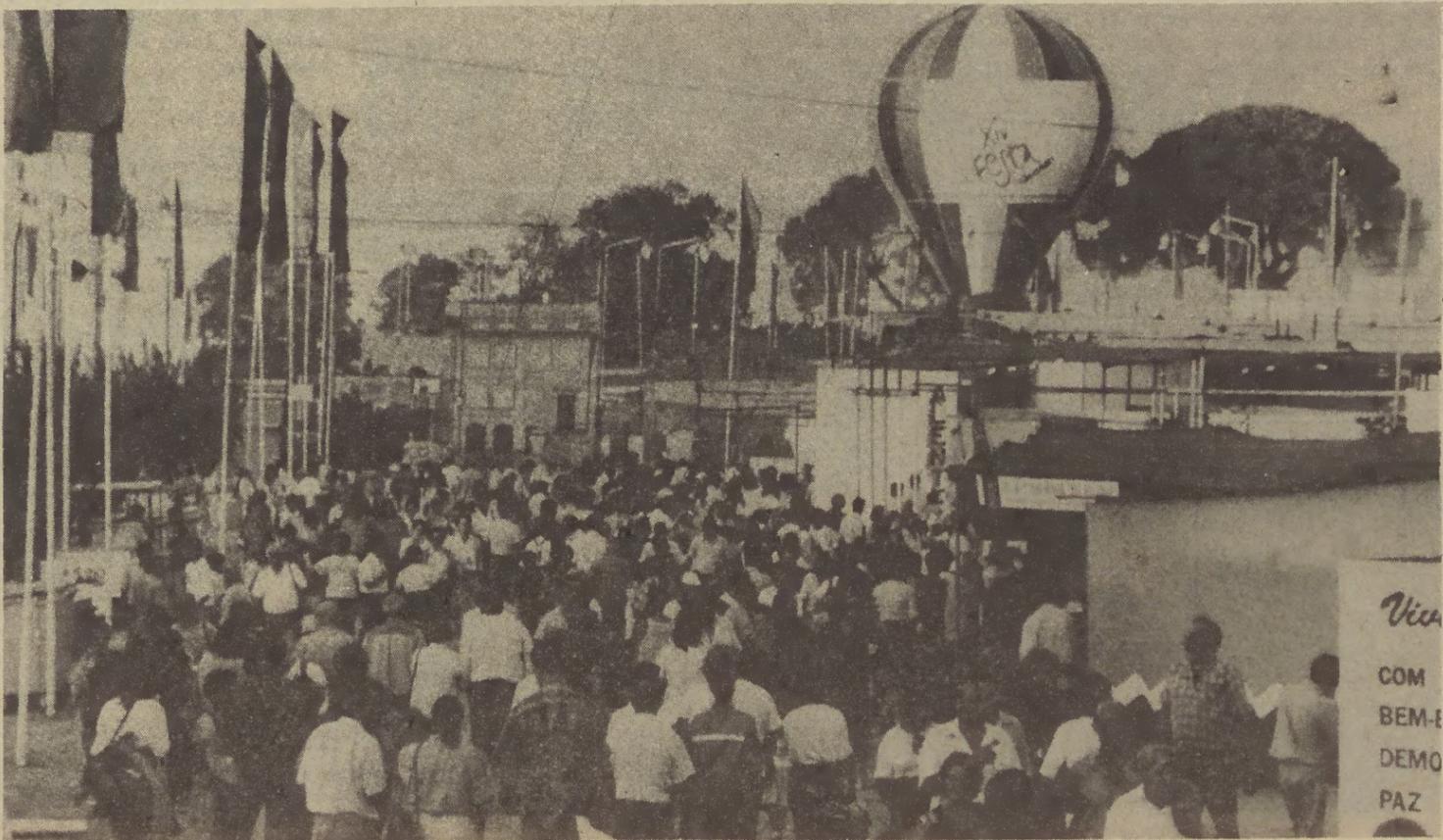
As questões económicas são o outro grande *quebra-cabeças* dos polacos. O objectivo principal do programa do governo é combater a inflação; para tal, foi decidido fixar a taxa de câmbio interna do dólar, liberalizar o preço dos produtos e impor impostos progressivos bastante altos. Assim se conseguiu passar de uma inflação de mais de mil por cento para uma inflação da ordem dos 4 a 7 por cento.

O preço dessa política é muito duro: A recessão é muito forte; a produção industrial baixou para um quarto, o poder de compra para cerca de um terço. Pela primeira vez conhecemos no país o problema do desemprego, que atinge cerca de 700000 pessoas, ou seja quatro por cento da população. Entretanto começou o processo de privatizações e com ele espera-se o fim da recessão. Trata-se sem dúvida de uma situação muito difícil; podemos dizer que o povo polaco está a chegar ao limite da paciência e que se não houver melhorias a breve prazo se corre o risco de motins populares. Ao mesmo tempo, segundo as sondagens, parece que a maioria da população apoia as principais orientações do programa de recuperação económica (40 a 50 por cento) e em escala ainda maior o primeiro-ministro (70 por cento). Mas é preciso que o programa se traduza em melhoria das condições de vida; o que hoje acontece é que deixaram de haver filas para a compra de produtos, que abundam, mas passou a não haver dinheiro para os comprar...

## Um partido jovem

Neste novo contexto o Partido da Social Democracia tem um papel a cumprir. Como diz Stanislaw Cwik, é um partido jovem, com um presidente de 36 anos e uma média etária nos organismos de direcção inferior a 40 anos. Esperamos que o nosso partido venha a ter o apoio dos jovens, interessados em profundas alterações da sociedade, embora estejamos conscientes das dificuldades que nos esperam nas novas condições existentes no país. Nas eleições para o Poder Local obtivemos apenas cerca de 3 por cento dos votos, mas a verdade é que só o Solidariedade obteve resultados superiores. Nas próximas eleições para o Parlamento contamos vir a obter pelo menos 10 por cento dos votos, embora tenhamos consciência de que é quase impossível fazer previsões de tal modo a situação política do país está em mudança.

O novo partido considera importante que ideias social-democratas de esquerda apareçam noutros partidos, e considera significativo que as propostas económicas da maioria dos partidos sejam no essencial idênticas. Para o nosso interlocutor, o novo partido pode vir a ter um importante papel no futuro da Polónia. Já passou o tempo das emoções e a partir de agora a população vai pensar bem em quem deve votar e nas opções que deve tomar.



# NICARÁGUA

## Nas teias do FMI

A situação que se vive hoje na Nicarágua é, do ponto de vista económico, das mais difíceis de sempre. Contrariando as promessas feitas durante a campanha eleitoral, o governo da presidente Violeta Chamorro mostra-se incapaz de conciliar as pressões do Fundo Monetário Internacional com a satisfação das necessidades populares agora agravadas com a inflação e o desemprego. Quem o afirma é a camarada Magda Enriquez, secretária-geral do departamento de Relações Internacionais da Frente Sandinista, em entrevista concedida ao nosso jornal no decorrer da Festa do «Avante!».

Neste momento o povo da Nicarágua sofre a maior inflação da sua história, a quebra acentuada dos salários reais e o flagelo do desemprego, fruto das receitas do Fundo Monetário Internacional. Segundo Magda Enriquez, regista-se também o fenómeno do **desemprego político**, em particular entre os professores. A esta situação de instabilidade laboral junta-se a do campesinato, ameaçado com a expropriação da terra.

**O ano agrícola - refere a dirigente sandinista - começa em Maio; ora foi nesta altura que o governo fez sair um decreto através do qual se procurava legitimar a devolução aos somozistas das terras que a Revolução lhes havia, justamente, confiscado. Tratava-se de um decreto duplamente anticonstitucional: primeiro, porque a Reforma Agrária é um direito constitucional; depois, porque o executivo não pode legislar quando o poder legislativo está em sessão. Na prática, era um atentado ao Estado de direito. Esta foi uma das principais razões da greve geral de Junho, que forçou o governo a cancelar aquela legislação.**

Mas o ano agrícola já tinha ficado comprometido. Naturalmente, os camponeses recusavam fazer as sementeiras numa terra que não sabiam se lhes iria ou não ser retirada; por outro lado, a situação nos campos agravou-se com a nova política bancária, que provocou um recuo nos investimentos: durante o

governo sandinista os empréstimos bancários aos camponeses não ficavam sujeitos a hipoteca, agora passaram a está-lo. Tudo isto veio agravar a instabilidade nos campos e afectar gravemente a produção, que ficou muito aquém do previsto. Acresce ainda a terrível seca registada no norte, contribuindo para o mau resultado agrícola e agravamento da situação económica do país.

**Uma situação desastrosa - afirma Magda Enriquez - fruto em grande parte das receitas do FMI e do Banco Mundial, que por serem macro-económicas são cegas, ou seja não tomam em conta a realidade do país nem o impacto social que têm, sobretudo num país como a Nicarágua onde existe uma consciência social muito grande.**

Noutros tempos, o FMI e o Banco Mundial podiam impor as suas receitas mais impunemente, porque as pessoas não tinham o grau de consciência que têm hoje.

### A concertação e a oposição

Nestas circunstâncias, o governo foi forçado a procurar uma concertação com os trabalhadores, com os produtores e com as forças políticas. Ora, a principal força política de

oposição na Nicarágua é a Frente Sandinista, o partido maior, mais forte e melhor organizado do país, com maioria na Assembleia Nacional.

O nosso partido decidiu participar na concertação; aí procura-se chegar a acordos sobre questões pontuais, específicas. Isto não significa de modo algum estar com o governo - não queremos governar com a UNO - nem sequer a existência de um pacto, mas antes o assumir do nosso papel de maior partido da oposição, sem o qual nada pode ser feito.

Este um aspecto interessante da nova realidade nicaraguense: a Frente Sandinista é um partido revolucionário na oposição, num país cujas forças armadas continuam a ser sandinistas, ainda que submetidas a um governo não sandinista. Uma situação única, que tornou possível, por exemplo, a realização de uma greve geral que paralisou o país, sem que se tivesse registado repressão. Também no Parlamento se regista uma situação particular: dado que os sandinistas são maioritários e que todas as reformas constitucionais exigem maioria de dois terços, as forças da UNO nada podem fazer sem a concordância dos sandinistas.

**Isso significa - como sublinha Magda Enriquez - que dispomos de um conjunto de instrumentos legais e constitucionais para travar a luta política nas novas condições existentes no país, em que nos empenhamos em fazer a transição da Frente Sandinista de uma organização político-militar para uma organização política.**

Um processo naturalmente complexo e cheio de contradições, de que o governo da UNO não deixa de tentar retirar dividendos políticos, com o recurso ao habitual argumento de que os sandinistas os impedem



Magda Enriquez, representante da Frente Sandinista (Nicarágua)

de governar e logo de resolver os problemas do país.

Mas como afirma a dirigente sandinista, a posição da Frente está claramente definida. **Não governamos com a UNO, mas apoiamos as medidas positivas que o governo tomar; não fazemos oposição pela oposição. Mas temos todo o direito de dizer que este governo não governa bem e nem a nós nos interessa que governe - essa é a contradição. Durante todos estes anos, lutamos para conseguir a transição para uma sociedade civil e agora estamos a preparar-nos para as eleições de 1996, em que esperamos derrotar este governo. Entretanto, aceitamos as regras do jogo político e estamos dispostos a apoiar todas as medidas que defendam o interesse popular e a combater todas as que o não façam. Por isso na Nicarágua não existe qualquer perigo de golpe de Estado; os sandinistas criaram as condições para a democracia política no país, não vão agora levantar-se contra ela.**

### Um partido de massas e a pobreza no feminino

Os sandinistas meteram mãos à obra de transformar a Frente de partido de quadros em partido de massas. Fundamental neste processo foi a Assembleia de Cruzeiro, a primeira em que todos os participantes foram eleitos; aí se definiram os objectivos políticos do partido e se deu início à sua reorganização, de forma a torná-lo num partido de âmbito nacional, com organismos de direcção eleitos por voto directo e secreto, da base ao topo. Neste processo participaram 354 mil votantes (o que não representa cem por cento da organização, pois nunca participam todos), o que é bem significativo quando se está num país cuja população é de três milhões e meio de habitantes, dos quais pelo menos 40 por cento é menor de 15 anos!

Terminada a guerra - os EUA estão agora virados para a Europa de Leste e para o Golfo, deixando os nicaraguenses entregues ao FMI e ao Banco Mundial, esquecidas as promessas a Violeta Chamorro - os problemas da Nicarágua são de carácter económico. Problemas que afectam sobretudo os mais pobres, como sempre, e entre estes as mulheres.

Magda Enriquez não hesita mesmo em afirmar que na Nicarágua se regista o fenómeno da **feminização da pobreza**.

Na Nicarágua, as mulheres representam grande parte da força de trabalho, sobretudo no campo. Com a guerra, as mulheres tiveram de substituir os homens; terminada esta, mantiveram-se nos postos de trabalho, recusando o regresso ao papel de mãe e dona de casa. Representam hoje cerca de 68 por cento dos chefes de família. São as primeiras a ser despedidas e a sofrer as consequências da política governamental, que entre outras coisas pôs já termo à assistência infantil nos campos. As mulheres estão em luta para ter representação na concertação e verem os seus direitos reconhecidos pela sociedade.

Não é uma batalha fácil. A presidente da Nicarágua, Violeta Chamorro, é uma boa mulher, católica, apostólica, romana e crente na Virgem Maria que acredita que o lugar das mulheres é em casa. Como se compreende, este é um sério problema, a que a Frente Sandinista procura dar a maior atenção, quer criando no partido os mecanismos necessários para o trabalho político com as mulheres, quer apoiando as suas lutas a nível social.

## E o Uruguai aqui tão perto...

O primeiro aspecto que surpreende na Festa do «Avante!» é a presença e participação popular. Milhares de pessoas respondendo em bloco ao chamamento político-cultural.

A segunda surpresa vem da campanha de fundos em curso (1 000 000 de dólares !!) para a compra do terreno em que se realiza a Festa, encontrando-se já atingida neste momento uma importante meta no cumprimento integral deste objectivo. Um terreno próprio destinado ao povo português, ligado ao PCP.

A participação do Partido Comunista do Uruguai acaba de se saldar pelo fortalecimento das nossas relações (sempre muito estreitas e cordiais). Salda-se por reunir as opiniões do PCP sobre o que se acontece no mundo, por recolher informação em directo sobre a realidade sociopolítica da vida portuguesa, sobre as expectativas de futuro, sobre o desafio que representam as eleições de 1991. Comprovámos - uma vez mais - a implantação do Partido na vida nacional (esta Festa é disso um exemplo).

Pela nossa parte, informámos a direcção do PCP sobre a realidade uruguia, sobre a preparação do Congresso que realizaremos na primeira semana de Outubro próximo, sobre os debates que estamos a realizar na sua preparação. Compartilhámos a alegria da vitória eleitoral na capital, Montevideo, por parte da esquerda, congregada na Frente Ampla. Demos aos camaradas portugueses a real importância desta vitória, visto que na capital vive mais de metade da população total do país. Informámos o camarada Álvaro Cunhal dos resultados definitivos das eleições e da implantação do PCU na Frente Ampla. Fizemos um resumo da situação económica do Uruguai, que tem uma dívida externa de 6 mil milhões de dólares e salários de apenas 100 dólares, um elevadíssimo custo de vida, em suma, de toda uma situação económica difícil para as classes populares, inseparável da situação de outros países latino-americanos e do Terceiro Mundo. E nesse contexto, referimos as lutas das classes populares, da central única dos trabalhadores (PIT-

CNT), dos deputados frente-ampelistas eleitos no Parlamento, das associações de moradores, da juventude que trava uma batalha especial pelos seus direitos. Neste capítulo, aliás, tivemos um contacto muito importante com a direcção da JCP, tendo-a informado da presença no Parlamento uruguio, desde Novembro passado, do Secretário-Geral da UJC, Rafael Sanséviero.

Finalmente, transmitimos o convite de participação no nosso Congresso (que definimos como sendo de especial importância) a um partido irmão e amigo como é o PCP. As campanhas de solidariedade para com os nossos presos no período 1973/1984 e a amizade e carinho com que foram recebidos os nossos camaradas, encabeçados pelo já desaparecido Rodney Arismendi, nesse período, jamais serão esquecidos. É a prova de que estamos no mesmo caminho: a conquista do socialismo, o internacionalismo proletário. Obrigado ao PCP por ser como é. Avante!



O representante do Partido Comunista do Uruguai, Jorge Ave



# Agenda /

**Avante!**

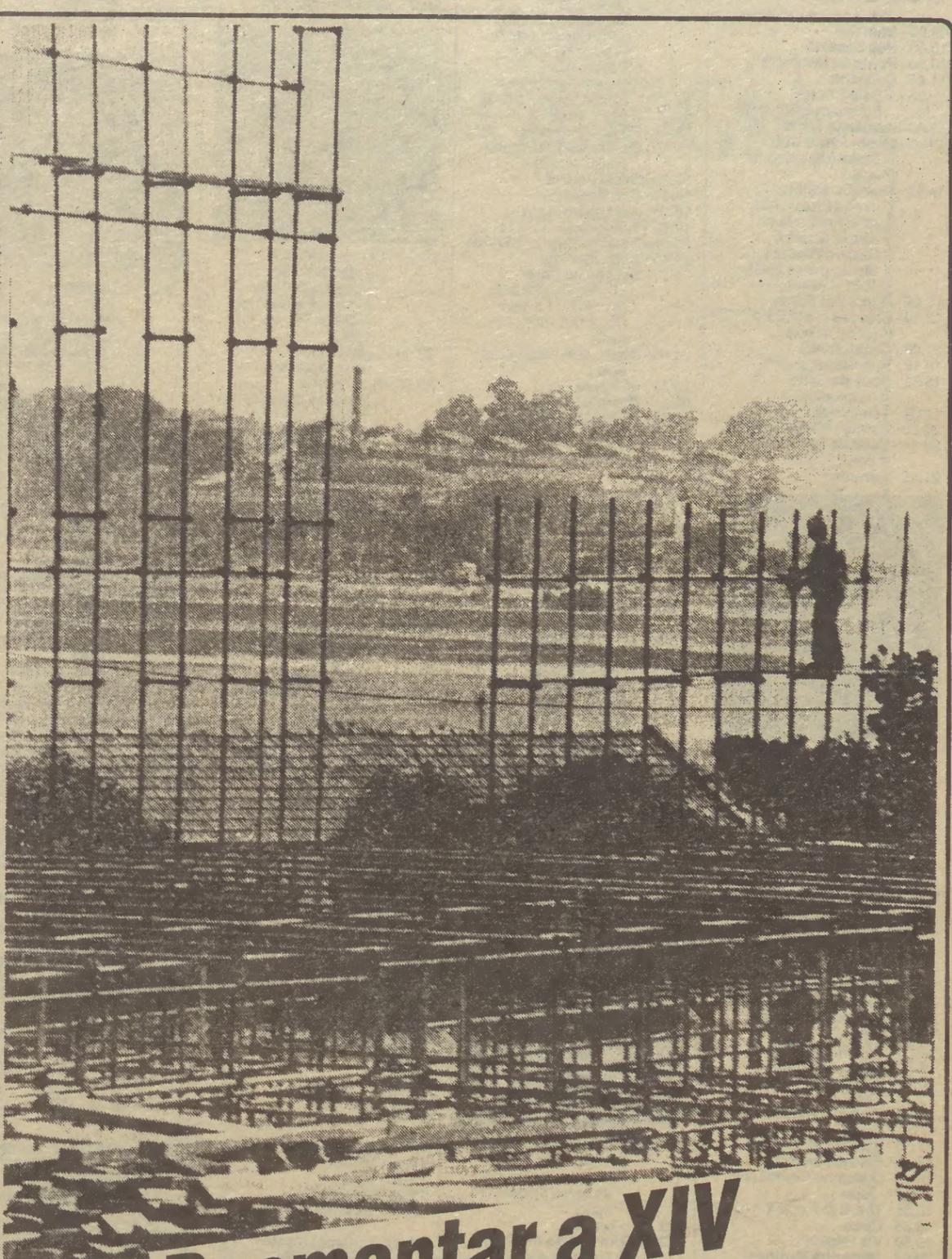
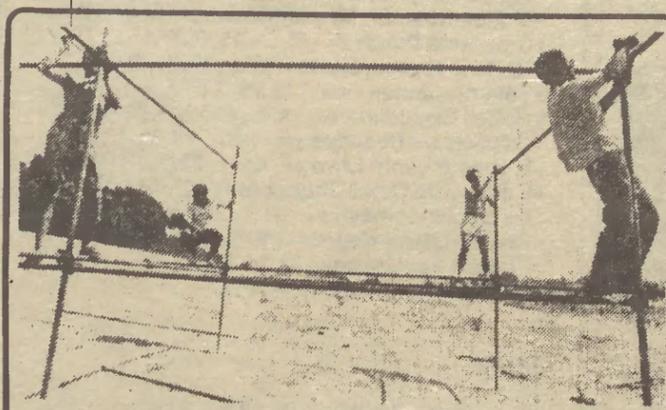
Ano 60 - Série VII

N.º 874

20 de Setembro de 1990

4.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente



**Desmontar a XIV  
é começar  
a construção da XV!**



# TV O Programa

Quinta

## RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 11.45 - Culinária
- 12.05 - A Gata Comeu (telenovela, 96º epis.)
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Gente Fina é Outra Coisa (repetição, 4º epis.)
- 14.20 - Primeira Matinée - «Terra Bruta», real. John Ford, interpr. James Stewart, Richard Widmark, Shirley Jones (EUA/1961, 109 min)
- 16.05 - Ponto Por Ponto
- 16.50 - Cidades com Metro (série, 1º epis.)
- 17.20 - Canal Jovem
- 18.10 - Rua Sésamo
- 18.50 - Roda da Sorte (concurso)
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Roda de Fogo (64º epis.)
- 21.15 - Euronico



- 22.05 - Cellini, Uma Vida Violenta (série, 1º epis.)
- 23.35 - 24 Horas
- 00.10 - Remate

## RTP2

- 12.00 - A Força Astral (série, 1º epis.)
- 12.25 - Filhos e Filhas (559º epis.)
- 12.50 - Curso de Línguas - Alemão (2ª lição)
- 13.05 - Jerry Lewis (série, 1º epis.)
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha!
- 16.00 - Aventura (série, 1º epis.)
- 16.30 - O Liceu Degraasi (21º epis.)
- 17.00 - Recreio do 2
- 17.40 - Eterno Feminino
- 18.40 - O Menino Doutor (13º epis.)
- 19.05 - Ti-ti-ti (24º epis.)
- 19.35 - Circo
- 19.50 - Via Rápida
- 20.00 - Magazine Regional
- 20.50 - Dick Tracy (4º epis.)
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Fórmula Um
- 21.50 - Dramazine
- 22.20 - Fora de Jogo
- 23.15 - Cineclube - «Filhos do Deserto», real. de William A. Seiter, interpr. Oliver Hardy e Stan Laurel

Sexta

## RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro

- 11.45 - Culinária
- 12.05 - A Gata Comeu
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Gente Fina é Outra Coisa
- 14.20 - Primeira Matinée - «O Misterioso Sr. Mackintosh», real. John Huston, argum. Walter Hill, interpr. Paul Newman, Dominique Sanda, James Mason (EUA/1973, 99 min.)
- 16.15 - Ponto Por Ponto
- 16.50 - Os Grandes Senhores (série, 1º epis.)
- 17.20 - Canal Jovem
- 18.10 - Rua Sésamo
- 18.50 - A Roda da Sorte
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.10 - Roda de Fogo
- 21.15 - Sessão da Noite - «Crocótilo Dundee», real. Peter Fairman (Austrália/1986, 100 min.)
- 23.00 - Chefe, Mas Pouco (32º epis.)
- 23.30 - 24 Horas
- 00.05 - Remate
- 00.25 - Pela Noite Dentro - «Sexta-Feira, 13» (1º epis.)

## RTP2

- 12.00 - O Fantasma de Faffner Hall (6º epis.)
- 12.25 - Filhos e Filhas
- 12.50 - Crianças de Todo o Mundo
- 13.05 - Armação Ilimitada (série, 1º epis.)
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha!
- 14.45 - Filhos e Filhas
- 16.00 - A Grande Fenda (série, 1º epis.)
- 16.50 - Recreio do 2
- 17.25 - Primeiro Andamento
- 17.40 - Eterno Feminino
- 18.40 - Charlot (série, 1º progr.)
- 19.05 - Ti-Ti-Ti
- 19.35 - Circo
- 19.50 - Via Rápida
- 20.00 - Nunca Mais é Sábado
- 20.50 - Dick Tracy
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Fórmula Um



- 21.50 - A Tenda dos Milagres (adaptação do romance homónimo de Jorge Amado - 1º epis.)
- 22.40 - Pop-Off
- 23.05 - Um Espião Perfeito (série, 1º epis.)

Sábado

## RTP1

- 09.00 - À Mão de Semear
- 09.25 - Canal Jovem
- 13.00 - Encontro à Uma
- 13.45 - Os Melhores Anos (série portuguesa, 1º epis.)
- 14.10 - Phil Collins
- 15.25 - Primeira Matinée - «Calamity Jane»
- 17.50 - Regresso às Origens (série, 1º epis.)

- 18.50 - Hooperman (série de Steven Bocho e Terry Louise Fisher - 1º epis.)
- 19.20 - Tver
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado



- 21.30 - Um Amor Feliz (adaptação do romance de David Mourão Ferreira, real. de Artur Ramos - 1º epis.)
- 22.40 - Casa Chela (apresentação)
- 22.50 - Regresso a Banguete (série, 1º epis.)
- 23.40 - Última Sessão - «Noites Escaldantes», real. Lawrence Kasdan, interpr. William Hurt e Kathleen Turner (EUA/1981, 109 min.)

## RTP2

- 09.00 - Universidade Aberta
- 11.00 - National Geographic (7º epis.)
- 11.55 - Forum Musical
- 13.10 - O Homem da Atlântida
- 13.30 - Fórmula Um
- 14.00 - Cine-Sábado - «Os Três Mosqueteiros», real. George Sidney (EUA/1948, 120 min.)
- 16.00 - Estádio
- 18.30 - Jornal de Fim de Semana
- 19.00 - Arca de Noé
- 19.45 - Stringer, o Correspondente
- 21.00 - Estádio
- 23.30 - Victor Borge
- 00.30 - O Decálogo - série de 10 episódios realizada por K.Kieslowski

Domingo

## RTP1

- 09.00 - Canal Jovem
- 11.30 - Missa
- 12.30 - 70x7
- 13.00 - Notícias
- 13.15 - Os Gophers (série, 1º epis.)
- 14.00 - Automobilismo - Fórmula Um
- 16.50 - Cousteau - A Redescoberta do Planeta (1º epis.)
- 17.50 - Regresso ao Passado (música dos anos 50-60 - 1º progr.)
- 19.00 - McGyver (52º epis.)
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 20.45 - Boletim Meteorológico
- 21.00 - Kananga do Japão (série brasileira - 1º epis.)
- 22.40 - Domingo Desportivo
- 00.10 - Controvérsias

## RTP2

- 09.00 - Troféu
- 13.30 - Caminhos
- 14.00 - A Vida dos Insectos

- 14.30 - O Monte do Desespero
- 16.00 - Circo - Le Cirque du Soleil
- 17.00 - Troféu
- 18.30 - Vida Nova
- 19.30 - Jornal de Fim de Semana
- 20.00 - Artes e Letras - «Como nasce uma lenda»



- 22.00 - Cineclube - «E Tudo o Vento Levou», real. Victor Fleming, interpr. Vivien Leigh, Clark Gable, Leslie Howard (EUA/1939, 212 min)

Segunda

## RTP1

- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 11.45 - Culinária
- 12.05 - A Gata Comeu
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Gente Fina é Outra Coisa
- 14.20 - Primeira Matinée - «O Preço de Cinco Jogadores», real. Henry Hathaway (EUA/1968, 103 min.)
- 16.00 - Ponto Por Ponto
- 16.50 - Maravilhas do Mundo Selvagem (2º epis.)
- 17.20 - Canal Jovem
- 18.10 - Rua Sésamo
- 18.50 - Roda da Sorte
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.10 - Roda de Fogo
- 21.05 - Desenhos Animados
- 21.15 - Alf
- 21.45 - Eugénia Melo e Castro
- 22.35 - Amor em Terra Estranha (2º epis.)
- 23.35 - 24 Horas
- 00.05 - Boletim Meteorológico Internacional
- 00.10 - Remate

## RTP2

- 12.00 - Johnny Quest (2º epis.)
- 12.25 - Filhos e Filhas
- 12.50 - Livros Jovens
- 13.05 - Arsenio Hall (2º epis.)
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha!
- 16.00 - No Rasto dos Animais Selvagens (3º epis.)
- 16.45 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.35 - Fora de Horas
- 18.55 - Ti-Ti-Ti
- 19.35 - Circo
- 19.45 - Via Rápida
- 20.00 - Clássicos da TV - «Ruas de S. Francisco»
- 20.50 - Dick Tracy
- 21.00 - Jornal da Nove
- 21.30 - Informação Especial
- 22.30 - Teatro Português - «O Morgado de Fafe», de Camilo Castelo Branco (versão para televisão), realização Ruy Ferrão

Terça

## RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 11.45 - Culinária
- 12.05 - A Gata Comeu
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Gente Fina é Outra Coisa
- 14.30 - Primeira Matinée - «Os Dois Indomáveis», real. Ken Loach (GBR/1969, 113 min.)
- 16.00 - Ponto Por Ponto
- 16.50 - O Mundo (2º epis.)
- 17.20 - Canal Jovem
- 18.10 - Rua Sésamo
- 18.50 - A Roda da Sorte
- 19.30 - Telejornal

Filmes

- «Terra Bruta» - 5ª, 14.20, RTP-1
- «Filhos do Deserto» - 5ª, 23.15, RTP-2
- «O Misterioso Sr. Mackintosh» - 6ª, 14.20, RTP-1
- «Crocótilo Dundee» - 6ª, 21.15, RTP-1
- «Os Três Mosqueteiros» - sáb., 14.00, RTP-2
- «Calamity Jane» - sáb., 15.25, RTP-1
- «Noites Escaldantes» - sáb., 23.40, RTP-1
- «O Monte do Desespero» - dom., 14.30, RTP-2
- «E Tudo o Vento Levou» - dom., 22.00, RTP-2
- «O Preço de Cinco Jogadores» - 2ª, 14.20, RTP-1
- «Os Dois Indomáveis» - 3ª, 14.30, RTP-1
- «Rua do Bairro Negro» - 3ª, 22.00, RTP-2
- «Viagem Fantástica» - 4ª, 14.25, RTP-1
- «Jogo Fatal» - 4ª, 21.45, RTP-1

Teatro

- «O Morgado de Fafe» - 2ª, 22.30, RTP-2

Música

- Sexta
- 19.55, RTP-2: Via Rápida
- 22.40, RTP-2: Pop-Off

- Sábado
- 11.55, RTP-2: Forum Musical
- 14.10, RTP-1: Phil Collins



- Domingo
- 09.00, RTP-2: Música n'América

- Segunda
- 19.50, RTP-2: Via Rápida
- 21.45, RTP-1: Eugénia Melo e Castro

Terça

- 19.50, RTP-2: Via Rápida

Quarta

- 19.50, RTP-2: Via Rápida

Desporto

- Remate - RTP-1, 5ª (00.25), 6ª (23.50), 2ª (00.10), 3ª (00.15), 4ª (00.15)
- Domingo Desportivo - RTP-1, 22.40
- Estádio - RTP-2, sáb., 16.00 e 21.00
- Troféu - RTP-2, dom., 09.00, e 17.00

- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.10 - Roda de Fogo
- 21.05 - Desenhos Animados
- 21.15 - Modelo e Detective (2º epis.)
- 22.10 - Primeira Página
- 23.10 - Allô, Allô (2º epis.)
- 23.40 - 24 Horas
- 00.10 - Boletim Meteorológico Internacional
- 00.15 - Remate

## RTP2

- 12.00 - Os Novos Caça-Fantasmas
- 12.25 - Filhos e Filhas
- 12.50 - A Idade da Razão
- 13.05 - A História do Rock And Roll (2º epis.)
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha!
- 16.00 - Viajando pelo Mundo (2º epis.)
- 16.25 - Os Henderson (4º epis.)
- 16.50 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.40 - A Irmã Kate (11º epis.)
- 18.55 - Ti-Ti-Ti
- 19.25 - Circo
- 19.45 - Via Rápida
- 19.55 - Clássicos da TV - «Ruas de S. Francisco»
- 20.50 - Dick Tracy
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Cinemazine
- 22.00 - Cinemadols - «Rua do Bairro Negro», real. Euzhan Palcy (França/1983, 102 min)
- 23.45 - Universidade Aberta

Quarta

## RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Rua Sésamo

- 10.30 - Ponto de Encontro
- 11.45 - Culinária
- 12.05 - A Gata Comeu
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Gente Fina é Outra Coisa (3º epis.)
- 14.25 - Primeira Matinée - «Viagem Fantástica», real. Richard Fleischer (EUA/1966, 100 min)
- 16.05 - Ponto Por Ponto
- 16.50 - O Corpo Humano (2º epis.)
- 17.20 - Canal Jovem
- 18.10 - Rua Sésamo
- 18.45 - Roda da Sorte
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.10 - Direlro de Antena
- 20.25 - Roda de Fogo
- 21.20 - Desenhos Animados
- 21.30 - Vamos Jogar no Totobola
- 21.45 - Lotação Esgotada - «Jogo Fatal», real. Jonathan Demme (USA/1986, 112 min.)
- 23.45 - 24 Horas
- 00.20 - Remate

## RTP2

- 12.00 - Os Centuriões (24º epis.)
- 12.25 - Filhos e Filhas
- 12.50 - Livros Jovens
- 13.05 - Um Lar para os Animais (24º epis.)
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha!
- 15.55 - Açores - Gente Nossa
- 17.00 - Recreio do 2
- 17.40 - Eterno Feminino
- 18.40 - As Três Damas do Quiloso (6º epis.)
- 19.05 - Ti-Ti-Ti
- 19.35 - Circo
- 19.50 - Via Rápida
- 20.00 - Clássicos da TV - «Ruas de S. Francisco»
- 20.50 - Dick Tracy
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Emoções (34º epis.)
- 22.00 - Tourada
- 23.30 - Xingu (2º epis.)

# Teatro O Cartaz

LISBOA

**Clube Estefânia**, Rua Alexandre Braga, 24-A. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. Fado, a Navalha e a Guitarra ou a História da Rosa Enjeitada, de D. João da Câmara, encen. Fernando Gomes, pelo Grupo Persona.

**Ritz Clube**, Rua da Glória, 57. 6ª e sáb. às 22.00. O Regresso de Bucha e Estica, encen. Mário Viegas.

**Teatro Maria Vitória**, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 20.30 e às 23.00, também às 16.00. Vitória! Vitória!, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, Naza-

reth Fernandes e Fernando Ribeiro.

**TIL**, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16.00. Feliz Aniversário, de Fernando Gomes, pelo Teatro Infantil de Lisboa.

CASCAIS

**Teatro Mírita Casimiro**, Av. Marechal Carmona, 6-B. De 3ª a

sáb. às 21.30, sáb. às 16.00. Rei Lear, de Shakespeare, enc. Carlos Avilez, pelo TEC

PORTO

**Cooperativa do Povo Português**, Rua de Camões. De 3ª a dom. às 21.45, dom. também às 16.00. Play Strindberg, de Friedrich Durrenmatt (até 30/9)

# Cinema A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b>	Caça ao Outubro Vermelho	—	★★	—	★★
<b>B</b>	Gremlins 2	—	★★	—	—
<b>C</b>	Jules e Jim	—	★★★★	★★★★	★★★★
<b>D</b>	48 Horas - Parte II	—	★	—	★★
<b>E</b>	Renegados Selvagens	—	★★	—	—
<b>F</b>	Rosalie Vai às Compras	—	★★	—	—

Classificação de ★ a ★★★★★

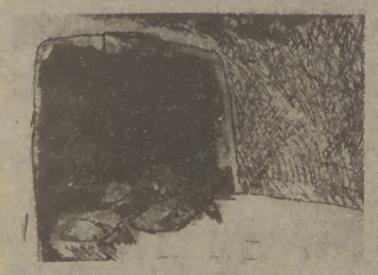
- A — Real. John McTiernan — Alfa/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Amoreiras/1 (14.00, 16.30, 21.30, 24.00); Berna (15.15, 18.00, 21.30); Fonte Nova/2 (14.15, 16.30, 18.45, 21.15); Império (15.30, 18.30, 21.30); Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Mundial/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); S. Jorge/1 (15.30, 18.30, 21.30); Star (14.00, 16.30, 21.30) — Lisboa.
- B — Real. Joe Dante — Alfa/5 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Amoreiras/4 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Fonte Nova/3 (14.00, 16.45, 19.00, 21.45); King Triplex/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Nimas (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Quarteto/3 (14.15, 16.15, 18.15, 20.00, 22.00, 24.00); Sétima Arte (14.45, 17.00, 19.30, 21.45) — Lisboa.
- C — Real. François Truffaut — Forum Picoas/1 (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00) — Lisboa.
- D — Real. Walter Hill — Alfa/3 (14.00, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); Amoreiras/3 (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.45, 00.15); Fonte Nova/3 (14.00, 16.45, 19.00, 21.30); Las Vegas/2 (15.30, 18.45, 21.45); Mundial/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Plaza/1 (14.00, 16.30, 18.45, 21.30, 23.45); Politeama (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); S. Jorge/3 (14.30, 16.45, 19.00, 21.15) — Lisboa.
- E — Real. Jack Sholder — Condes (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Las Vegas/1 (15.15, 18.30, 21.30); Plaza/2 (14.15, 16.45, 19.00, 21.45, 24.00) — Lisboa.
- F — Real. Percy Adlon — Quarteto/4 (14.15, 16.15, 18.15, 20.00, 22.00, 24.00) — Lisboa.

# Exposições



tip, R. D. Estefânia, 195-D (até 16/10)  
**Desenhar a Revista**  
- Cenários e figurinos para o Teatro de Revista (de 1900 a 1960).

## CÂNDIDA CONDE MIRANDA



GRAVURA

**LISBOA**  
Artistas Famosos - colectiva de serigrafia. Escorial, Rua Portas de Santo Antão, 47 (até 20/9)  
Azulejos do Metro - mostra dos azulejos de autor que decoram as estações do Metro de Lisboa: trabalhos de Maria Keil, Cargaleiro, Júlio Pomar, Sá Nogueira, Rogério Ribeiro, Eduardo Nery, Vieira da Silva. Museu do Azulejo, Rua Madre de Deus, 4. De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 17 (até 14/10)  
Carlos Calvet - pintura. Galeria Ygreco, Av. António Augusto de Aguiar, 13-C (até 13/10)  
No Centenário da Morte de D. Luís - A sua vida e a sua época, em exposição evocativa de que fazem parte peças raramente expostas, designadamente as jóias da Coroa e obras de arte da colecção pessoal do rei. Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até fim de Setembro)  
Colectiva (pintura de Graça Morais, Menez, António Dacosta, entre outros). Galeria 111, Campo Grande, 113 (até fim de Setembro)  
Constança Meira - gravura. SNBA, R. Barata Salgueiro, 36 (até 23/9)  
Danatième Damanne - pintura. Biblioteca Nacional, Campo Grande (até 13/10)  
D'Assis Cordeiro - pintura. Galeria Soc-

Museu do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 17.  
Evocação de Ivone Silva. Museu do Teatro, Estrada do Lumiar, 10.  
Gil Montalverne - «Impressões de Berlim». Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo.  
Gravuras Modernas do Japão. Fundação Gulbenkian, Av. Berna (até 30/9)  
John Coplans - «Hands», fotografia. Galeria Cómicos, R. Tenente Raul Cascais, 1-B.  
Maria Filomena Matias Correia - pintura; Teresa Moura - recorte e colagem. Galeria João Hogan, R. da Voz do Operário, 13. De 2ª a 6ª das

ho, 1. De 2ª a sáb. das 11 às 13 e das 15 às 20.  
Paulo Cardoso - Pintura. Gal. S. Mamede, R. Escola Politécnica, 167. 2ª das 15 às 19.30, 3ª a sáb. das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30.  
Piero Guccione - obras gráficas. Palácio Foz (até 30/9)  
Ralph Gibson - fotografia. Galeria Valen-

ção Gulbenkian, Av. de Berna  
Vitor Ribeiro - Aguarelas. Mãe d'Água das Amoreiras, Praça das Amoreiras, 10.  
Vitor Vieira - «Luzes no Tejo», pintura. Associação Portuguesa de Arte Fotográfica, Rua das Chagas, 17, 2º Dº. (até 29/9)

PORTO  
Arte Efémera na

## TERESA MOURA



RECORTE E COLAGEM

tim de Carvalho, Palácio Alcáçovas, R. da Cruz dos Poiais, 111.  
Um Século de Electricidade. Central Tejo, Av. Brasília (Belém). De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 19 (ao sáb. até às 22, ao dom. até às 18, até ao fim do ano).  
Tapeçaria do Séc. XVI - Galeria do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da

Paisagem - exposição de espantelhos. Parque de Serralves (até 29/9)  
Fotoporto - Bienal de Fotografia (obras de Mimmo Jodice, Christer Stromholm, John Philipps, Sena da Silva; «The Birmingham News Centennial Photographic Collection»). Fundação de Serralves - vários locais (até 28/10)  
Pedro Olayo - pintura. Inter-Atrium, Av. da Boavista, 1471 (até 30/9)

**OUTRAS LOCALIDADES:**  
José de Guimarães - pintura e escultura. Até 12/10, Centro Cultural S. Lourenço, ALMANCIL  
Cândida Conde Miranda - gravura. Galeria da Casa Museu dos Patudos (até 14/10) ALPIARÇA  
Américo Silva - gravura, fotografia. Museu José Malhoa (até 7/10) CALDAS DA RAINHA  
Exposição Colectiva de Pintura Naturalista. Almadarte, Av. Gen. Humberto Delgado, 3-B, COSTA DA CAPARICA  
X Salão Nacional de Pintura Naif. Até

maria filomena  
pintura  
galeria  
Ajud. De 3ª a dom. das 10 às 17.  
Van Gogh: no centenário da sua morte - bibliográfica. Biblioteca Geral da Funda-

# Tempo Fim de Semana

Mantém-se as actuais condições para céu nublado com boas aberturas e possibilidades de ocorrência de aguaceiros.  
(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

MICHEL RAZY França in «Les Chefs-D'oeuvre du Dessin d'Humour», 1968

# ...e ainda Musica, debates, etc.

**II BIENAL DE GRAVURA DA AMADORA** - obras de 89 artistas portugueses e 30 brasileiros; homenagem aos pioneiros da gravura em Portugal. Das 15 às 23 (até 14/10) Galeria Municipal e Recreios Desportivos, AMADORA

**1.º SALÃO DE BANDA DESENHADA DA AMADORA** — Pedir o regulamento à Câmara Municipal — Departamento Educação e Cultura

# a TV

## Três telemomentos

1. Jamaica. Estado das Antilhas. Dois milhões de habitantes. Uma viva tradição de luta pela independência. Primeiro produtor mundial de bauxite.

Dois partidos em luta pelo poder. Um deles, defensor dos interesses nacionais, acaba por vencer as eleições livres, democráticas. Nada a dizer! Mas... que fazem os Estados Unidos? Provocam uma baixa artificial na cotação mundial da bauxite. A economia da Jamaica piora. A corda na garganta. O partido simpatizante dos Estados Unidos tem diante de si o caminho aberto para avançar...

Os Estados Unidos são assim. Desde que haja eleições, tudo bem...

2. Passemos à Nova Zelândia. Este país (a segunda maior ilha do mundo a seguir à Gronelândia) declara-se zona livre de confrontação nuclear. Não consente ensaios atômicos na sua área. A França argumenta que os ensaios não são perigosos. «Ai não? — respondem-lhe os neozelandeses. — Então façam os ensaios no Sena...»

Como retaliação, os franceses afundam o barco do **Green Peace**. Dois terroristas são capturados e condenados a 10 anos. A França exige a extradição deles para uma prisão francesa. Se não... se não, a França boicotará as exportações neozelandesas. A Nova Zelândia cede. Mas a decisão de se manter como zona livre de ensaios nucleares mantém-se, em vista da mobilização do povo neozelandês.

Ah, já me esquecia. Os terroristas dos serviços secretos franceses foram logo postos em liberdade. E se calhar, promovidos.

3. Israel. Os seus dirigentes dizem que é uma democracia perfeita. Que não há melhor. Um cidadão judeu adianta mesmo: «Somos a melhor democracia do mundo. Podemos ganhar muito dinheiro e ficar ricos...»

Falar de democracia num estado judeu — diz outro cidadão — é uma contradição profunda. Não se pode falar em democracia num país onde três milhões de árabes não têm direitos. Os judeus não dizem que os árabes não são cidadãos de segunda. Dizem que eles são diferentes e nós somos diferentes, nós somos o povo eleito, esta é a Terra Prometida. Queremos manter a pureza da nossa raça...

«Manter a pureza da nossa raça»... Ajudem-me. Onde é que eu já ouvi isto?

## Telejornal como rei, Cavaco como rock

O domínio da informação televisiva pelo PSD, através do seu governo, intensifica-se à medida que o tempo vai passando. Os estudiosos da matéria dizem que a melhor propaganda é aquela que se disfarça com o rótulo neutro e respeitado da Informação. É por isso que tudo o que for publicidade tem obrigatoriamente de se assumir como tal. Não valerá muito se eu disser que sou o melhor; que os outros digam, isso vale muito mais. Que os pneus Pirelli ou Goodyear ou Michelin falem de si próprios é lá com eles e ainda por isso pagam tempo de antena. Mas se for eu a fazê-lo, não lhes custa nada e até nem se pode dizer que é publicidade. Trata-se de uma simples verificação da realidade...

Conclusão: os Tempos de Antena do PSD valem infinitamente menos do que o **Telejornal** — porque este é diário, é isento, é independente, é pluralista. E sendo ele tudo isto que ele diz de si, é muitas outras coisas que eu não digo.

Pois a propaganda do PSD intensifica-se brutalmente. Os ministros são aos montes. Imaginem quanto nos sai dos bolsos por cada equipa de reportagem posta ao serviço de cada ministro...

A exploração da figura de Cavaco Silva é escandalosa. Já não basta que ele apareça em todos os **Telejornais** (sem contar com os boletins diários que nos impingem o seu retrato), agora aparece às três vezes por emissão!

Não é informar: é bombardear. Se a popularidade se medisse pelas presenças no **Telejornal**, estavamos bem arranjados...

Mas não só no **Telejornal**. Do Primeiro-Ministro eu já conhecia a perspicácia, o sentido de humor, a cultura, a inteligência fulgurante, a capacidade de dialogar com toda a gente. Admiro-lhe agora o especial odor que exala. Formidável!

No recital de Bowie havia 30 mil espectadores. Pois bem. A câmara da Televisão descobriu-o, entrevistou-o, ouviu-o dizer que aquela música não era o seu género e que «não estava habilitado a pronunciar-se».

Não estava habilitado a pronunciar-se, mas estava habilitado a ser entrevistado. Está bem. Uma coisa compensa a outra.

## Frente a frente?

Pois bem. Que tal vamos de Golfo? A RTP põe, não digo frente a frente, mas lado a lado, Ângelo Correia, do PSD, e Marques da Costa, do PS.

Está certo. Pois vamos lá saber o que há a respeito do Golfo...

E a RTP entrevista o brigadeiro François Martins e Medeiros Ferreira. Era mais um lado a lado e não um frente a frente.

Sim, sim. O Golfo. Então vejamos o que há... E o **Jornal de Sábado** convida, para mais um lado a lado, Ângelo Correia, do PSD, e Jaime Gama, do PS.

Golfo. Generalidades. Acharmos que, enfim, está certo. O governo, as bases, os barcos, a posição assumida, bem, no fundo, e sendo as coisas o que são, etc., etc., etc.

Assim se fazem as cousas — como dizia Mestre Gil.

■ **Ulisses**

# Síntese semanal da IMPRENSA

## Números ministeriais

Os sindicatos dos professores contestam os números ministeriais, divulgados em 11 conferências de imprensa, numa roda viva de estatísticas e explicações. Sem espaço neste futuro, numa pequena aldeia do Norte do país, a uma hora do Porto, há uma escola, marcada pelo insucesso escolar, com quatro crianças apenas à procura de um professor. São o número mais ínfimo dos dois milhões de 100 mil alunos que hoje começam oficialmente o ano escolar de 1990-91.

O Ministério da Educação promete, no «marketing» do optimismo, que este será o ano de todas as mudanças: reforma curricular, nova gestão das escolas, leis de avaliação para professores e alunos, financiamentos maiores para as universidades, atenção especial às minorias (cabo-verdianos e ciganos, sobretudo) e deficientes e bolsas de estudo para os mais pobres. É a hora dos números: 36 mil e 500 alunos que precisam de subsídio para estudar, 400 escolas que necessitam de ajuda para funcionar. O Ministério, porém, é rigoroso, no deferimento da pequena bolsa de estudo. Exige, segundo despacho de Junho, que o rendimento mensal do agregado familiar não exceda os 16 contos.

O analfabetismo, ainda na prolixidade estatística do Ministério da Educação, desceu nos últimos 10 anos a índices quase europeus. Já só ronda os 13 por cento.

(«Público», 17.9)

## Vagas!?

«Está ali uma senhora que pergunta se ainda há vagas». A funcionária parece já saber a resposta. «Diz-lhe que preencha um modelo 625 e que fica em lista de espera: não há vagas de momento.» Todos os dias ali afluem mães de família que pretendem saber se ainda haverá lugar para os filhos. A presidente do Conselho Directivo a todas dá a mesma resposta.

A Delfim Guimarães é a única escola da zona com ensino unificado nocturno desde que a de Alfragide deixou de o ter. «Passou tudo para aqui e não sei onde os hei-de colocar», comenta Aldina Túlita.

Graves, também, são as condições de segurança neste estabelecimento de ensino. Em Junho, o guarda-nocturno foi integrado nos quadros da escola como auxiliar de educação, não tendo sido substituído nas funções que exercia. O edifício fica pois abandonado durante a noite, não podendo sequer ser garantida a segurança dos alunos do ensino nocturno, que saem das aulas às 23h30. Por seu lado, o piquete de segurança do Ministério da Educação que costuma fazer a ronda à noite vê-se, há alguns meses, impossibilitado de a fazer, por ter os seus dois carros avariados.

(«Público», 17.9)

## Interrogações

Assim, contrapondo-se à satisfação governamental, surge o descontentamento dos

reitores e do Sindicato Nacional do Ensino Superior (Snesup).

Por um lado, o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) considerou que a base orçamental prevista para o ensino universitário em 1991 «poderá colocar em perigo o funcionamento das universidades».

Enquanto o ME prevê, segundo o CRUP, cerca de 45 milhões de contos, os reitores pretendem uma verba entre os 46,3 e os 46,6 milhões.

Renato Araújo, presidente do CRUP, considerou que o montante previsto representa um «aumento demasiado pequeno» em relação aos 42 milhões que receberam este ano.

Por outro lado, o presidente do Snesup, Pedro Lourtie, acusa o ME de «obsessão pela quantidade».

Na opinião de Lourtie, o Governo «gostaria de transformar os estabelecimentos de ensino superior em unidades de produção de diplomados em série, sem consideração pela qualidade».

Quanto à proliferação de vagas nas universidades privadas, o mesmo dirigente considera que traduz a «incapacidade de resposta da tutela» e pergunta como é possível este aumento se no ensino estatal o ME se defronta com falta de docentes qualificados.

Quanto ao ensino não-superior, o centro das críticas dos sindicatos está nas colocações de professores.

Segundo Carlos Chagas, presidente do Sindicato Democrático dos Professores (Sindep), 98 por cento das escolas preparatórias e secundárias terão falta de professores até Dezembro, «afectando principalmente as disciplinas de Matemática, Inglês e Música».

(«Diário Popular», de 17.9)

## Maioria não abriu

«A maioria dos estabelecimentos de ensino de Lisboa não iniciaram, hoje, conforme estava previsto, o novo ano escolar.

Grande parte dos alunos só ouvirá o primeiro toque de entrada, na próxima segunda-feira, dia 24. Tudo indica, portanto, que o ano lectivo de 1990/91, rotulado pelo Ministério da Educação «como o mais tranquilo de sempre», não é tão tranquilo como se quer fazer crer.

Os sindicatos já protestaram contra a versão oficial do ministério que refere que cerca de 90 por cento das escolas primárias receberiam hoje os seus «caloiros», e que 50 a 60 por cento das preparatórias, secundárias, abririam hoje as portas.

Das 10 escolas, visitadas, esta manhã, por uma equipa de reportagem do «DN», apenas uma delas, a Delfim Santos (Benfica), recebeu os seus alunos.

Questões financeiras e a falta de professores, «afectando principalmente as disciplinas de Matemática, Inglês e Música» são as razões apontadas pelo Sindicato Democrático dos Professores (Sindep), para a impossibilidade de muitos estabelecimentos

de ensino iniciarem hoje as aulas.

Quanto ao 1.º ciclo de ensino básico as razões são outras porque entre a última colocação e o dia de hoje apenas decorreram cinco dias.»

(«Diário Popular», de 17.9)

## 600 minutos de religião

«A educação moral e religiosa católica já tem programa bem definido, para começar a ser aplicada no próximo ano lectivo. Consta de um vasto *dossier* circular, que deverá ser distribuído às escolas nos próximos 60 dias, e a que o Semanário teve acesso.

Logo à cabeça o aviso de que «embora não seja uma catequese», é, todavia, «uma forma original da palavra da Igreja».

Refere-se, também, que a nossa cultura europeia e ocidental «está profundamente marcada pelo Cristianismo» e que este «faz parte integrante do património cultural que a Escola deve transmitir». Mais. Diz-se que a estrutura escolar é «o lugar da procura religiosa existencial e moral, inerente ao crescimento humano, em ordem ao desenvolvimento harmonioso e integral da pessoa».

As finalidades desta disciplina facultativa, que ocupará cerca de 600 minutos por período lectivo, em regime experimental durante três anos lectivos estão traçadas no preâmbulo: «familiarizar os alunos com a realidade da fé», «encorajar uma tomada de posição pessoal, face às diferentes confissões religiosas e às diversas ideologias e suscitar compreensão e tolerância pela escolha de outras opções», «estimular uma vida religiosa» e proporcionar ao «aluno incrédulo» a ocasião de «clarificar a sua posição ou de a reexaminar».

Sublinhe-se, todavia, para que as outras confissões de fé possam ser ministradas nas escolas, em pé de igualdade com o catolicismo, é necessário que (pelo menos) 15 alunos requeiram, na respectiva escola, o seu ensino.

Sem entrar em detalhes, nos conteúdos das lições, basta o mapa organizador com quatro grandes módulos, para ter uma ideia do que se irá ensinar.

No primeiro — «As nossas descobertas» — há cinco ítems a explorar: «Na Escola encontramos amigos; Jesus chama-nos a viver em família; Deus, nosso amigo, fala connosco; a alegria de renascer; e a vida que Deus nos dá». No segundo — «Crescemos em grupo» — quatro temas: «Os outros ajudam-nos a crescer; Somos felizes em família; Deus Pai criou-nos; e Jesus ensina-nos a viver». No terceiro — «A vida é comunicação» — outros quatro pontos: «Deus Pai convida-nos a amar a vida; o silêncio abre-nos aos outros; A comunicação é fonte de vida; e «somos chamados a servir os outros». No último módulo — «Aprendemos a escolher» — três pontos essenciais: «Deus cuida de nós com amor; Jesus ensina-nos a verdadeira liberdade; e o Espírito de Deus gera a vida e a comunhão».

Tudo isto, sob o epíteto geral de «A mensagem de Deus é fonte de vida».

Como suporte quotidiano desta matérias, o programa prevê, consoante a época do ano e o adiantamento do aluno, recorrer a coisas do dia-a-dia, como o trabalho, o Natal, a Páscoa, a Justiça, a Igreja, o domingo, a gratidão e os bens colectivos, por exemplo.»

(«Semanário», 15.9.90)

# Damas

CCLXXI  
— 20 de Setembro de 1990

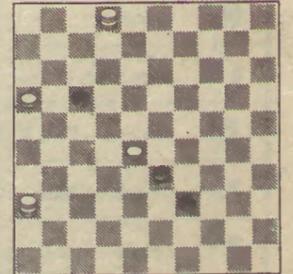
PROPOSIÇÃO N.º 271

Por: ISIDORE WEISS

— 1926

Pr.: [3]: 17-(33)-39

Br.: [4]: (2)-16-28-(36)



Branças jogam e ganham

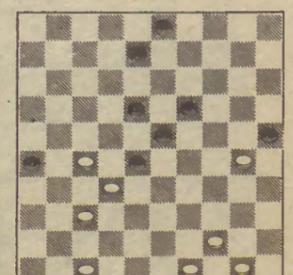
GOLPE N.º 271

Por: K. VENEMA

— Holanda, 1979

Pr.: [8]: 3-8-18-19-23-25-26-28

Br.: [8]: 27-30-32-37-44-47-49-50



Branças jogam e ganham (77)

SOLUÇÕES DO N.º CCLXXI

N.º 271 (L.W.): 1. 2-7i, (33x22);

2. 36x9ii, (39-43); 3. 7-34ii MATE!

— SE: 3. ..., (43-48); 4. 9-25

...+

— SE: 3. ..., (43-49); 4. 9-27

...+

2. ..., (39-44); 3. 7-40, (44x35);

4. 9-18 ...+

2. ..., (17-21); 3. 16x27, (39-

43); 4. 9-25ii MATE!

2. ..., (17-22); 3. 9x27 e 4. (7-

40 +.

Golpe n.º 271 (K.W.): 1. 27-

21, (26x17); 2. 32-27, (25x34); 3.

27-21, (17x26); 4. 37-31, (26x37);

5. 47-42, (37x48=D); 6. 49-43,

(48x39); 7. 44x2xD+.

A. de M.M.

# Xadrez

CCLXXI  
— 20 de Setembro de 1990

PROPOSIÇÃO N.º 271/A

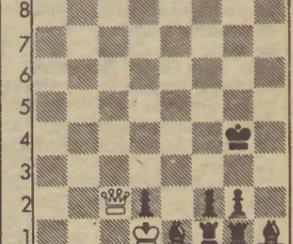
Por: JOSEF HALUMBIREK

«Welt am Abend», 1947

Pr.: [8]: Ps.d2, f2, g2-B61, h1-

-Ts.f1, g1-Rg4

Br.: [2]: Dc2-Rd1



Mate em 9 (nove) lances

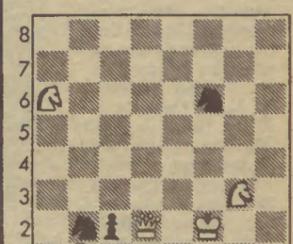
PROPOSIÇÃO N.º 271/B

Por: J. SEHWERS

«Rigaer Tageblatt», 1902

Pr.: [5]: Pc2- Cs.b2,f6-Bal-Rbl

Br.: [4]: Cs.b6.g3-Dd2-Rf2



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCLXXI

n.º 271/A (J. H.): 1.Dg6+1, Rf3;

5. D68, Rg4; 3. Df8, Rg5; 4. Df7,

Rh6; 5. Dg8, Rh5; 6. Dg7, Rh4;

7. Dg6, Rh3; 8. Dg5, Rh2; 9.

Dh4+!!

N.º 271/B (J.S.): 1. C62i, C64+;

2. Rg2i, C:d2; 3. Cc3+, Rf1; 4.

Cc5 seguido de ++!

A. de M.M.